



UFGD

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

CLEIDIVALDO SIQUEIRA PEREIRA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E SEUS IMPACTOS
SOCIOTERRITORIAIS NO ASSENTAMENTO BETEL E NA COMUNIDADE
CAMPONESA ESTRELINHA EM GLÓRIA DE DOURADOS – MS**

DOURADOS – MS

2019

CLEIDIVALDO SIQUEIRA PEREIRA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E SEUS IMPACTOS
SOCIOTERRITORIAIS NO ASSENTAMENTO BETEL E NA COMUNIDADE
CAMPONESA ESTRELINHA EM GLÓRIA DE DOURADOS - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de mestre em Geografia (Área de concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira).

Orientador: **Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho.**

DOURADOS – MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P436t Pereira, Cleidivaldo Siqueira.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E SEUS
IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS NO ASSENTAMENTO BETEL E NA
COMUNIDADE CAMPONESA ESTRELINHA EM GLÓRIA DE
DOURADOS - MS [recurso eletrônico] / Cleidivaldo Siqueira Pereira. --
2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Rodrigo Simão Camacho.

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD
em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Produção canavieira, impactos socioterritoriais, resistência. I.
Camacho, Rodrigo Simão. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados
fornecidos pelo (a) autor (a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente / Orientador
Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho

1º Examinadora
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

2º Examinador
Prof. Dr. Alex Torres Domingues

Dourados, 24 de outubro de 2019.

DEDICATÓRIA

A Deus, primeiramente, por me fortalecer diante dos desafios. Aos meus pais, Edmilson e Maria, pelo exemplo de luta, amor, perseverança, superação e muita dedicação, durante todos esses anos que propiciaram que eu conseguisse alcançar meus objetivos. A minha irmã, Cleidivânia, por sempre se orgulhar de mim e me incentivar. A minha amada esposa, Jorcielly, pela compreensão, companheirismo e afetividade. Ao meu amado filho Yuri Gabriel, por sempre alegrar os meus dias.

A todos os camponeses assentados e demais trabalhadores do campo que nos proporcionaram entender a complexidade na construção dos diferentes saberes paradigmáticos na perspectiva de novas possibilidades em relação à questão agrária.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a saúde mental, física e espiritual.

Aos meus pais, Edmilson e Maria, por todo apoio e dedicação ao longo dos meus estudos, mostrando-me sempre o melhor caminho a ser percorrido.

A minha querida irmã, Cleidivânia, por sempre acreditar em mim, me encorajando para que eu nunca desista dos meus objetivos, por estar do meu lado em todos os momentos, principalmente os mais difíceis, me dando apoio e palavras de carinho.

A minha doce e amada esposa, pelo apoio incondicional em todas minhas decisões, pela sabedoria e plenitude de uma mulher guerreira, mãe amável e maravilhosa companheira. Por toda paciência em momentos que precisei me ausentar em função da elaboração deste trabalho e por sempre acreditar que seria possível.

Ao meu amado filho, Yuri Gabriel, por ser uma criança espetacular, ou seja, por compreender em muitos momentos que eu precisava estar focado nos estudos, e na maioria das vezes, deixar de estar ao seu lado em momentos de diversão.

Ao meu querido orientador Rodrigo Simão Camacho, por todo apoio e dedicação que teve comigo. Por acreditar no meu potencial e me oportunizar a evolução do conhecimento, através de sua excelente contribuição científica para a produção deste trabalho.

Aos camponeses do assentamento Betel e da comunidade Estrelinha, por toda contribuição na elaboração do nosso trabalho, em especial ao assentado Paulo Plizari. Pelo aprendizado adquirido a partir da troca de experiências e envolvimento com a realidade vivida e sentida em conjunto com esses sujeitos do campo.

A todos os parceiros que deram sua parcela de contribuição, em especial ao Olácio komori, Kristina Lorenzen e Cristian da Agraer – Glória de Dourados.

Aos meus amigos de infância de longe e de perto que fizeram e fazem parte da minha trajetória e sempre torceram pelas minhas conquistas, em especial ao amigo Cleiton Nunes Ferreira que sempre acompanhou minha caminhada.

Aos amigos que fiz ao longo dessa caminhada acadêmica, Ronaldo, Angelita e outros tantos companheiros da graduação.

Aos meus mestres de graduação por sempre acreditar e me incentivar na continuidade dos estudos, em especial a professora Cláudia Pereira Xavier, Marcos Kazuo Mathuschima e o meu orientador de graduação e amigo presente na pós-graduação em Geografia, João Batista Alves de Souza, o qual, também contribuiu para elaboração de nosso trabalho.

Aos professores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela grande contribuição na minha formação de mestrado e desenvolvimento da pesquisa.

Aos funcionários da UFGD pelo carinho e atenção que tiveram comigo durante todo período de pós-graduação.

Aos amigos que fiz durante a caminhada da pós-graduação os quais foram de grande relevância a partir de troca de experiências e debates que oportunizaram mudanças de paradigmas e reflexões mais detalhadas.

Aos amigos que levarei para toda vida, Cleiton, (grande colaborador deste trabalho) Edmilson, Giovan e Laudiceia (amigos do Vapt Vupt), os quais foram fundamentais para minha caminhada e determinantes para que eu me mantivesse firme na luta. Pelos momentos de idas e vindas durante nosso trajeto até a UFGD, onde muitas histórias foram compartilhadas e participações em eventos.

Gratidão é a palavra que resume minha relação com estes Grandes amigos.

EPÍGRAFE

Que País É Este

*Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação*

*Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?*

*No Amazonas, no Araguaia-ia-ia
Na Baixada Fluminense
Mato Grosso, Minas Gerais
E no Nordeste tudo em paz*

*Na morte, eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papéis
Documentos fiéis
Ao descanso do patrão*

*Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?*

*Terceiro mundo se for
Piada no exterior*

*Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão*

*Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Legião Urbana/Renato Russo¹*

¹ Álbum terceiro, 1987

RESUMO

Este trabalho busca compreender a expansão e os impactos socioterritoriais da produção canavieira no município de Glória de Dourados – MS, mais especificamente no assentamento Betel, onde residem 16 famílias localizadas na linha do Iguaçu, km 16, nascente, da antiga fazenda Betel, além de envolver a comunidade camponesa Estrelinha, que é formada por camponeses tradicionais, e estão situados na mesma localidade. Construimos nossa reflexão por meio do debate das disputas territoriais e as lutas de classes no campo, e isso significa que temos de um lado a resistência camponesa e, de outro lado, os avanços do agronegócio canavieiro. O debate está relacionado com a perspectiva teórico-política-ideológica do Paradigma da Questão Agrária, tendo como base as disputas territoriais e os diferentes tipos de propriedades, caracterizando as contradições entre terra de negócio versus terra de trabalho. Entendemos que se faz necessária uma análise sobre os impactos socioterritoriais e mudanças que se deram nestes territórios a partir da territorialização da cana pela usina Adecoagro com unidade no município de Ivinhema, que tem arrendamentos de terras no município de Glória de Dourados – MS. Apresentamos nossa construção teórica a partir do diálogo entre autores do Paradigma da Questão Agrária (PQA), fazendo um contraponto a outras vertentes de estudos, tais como o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), com o propósito de reafirmar e melhor evidenciar nosso referencial de pesquisa, que vai ao encontro do PQA. Consideramos também todo contexto de territorialização da produção canavieira dentro do município de Glória de Dourados, bem como, um resgate histórico da cadeia produtiva do município, com destaque para o processo de formação e consolidação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Ressaltamos a importância deste debate para contextualizar o processo histórico de ocupação e concentração fundiária no município de Glória de Dourados/MS. Esta análise permite melhor compreender a estrutura agrícola estabelecida e as redefinições que estão se dando na dinâmica regional, a partir da intensificação do modo industrial de produzir no campo associado ao cultivo do binômio soja/trigo desde final da década de 1970 e, mais recentemente, o avanço do agronegócio canavieiro na região, viabilizando uma nova configuração territorial. Por isso, ao debater os impactos socioterritoriais, apresentamos as principais mudanças provocadas nos sujeitos sociais envolvidos. São mudanças que têm, na expansão do capitalismo, sua origem central, ou seja, mudanças na base do trabalho no meio rural, aumento do uso de agrotóxicos na região, transformações da cobertura vegetal, principalmente após a chegada do setor canavieiro em Glória de Dourados, mais especificamente, nas proximidades do assentamento Betel e comunidade Estrelinha. Dessa maneira, consideramos as relações de campesinidade vivenciada no assentamento Betel e no seu entorno, a partir dos diálogos e observações de como se dão tais relações, de modo a entender que, a maneira o camponês se relaciona com a terra, segue uma lógica diferente do modo capitalista de produção, ou seja, sua relação com a terra está ligada a valores éticos, morais e culturais.

Palavras – chave: Produção canavieira, impactos socioterritoriais, resistência camponesa.

ABSTRACT

This work seeks to understand the expansion and socio - territorial impacts of sugarcane production in the municipality of Glória de Dourados - MS, specifically in the Bethel settlement, where 16 families are located on the Iguaçu line, km 16, east of the former Bethel farm. involve the small peasant community, which is formed by traditional peasants, and are situated in the same locality. We construct our reflection through the debate of the territorial disputes and the class struggles in the field, this means that we have on the one hand the peasant resistance and, on the other, the advances of the sugar cane agribusiness. The debate is related to the theoretical-political-ideological perspective of the Agrarian Question Paradigm, based on the territorial disputes and the different types of properties, characterizing the contradictions between business land versus working land. We understand that it is necessary to analyze the socio-territorial impacts and changes that have taken place in these territories since the sugar cane territorialization by the Adecoagro plant with a unit in the municipality of Ivinhema, which has land leases in the municipality of Glória de Dourados - MS. We will present our theoretical construction based on the dialogue between authors of the Agrarian Question Paradigm (PQA), making a counterpoint to other aspects of studies, such as the Agrarian Capitalism Paradigm (PCA), in order to reaffirm and better evidence our reference framework. research, which is in line with the PQA. It is also considered a context of territorialization of sugarcane production within the municipality of Glória de Dourados, as well as a historical rescue of the productive chain of the municipality, with emphasis on the process of formation and contextualization of the National Agricultural Colonization of Dourados (CAND). It is important to emphasize the importance of this debate to contextualize the land occupation and concentration process in the municipality of Glória de Dourados / MS. This analysis allows a better understanding of the established agricultural structure and the redefinitions that are occurring in the regional dynamics, from the intensification of the industrial mode of production in the field associated to the cultivation of the soybean / wheat binomial since the late 1970s and, more recently, the advancement of sugar cane agribusiness in the region, making possible a new territorial configuration. Therefore, when discussing the socio-territorial impacts, the main changes brought about in the social subjects involved are presented. They are changes that have a central origin in the expansion of capitalism, that is, changes in the basis of work in rural areas, increased use of agrochemicals in the region, changes in vegetation cover, especially after the arrival of the sugar industry in Glória de Dourados, more specifically, in the vicinity of the Bethel settlement and Estrelinha community. In this way he considered the relations of peasantry experienced in the Bethel settlement and its surroundings, from the dialogues and observations of how these relations are given, so as to understand that the way the peasant relates to the land goes far beyond of what one thinks of economic values from the capitalist point of view, that is, their relation to the land is linked to values, ethnic, moral and culture.

Keywords: Sugarcane production, socio - territorial impacts, peasant resistance.

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	28
O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO	28
1.1 - O Debate da Questão Agrária: Recriação Camponesa versus Expansão do Agronegócio	29
1.2– Os Movimentos Socioterritoriais Camponeses	41
1.3 – Considerações teóricas a respeito da relação dos Territórios com a Questão Agrária na atualidade	45
CAPITULO II	50
A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	50
2.1 - Ocupação Territorial em Mato Grosso do Sul: Concentração Fundiária e Luta pela Terra dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses	51
2.2-Glória de Dourados no Contexto Agrário a partir da CAND	60
2.3 - O Trabalho Familiar na CAND	71
CAPÍTULO III	77
A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM GLÓRIA DE DOURADOS - MS	77
3.1-A Territorialização do Agronegócio Canavieiro em Mato Grosso do Sul: Impactos, Disputas e Conflitos com o Campesinato	78
3.1. 1 – Expansão produtiva do Grupo Empresarial Adecoagro	84
3.2-A Territorialização do Agronegócio Canavieiro no município de Glória de Dourados: Resistência, Subalternidade e Expropriação Camponesa.....	86
CAPÍTULO IV	106
A RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE AOS IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DO AGROENGÓCIO CANAVIEIRO NO ASSENTAMENTO BETEL E NA COMUNIDADE CAMPONESA ESTRELINHA.....	106
4.1 - A Recriação e a Resistência Camponesa no Assentamento Betel: Terra, Família e Trabalho.	111
4.2 - Relações de Trabalho do Campesinato no Assentamento Betel: a Soberania Alimentar entre Resistências e Subalternidades.....	115
4.3-Os Impactos dos Agrotóxicos do Agronegócio Canavieiro sobre os Camponeses Sericultores e Apicultores do Assentamento Betel e adjacências	124
5- Considerações Finais	140
6 – Referências	144

MAPAS

Mapa: 01 – Área de abrangência da Cia. Mate Laranjeira na porção austral de Mato Grosso do Sul.....	55
Mapa: 02 – Localização da CAND	63
Mapa: 03 – Área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)	65
Mapa: 04 – As linhas da malha fundiária de Glória de Dourados.....	68
Mapa: 05 – Município de Glória de Dourados-MS.....	68
Mapa: 06 – Localização das Unidades Agroindustriais Canavieiras de Mato Grosso do Sul.....	82
Mapa: 07 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2009 – 2010)	91
Mapa: 08 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2010 – 2011)	92
Mapa: 09 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2011– 2012)	93
Mapa: 10 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2012 – 2013)	94
Mapa: 11 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2013 – 2014)	95
Mapa: 12 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, . (2014 – 2015)	96
Mapa: 13 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2015 – 2016)	97
Mapa: 14 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2016 – 2017).....	98
Mapa: 15 – Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, (2017 – 2018).....	99
Mapa: 16 – Canaviais no entorno do assentamento Betel e comunidade Estrelinha.....	109

GRÁFICOS

Gráfico 01: Venda de agrotóxicos no Brasil por cultura.....	128
---	-----

FOTOS

Foto: 01 – Derrubada de árvores na 2ª Zona da CAND na década de 1950...	73
Foto: 02 – Preparo de solo com arado de tração animal no município de Glória de Dourados.....	75

TABELAS

Tabela 01 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2006.....	57
Tabela: 02 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2014.....	58
Tabela: 03 – Área Plantada em hectares com cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, 2009 – 2017.....	83
Tabela: 04 – Área cultivada com cana-de-açúcar - Município de Glória de Dourados Unidade: hectares – 2009 – 2018.....	88

FIGURAS

Figura: 01 – Limites territoriais entre o Assentamento Betel e a monocultura Canavieira.....	106
Figura: 02 – Limites territoriais entre comunidade Estrelinha e monocultura da cana.....	110
Figura: 03 – Propriedade de P. Assentamento Betel.....	114
Figura 04 – Propriedade do Senhor P.A (linha do Iguaçu – km 16 – Município de Glória de Dourados.....	118
Figura 05 – Criação de Gado no assentamento Betel – linha do Iguaçu – Município de Glória de Dourados.....	119
Figura 06 – Criações de animais na propriedade do senhor J.C localizada na linha do Iguaçu – município de Glória de Dourados.....	123
Figura: 07 – Sericicultor do assentamento Betel – Glória de Dourados.....	130
Figura: 08 – Contaminações do Bicho-da-seda após aplicação de agrotóxicos em Canaviais.....	133
Figura: 09 – Aeronave sobrevoando as proximidades do assentamento Betel..	134

Figura: 10 – Lei municipal que proíbe a pulverização aérea no município de Glória de Dourado.....	135
Figura: 11 – Plantação de cana-de-açúcar no entorno da propriedade do apicultor em Glória de Dourados.....	138

APÊNDICES

Apêndice: 01: – Questionário Semiestruturado aplicado aos trabalhadores residentes ao assentamento Betel, Comunidade Estrelinha e trabalhadores que não residem no Betel e no Estrelinha, mas que prestam serviços para a usina Adecoagro.....	151
--	-----

ANEXOS

Anexo: 01– Lei municipal que proíbe a pulverização aérea no município de Glória de Dourados.....	153
--	-----

SIGLAS

CAND:	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
PQA:	Paradigma da Questão Agrária
PCA:	Paradigma do Capitalismo Agrário
MST:	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CUT:	Central Única dos Trabalhadores
FETAGRI:	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
SNCR:	Sistema Nacional de Cadastro Rural
FAMASUL:	Federação da Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul
BIOSUL:	Associação dos produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul
CANASAT:	Monitoramento da Cana-de-Açúcar

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a expansão e os impactos socioterritoriais da produção canavieira no município de Glória de Dourados – MS, mais especificamente no assentamento Betel, localizado na linha do Iguaçu, km 16, nascente da antiga fazenda Betel, além de envolver a comunidade camponesa Estrelinha, que é formada por camponeses tradicionais, que estão situados na mesma localidade. Discutimos as transformações socioterritoriais que vêm se evidenciando ao longo dos anos, mais especificamente, a partir da territorialização da produção canavieira.

Construímos nossa reflexão por meio do debate das disputas territoriais e a lutas de classes no campo. Isso significa que temos, de um lado, a resistência camponesa e, de outro lado, os avanços do agronegócio canavieiro. O debate está relacionado com a perspectiva teórico-política-ideológica do Paradigma da Questão Agrária, tendo como base as disputas territoriais e os diferentes tipos de propriedades, caracterizando as contradições entre terra de negócio versus terra de trabalho.

Desse modo, é pertinente apresentar, como objetivos específicos, verificar as relações existentes entre a estrutura fundiária local, a territorialização do agronegócio canavieiro, os impactos socioterritoriais e as relações de resistência camponesa.

Com isso, buscamos dialogar com a fundamentação teórica de autores que apresentam elementos cruciais na abordagem dos conceitos de territorialidades, territórios, agronegócio, uso da terra e campesinato, tendo como objeto central estudar a expansão territorial da produção canavieira no município de Glória de Dourados, bem como seus desdobramentos socioterritoriais no assentamento Betel e comunidade camponesa Estrelinha.

Centralizamos nossa pesquisa a partir dos desdobramentos socioterritoriais oriundos da instalação da Usina Adecoagro, com unidades nos municípios de Ivinhema – MS (ressaltamos que nosso trabalho se baseia na territorialização da Usina Adecoagro com unidade instalada em Ivinhema) e Angélica – MS, mas que tem arrendamentos de terras no município de Glória de Dourados – MS. A problemática a ser discutida se torna relevante, visto que a territorialização do

plantio e cultivo da cana estão nos limites do assentamento Betel, território camponês analisado em nossa pesquisa, onde se encontram 16 famílias assentadas.

Além do assentamento, fará parte de nossa análise, as famílias de camponeses que são moradores da comunidade camponesa Estrelinha, também, atingidas pela territorialização da cana.

As famílias, tanto do assentamento Betel quanto da comunidade camponesa Estrelinha, constituem seu modo de vida por meio do trabalho familiar. Por isso, entendemos que se faz necessária uma análise sobre os impactos socioterritoriais e mudanças que se deram nesses territórios a partir da territorialização da cana pela usina Adecoagro. Esses impactos dizem respeito, principalmente, ao uso intensivo de agrotóxicos e à expropriação de muitos trabalhadores locais.

O Brasil é, hoje, um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, e muitos desses produtos estão proibidos em seus países de origem por seus riscos à saúde, porém, encontram nas leis brasileiras brechas para o seu uso e comercialização. Esses produtos têm se tornado uma marca da agricultura capitalista, e é, veementemente, defendida pela classe que representa o agronegócio. Por isso, analisamos os impactos socioterritoriais causados pelos agrotóxicos a partir do cultivo da cana no município de Glória de Dourados - MS, visto que a forma de aplicação nas lavouras de cana tem trazido grandes danos para os camponeses do assentamento Betel e da comunidade camponesa Estrelinha.

Ressaltamos, também, o processo de expropriação de muitos trabalhadores a partir da territorialização da cana no município de Glória de Dourados - MS, ou seja, na medida em que muitas fazendas foram arrendadas pela usina Adecoagro para o plantio da cana, ocorreu a desterritorialização de muitos trabalhadores assalariados rurais que residiam nelas .

Vale destacar a importância de trazermos para a discussão uma investigação histórica sobre as atividades produtivas que ocorreram anteriormente à produção da cana em Glória de Dourados - MS. Estabelecemos comparações entre as formas de produção anteriores e após a territorialização da cana no contexto agrário local, perpassando o período da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o cultivo da soja, a pecuária e o cultivo canavieiro. Essa análise faz-se necessária pelo fato de que, nos dias atuais, muitas foram às transformações que ocorreram no espaço

agrário local, engendradas pelo desenvolvimento capitalista desigual e contraditório, acompanhadas de disputas/conflitos territoriais e impactos socioambientais.

A proposta político-econômica de um campo constituído pelo latifúndio dentro de um modelo agroexportador é o principal motivo desses conflitos territoriais. Isso vem se tornando cada vez mais frequente, de tal maneira que o discurso dominante a favor do avanço do agronegócio no Brasil busca reforçar e ampliar a ideologia de que este é o único modelo produtivo eficaz e capaz de solucionar os problemas socioeconômicos.

Ao contrário do que se observa na lógica de reprodução dos povos do campo, as relações sociais do modo capitalista de produção têm, por sua vez, a sua lógica amparada no tripé latifúndio-monocultura-exportação como essência para atender o mercado internacional. Para defender esse modelo, os representantes do setor apresentam números, ideologicamente organizados, sobre a balança comercial do país, fazendo prevalecer a ideia de que o agronegócio é o grande responsável pela produção de riquezas, geração de emprego, rentabilidade e arrecadação para o Estado, caracterizando-o como o grande protagonista do desenvolvimento do país na atualidade.

Dessa maneira, não são discutidas às dificuldades enfrentadas pelos camponeses, que têm como base as relações de trabalho familiar, para produzir, comercializar e obter renda. De maneira geral, isso acaba sendo considerado algo irrelevante, por parte da classe dominante, ou seja, sem importância para o desenvolvimento econômico do país.

Esses fatores são negligenciados de maneira ideologicamente intencional, reproduzindo, assim, as desigualdades existentes entre as classes sociais no campo brasileiro.

O desenvolvimento capitalista no campo que transformou a terra em mercadoria e propriedade privada concedeu direitos absolutos dos proprietários sobre ela. Inclusive o direito de não produzir – reserva de valor (terra de negócio).

À medida que as legislações flexibilizaram a importância do uso da terra, os latifundiários passaram a vê-la como direito sagrado, inviolável. Com isso, muitos “muros” foram levantados, impedindo o acesso e, até mesmo, causando a expropriação de muitos camponeses. Esse fato está em discordância com a constituição de 1988 que impõe limites à propriedade privada da terra, entre eles, o

caráter improdutivo, e afirma que a mesma deve ser destinada à reforma agrária nesse caso.

O acesso à terra tem se colocado como condição indispensável para os que buscam se reproduzirem enquanto classe social camponesa. Estamos nos referindo a um bem natural que é a condição da reprodução da vida em todas as suas dimensões materiais e simbólicas, de outras vivências e convivências (terra de trabalho) para além daquelas impostas pelo projeto do capital, por isso, entendemos o direito à terra como um direito humano.

Entretanto, para compreendermos as contradições sobre a questão agrária no Brasil, é necessário entendermos como ocorreu e ocorre a apropriação da terra, a partir da lógica do modo de produção capitalista. Com isso, é importante analisar a expansão capitalista no campo, ou seja, as perspectivas e avanços da industrialização na agricultura que, por sua vez, vem unindo, em uma mesma classe, os proprietários de terras e os capitalistas através da capitalização da renda da terra (OLIVEIRA, 1994).

Dessa maneira, para entendermos essa contradição, é necessário analisarmos o processo atual de desenvolvimento do capitalismo no campo, unificando o que ele mesmo separou em seu processo inicial: a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 1994, p.51). Vale destacar o que o autor chama atenção sobre a agricultura brasileira, e a maneira que a mesma está relacionada ao modo de produção capitalista mundializado, a partir de um movimento desigual-combinado-contraditório do capital no campo.

Ao analisarmos como ocorreu e ocorre o processo de distribuição de terras no Brasil, percebe-se que a luta pelo “pedaço de chão” sempre se deu, de fato, de maneira desigual, por tal motivo que os camponeses, como classe social que são, não tiveram outra opção, senão, a de resistência. Resistência que há vários séculos no Brasil vem caminhando em oposição à classe latifundiária e, mesmo que subalternizada, vem fazendo prevalecer sua real essência de seu modo de vida que se reproduz a partir da tríade terra-família-trabalho (CAMACHO, 2014).

Assim, a terra existe para os camponeses não somente como meio de produção para o autoconsumo e venda do excedente de mercadorias para obtenção de renda, mas também no sentido multimensional (material-imaterial) da vida em sua totalidade, de pertencimento, moradia, lazer, identidade territorial, além, da produção de alimentos para toda a sociedade.

As disputas e conflitos gerados pela apropriação e uso da terra no Brasil se apresentam de diversas maneiras e em distintas regiões do território brasileiro, de modo que na região sul de Mato Grosso do Sul não é diferente. A ocupação e apropriação da terra pelo setor canavieiro vêm se tornando a cada dia uma situação mais evidente, sendo que, de um lado, temos a terra do agronegócio (latifúndio) e, de outro, a terra de trabalho dos camponeses, além dos territórios indígenas.

O espaço regional meridional sul-mato-grossense teve sua estrutura fundiária marcada a partir de sua origem no processo de ocupação do antigo estado de Mato Grosso, sendo que sua construção/reconstrução esteve relacionada a algumas especificidades que marcaram seu contexto histórico.

Dentre os fatos históricos marcantes, podemos citar: a presença dos povos indígenas, que foram “confinados” em Reservas para liberar a terra para os latifundiários; a ocupação territorial da Companhia Mate Laranjeira, que obteve concessão de terras do Estado brasileiro para a exploração da erva-mate; o projeto de marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, que culminou na constituição da Colônia Agrícola Nacional (CAND); a venda de terras públicas para latifundiários, feita pelo próprio Estado; a luta de camponeses posseiros e sem terras para ocuparem as terras improdutivas e devolutas no estado; e as conquistas de assentamentos, pelos movimentos camponeses, a partir da década de 1980, que trouxe novas perspectivas, possibilitando um novo cenário de territorialização e reprodução social da classe camponesa (FABRINI, 2008).

Porém, tais conquistas não se firmaram de maneira tão contundente devido à expansão do agronegócio no estado, que fomentou historicamente as disputas socioterritoriais no campo. Com isso, podemos observar a conflitualidade existente entre o agronegócio canavieiro e os camponeses, que resistem para permanecer no campo e recriar seu modo de vida. Entendemos, então, o quanto a conquista da terra traz para esses camponeses o verdadeiro significado de lutar contra a concentração de terra e renda desenfreada pelo capital que, ao arrancá-los da terra, impede a reprodução do seu trabalho e se ergue como oposição à continuidade do seu modo de vida (ALMEIDA, 2003).

Elaboramos a proposta metodológica dividindo nosso texto em 04 capítulos.

No primeiro capítulo, fazemos uma discussão acerca do Paradigma da Questão Agrária, bem como, enfatizamos, nesse primeiro momento, um estudo detalhado em relação às disputas territoriais entre agronegócio e campesinato.

Diante disso, procuramos trazer para o debate teórico, a leitura de artigos publicados em anais, periódicos, livros e teses que contemplam as disputas entre as duas classes antagônicas no campo. Com isso, consideramos ser importante apresentar os debates teóricos que discutem tais disputas a partir de diferentes olhares, ou seja, entendemos ser relevante caminhar pelas duas vertentes de pensamento constituídas pelo Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

Embora nossa pesquisa tenha como perspectiva teórico-política-ideológica a defesa do PQA, de modo que esse se torna a vertente norteadora de nosso trabalho, acreditamos que o debate entre as duas linhas de pensamento nos dá a oportunidade de entender melhor a complexidade da questão agrária e as razões que nos permitem defender a recriação camponesa, através da luta e resistência no campo.

No segundo capítulo, damos ênfase à questão agrária em Mato Grosso do Sul, de modo que abordamos o processo de ocupação e a concentração fundiária.

Apresentamos nosso debate a respeito da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, bem como, a importância dos movimentos socioterritoriais camponeses. Nossa análise teórica está fundamentada a partir da leitura e reflexão de trabalhos de autores que apresentam um debate sobre a questão agrária e as disputas que se dão através e a partir dos movimentos sociais.

Assim também, podemos observar que a terra em Mato Grosso do Sul sempre esteve centralizada a partir da apropriação capitalista, ou seja, isso ainda antes da divisão do estado, no antigo estado de Mato Grosso. Neste sentido, a estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul sempre esteve sob o controle dos latifundiários que, por sua vez, estabelecia não só o poderio econômico da classe dos proprietários de terra e capitalistas, mas também influenciava o poder político.

Esse debate nos permite fazer uma reflexão por leituras de diversos autores que desenvolveram e desenvolvem trabalhos sobre o histórico das disputas pela terra em Mato Grosso do Sul e nos dias atuais. Essa análise teórica nos proporciona a oportunidade de entender como o latifúndio e a política do Estado sempre estiveram articuladas através do controle e poderio econômico.

Analisamos a questão agrária no MS como uma problemática que não pode ser compreendida somente a partir de dados e informações atuais. Verificamos que a concentração fundiária em Mato Grosso do Sul já nasceu concentrada, ou seja, ela

surge a partir do momento em que o estado começa a fazer a transferência/venda de grandes áreas públicas para os proprietários fundiários (FABRINI, 2008), de modo que, historicamente está enraizada na maneira como o Estado concedeu as mesmas para a monopolização e expansão dos latifúndios e não somente pelo resultado da expropriação camponesa pela expansão capitalista.

Nesse capítulo, debatemos também sobre a questão agrária em Glória de Dourados - MS e como se baseou o processo de ocupação de terras no município. Verificamos o contexto agrário a partir da (CAND), onde as terras, que atualmente compreendem o município de Glória de Dourados, tiveram seu desbravamento diretamente ligado à implantação da colonização. Ressaltamos a importância desse debate para contextualizarmos como iniciou a concentração fundiária no município de Glória de Dourados - /MS.

Com isso, tratamos sobre os sujeitos do campo nesse modelo de povoamento que propiciou a vinda de diversas famílias de distintas regiões do Brasil, na perspectiva de terem a conquista de suas terras. Analisamos a partir de fontes orais embasadas nos relatos de algumas pessoas que viveram o período da formação da CAND, e apresentam, em seus relatos, as condições que as famílias viviam neste período. No terceiro capítulo de nosso trabalho, fazemos uma análise a partir de elementos considerados cruciais para construção de nossa pesquisa.

Debatemos sobre a territorialização do agronegócio canavieiro e a resistência camponesa. Debatemos sobre a territorialização do agronegócio canavieiro e a resistência camponesa. Consultamos artigos, teses, livros e revistas que discutem esta temática, para desenvolver nossa fundamentação teórica. Consideramos a importância de dialogar com diversas fontes bibliográficas sobre a territorialização canavieira de maneira histórica e ampla, em seu contexto nacional e estadual para podermos estudar nossa realidade local.

A proposta desse capítulo apresenta os principais impactos socioterritoriais provocados pela territorialização do agronegócio canavieiro dentro do município de Glória de Dourados - MS, mais especificamente, aos camponeses do assentamento Betel e à comunidade de camponeses do Estrelinha. Esse impacto como destaque o uso de agrotóxicos provocados principalmente pela prática da pulverização aérea nos canaviais no entorno das propriedades dos camponeses.

Todo esse debate está relacionado à territorialização da Usina Adecoagro que tem sua unidade industrial instalada no município de Ivinhema e ocupa as terras do município de Glória de Dourados através de arrendamentos.

Discutimos a problemática dos dados levantados durante o trabalho de campo realizado com moradores do assentamento e residentes fora dele e que prestam serviços para a usina. Realizamos as entrevistas entre os meses de julho e setembro de 2018, quando foram entrevistadas 17 pessoas entre trabalhadores que residem no assentamento e comunidade Estrelinha, além de trabalhadores que não residem, tanto no assentamento Betel, quanto na comunidade de Estrelinha, mas que prestam serviços para a usina.

Durante as entrevistas, procuramos deixar os entrevistados à vontade para falarem de maneira espontânea, ou seja, não buscamos qualificar as perguntas na obtenção de respostas fechadas. Isso proporcionou aos entrevistados uma maior liberdade para os seus relatos. Para a pesquisa, isso se tornou muito importante, pois, muitas informações foram além daquilo que um questionário semiestruturado nos permitiria evidenciar.

Desse modo, a entrevista nos permitiu um melhor direcionamento em relação às informações obtidas. Com isso, buscamos dar maior qualidade para nossa pesquisa, de maneira que buscamos compreender melhor os impactos relacionados à chegada da usina Adecoagro (arrendamentos de terras) no município de Glória de Dourados - MS. Além do mais, foi possível evidenciar alguns dos principais impactos provocados a partir da expansão da produção canavieira nos limites do município e seus arredores, principalmente aos sujeitos que nossa pesquisa se dispõe a analisar, que são os camponeses do assentamento Betel e camponeses tradicionais da comunidade Estrelinha.

O questionário proposto (Apêndice 01) foi elaborado no sentido de entender melhor as complexidades existentes no cenário que envolve a questão agrária, principalmente pelos embates existentes entre campesinato e agronegócio, decorrentes da luta/resistência/recriação e permanência no campo, tendo os camponeses de um lado e a classe dominante de outro, buscando cada vez mais ampliar seu capital a partir de um modelo que visa a exportação e ao monocultivo, gerando diversos problemas. Entretanto, é nesse contexto que a Geografia, como ciência que estuda e analisa o espaço como sendo esse seu principal objeto de

estudo, nos possibilita a oportunidade de pensar e repensar a questão agrária através de diferentes paradigmas.

É importante destacar também os desafios que a pesquisa nos proporcionou durante realização de nosso trabalho de campo, ou seja, encontramos muita dificuldade para obtenção de dados informativos relacionados ao setor do agronegócio canavieiro. Muitas informações que obtivemos, foram contraditórias com a realidade que presenciamos, de fato, no campo, ou seja, a omissão de muitos dados nos permitiu fazer uma reflexão sobre o quanto é complexo compreender a dinâmica a partir do antagonismo de classes.

Com isso, buscamos dialogar com pessoas ligadas ao setor do agronegócio canavieiro, na perspectiva de obter alguns dados que pudessem apresentar maior relevância na fundamentação de nossa pesquisa e na defesa de nossa proposta. Realizamos algumas visitas na Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), além de envio de vários e-mails solicitando dados que nos permitissem evidenciar a ocupação canavieira dentro dos limites do município de Glória de Dourados.

Desse modo, em uma das visitas realizadas em Campo Grande, no mês de novembro de 2018, conseguimos alguns mapas fornecidos pela Famasul, que nos permitiram demonstrar, de maneira mais detalhada, a expansão canavieira no município de Glória de Dourados. Além desses dados, buscamos também informações sobre o setor canavieiro a partir de sites na internet, como no caso da Associação dos produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul), Monitoramento da cana-de-açúcar via imagem de satélite (Canasat), entre outros que nos permitiram a elaboração e organização de mapas, gráficos e tabelas para que os dados de nossa pesquisa fossem apresentados com maior transparência e relevância.

No quarto e último capítulo de nossa pesquisa, abordamos a situação vivida pelos camponeses do assentamento Betel e comunidade Estrelinha a partir da luta e da resistência frente aos impactos provocados pela territorialização do capital canavieiro dentro do município de Glória de Dourados.

O debate se fundamentou nas reflexões e análises teóricas realizadas por autores que discutem o campesinato a partir da recriação, lutas e permanência no campo. Consideramos que, para esse debate, teve grande importância o trabalho de

campo realizado com os camponeses, uma vez que seus relatos foram de extrema relevância para a compreensão da resistência camponesa.

A partir das análises que desenvolvemos com os camponeses nesses trabalhos de campo, realizamos entrevistas, registramos a realidade com fotos.

Esclarecemos que utilizamos a metodologia das fontes orais com questionário semiestruturado (apêndice 01). Os sujeitos envolvidos no processo de construção da pesquisa foram os camponeses-assentados e os camponeses da comunidade Estrelinha.

Refletimos acerca das dificuldades impostas a esses sujeitos pela usina Adecoagro ao produzir a monocultura da cana-de-açúcar. Esse processo acarretou vários impactos socioterritoriais para esses moradores, como a perda da produção de alimentos, a perda de animais, a perda da biodiversidade, a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos etc. Enfim, houve uma intensificação dos problemas sociais e ambientais causados aos camponeses.

Essa realidade é observada durante nosso trabalho de campo a partir de alguns sericicultores (produtores do bicho-da-seda) dentro do assentamento, em que a luta e a resistência se tornam o grande trunfo frente à expansão canavieira naquela localidade.

A sericicultura, uma das atividades desenvolvidas dentro do assentamento, encontra algumas barreiras devido ao monocultivo da cana, ou seja, a utilização de agrotóxicos realizada no cultivo canavieiro tem prejudicado muito a produção do bicho-da-seda. Isso gera prejuízos aos sericicultores não só do assentamento, mas também de camponeses de outros territórios. Portanto, o uso de agrotóxico tem apresentado graves problemas aos produtores da região.

Sobre os impactos causados pelo uso de agrotóxicos, fizemos nossa reflexão com base no relato e análise da realidade vivida pelos camponeses e autores que discutem essa problemática em escala nacional e internacional, como é o caso de Larissa Mies Bombardi (2017).

Diante dessa problemática, o capítulo apresenta as reivindicações levantadas pelos camponeses em conjunto com órgãos do ministério público municipal e estadual, acadêmicos e professores universitários e representantes da esfera legislativa. As reivindicações culminaram com a proibição da pulverização aérea dentro dos limites do município de Glória de Dourados a partir do ano de 2016 (essas informações estão presentes nos anexos deste trabalho).

Faremos uma contextualização mais detalhada a seguir sobre como abordamos cada item de nosso trabalho.

Na primeira parte de nosso trabalho fizemos as leituras de livros, artigos, teses, que trazem um estudo sobre a proposta de nossa pesquisa, ou seja, como os eixos estão estruturados. O primeiro tema abordou o Paradigma da Questão Agrária e as disputas entre o campesinato e agronegócio. A pesquisa foi construída teoricamente a partir do diálogo entre autores do Paradigma da Questão Agrária (PQA). Com isso, apresentamos alguns dos principais autores para essa discussão, Rodrigo Simão Camacho (2008; 2014), Bernardo Mançano Fernandes (2005; 2009 2013), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Maria da Glória Gohn (1997), Eduardo Paulon Girardi (2016), Rosemeire Aparecida de Almeida (2003), João Edmilson Fabrini (2008), Claude Raffestin (1993), Marcos Aurélio Saquet (2009) e Rogério Haesbaert (2010).

Ressaltamos a importância desses autores para nossa reflexão teórica em relação aos estudos sobre movimentos sociais/socioterritoriais, disputas entre campesinato e agronegócio, territórios e suas territorialidades, o desenvolvimento capitalista no campo, o processo de recriação camponesa, a territorialização e desterritorialização, a questão agrária e a concentração fundiária.

Assim Também, a partir desse conjunto de elementos que envolvem a questão agrária e as disputas territoriais, consideramos importante trazer, em nossa discussão, como comparativo, as interpretações constituídas pelo PCA, com o propósito de reafirmar e melhor evidenciar nosso referencial de pesquisa, que vai ao encontro do PQA.

Na segunda parte, debatemos sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul, bem como, o processo de ocupação territorial do estado, a concentração fundiária, a luta pela terra, os movimentos socioterritoriais camponeses, a questão agrária em Glória de Dourados, a ocupação territorial em Glória de Dourados, entre outros. Desse modo, os principais autores que usamos para discutir essas temáticas foram Rosemeire Aparecida de Almeida (2003), Rodrigo Simão Camacho (2008; 2014), João Edmilson Fabrini (2008), Sedeval Nardoque, Danilo Souza Melo e Mieceslau Kudlavicz (2014; 2018), Suzana Gonçalves Batista Naglis (2014), José de Souza Martins (1986), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) e Pedro Alcântara Lima (2006).

Na terceira parte de nosso texto, debatemos sobre a territorialização do agronegócio canavieiro; expropriação e resistência camponesa em Glória de Dourados. Buscamos, então, fazer uma análise teórica em relação aos principais temas que envolvem a questão: o breve histórico da produção canavieira em escala, estadual e municipal, bem como, os principais avanços do setor nos últimos anos, as estratégias de expansão do setor canavieiro em suas áreas de ocupação, os embates entre o agronegócio canavieiro e camponeses, a evolução produtiva da empresa Adecoagro, no espaço territorial de Mato Grosso do Sul, no Brasil e em outros países, as vantagens comparativas da empresa para se instalar no estado de MS, a expansão produtiva da empresa nos limites do município de Glória de Dourados, bem como os avanços do setor para município, a questão do uso de agrotóxicos e seus impactos aos camponeses, a pulverização aérea e seus desdobramentos para além do município.

Além disso, buscamos analisar todas essas temáticas a partir de alguns dos principais autores que contextualizam sobre o assunto. Desse modo, fizemos nossa reflexão teórica a partir de Alex Torres Domingues e Antonio Thomaz Junior (2012; 2015), Jodenir Calixto Teixeira e Antônio Nivaldo Hespanhol, (2016), Bernardo Mançano Fernandes (2009; 2016), Rodrigo Simão Camacho (2008), David Harvey (2005) e Octavio Ianni (1996).

Na quarta e última parte de nosso trabalho, abordamos a resistência camponesa frente aos impactos socioterritoriais do agronegócio canavieiro no assentamento Betel e comunidade camponesa Estrelinha e fazemos uma reflexão teórica da recriação campesina e os princípios da resistência e estruturação dos camponeses-assentados, uma análise das categorias terra/família/trabalho, as relações de trabalho no assentamento Betel e comunidade Estrelinha, soberania alimentar, subalternidade ao capital canavieiro e os desafios desses camponeses frente aos impactos provocados pelo monocultivo da cana e seus desdobramentos, principalmente causados pelo uso de agrotóxicos em suas lavouras.

Desse modo, analisamos esse contexto por meio de alguns dos principais autores que contribuem para o debate destes temas e que nos permitem uma melhor reflexão, sendo estes: Klaas Woortmann (1990), Rodrigo Simão Camacho (2012; 2014), João Edmilson Fabrini (2002), Alex Torres Domingues (2015), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), José Vicente Tavares dos Santos (1978), João Pedro Stedile e Horácio Martins de Carvalho (2012), Horácio Martins de

Carvalho e Francisco de Assis Costa (2012), Rodrigo Simão Camacho e Tiago Egídio Cubas (2011), Raquel Maria Rigotto e Islene Ferreira Rosa (2012), Djoni Roos (2012; 2015) e Larissa Mies Bombardi (2011; 2017).

CAPÍTULO I

O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO

*O camponês trata das leiras
Mantém em forma as vacas, paga impostos
Faz filhos pra poupar criados e
Está dependente do preço do leite.
Os da cidade falam do amor ao torrão
Da sadia cepa campesina e
Que o camponês é o fundamento da Nação.
Os da cidade falam do amor ao torrão
Da sadia cepa campesina e
Que o camponês é o fundamento da Nação.
O camponês trata das leiras
Mantém em forma as vacas, paga impostos
Faz filhos pra poupar criados e
Está dependente do preço do leite.
Bertold Brecht*

Entendemos que a origem da questão agrária não é uma problemática recente, ou seja, as disputas socioterritoriais são históricas.

Entendemos que existe uma questão agrária no Brasil desde o período colonial e que atualmente está relacionada com a internacionalização da economia brasileira. Situação que envolve o agronegócio de um lado e o campesinato de outro. Por isso, a reforma agrária se fez de extrema necessidade para acabar com a concentração fundiária e distribuir renda a partir do retorno ao campo dos camponeses expropriados (CAMACHO, 2008, p.437).

Durante este capítulo, faremos nossa análise reflexiva por meio do debate das disputas/conflitos territoriais e das lutas de classes no campo. Apresentamos nossa discussão a partir da resistência camponesa de um lado e de outro lado, os avanços do agronegócio canavieiro. Nosso embasamento teórico está articulado a

partir de autores que discutem como as relações sociais e as disputas territoriais se fazem presentes no campo. Entretanto nossa pesquisa será construída teoricamente a partir do diálogo entre autores do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Consideramos importante trazer, em nossa discussão, os elementos demonstrados através do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), com o propósito de reafirmar e melhor evidenciar nosso referencial de pesquisa, que vai ao encontro do PQA.

Com isso, analisaremos também as transformações ocorridas ao longo dos anos no campo brasileiro, de modo a discutir como tais mudanças têm se apresentado no avanço da mecanização agrícola, fortalecendo cada vez mais a agricultura capitalista, o que denominamos como o agronegócio. Nesse sentido, chamaremos a atenção sobre as consequências do avanço do capitalismo no campo, denominado de “modernização da agricultura”, ou seja, pretendemos discutir quais são os limites desse modelo agrário/agrícola, quem são as classes beneficiadas e quem são as classes mais impactadas nesse processo.

1.1 - O Debate da Questão Agrária: Recriação Camponesa versus Expansão do Agronegócio

Para o melhor entendimento de nosso objeto de estudo, quais sejam os impactos resultantes da territorialização do capital canavieiro em Mato Grosso do Sul e, tendo como recorte espacial o município de Glória de Dourados, com especificidades ao assentamento Betel e comunidade Estrelinha, tal qual, debatemos as transformações socioterritoriais que vêm se evidenciando ao longo dos anos, mais especificamente, a partir da territorialização do agronegócio canavieiro.

Também, faremos nossa análise reflexiva por meio do debate das disputas territoriais e das lutas de classes no campo. Reafirmamos nosso debate, através de autores que discutem como as relações sociais e as disputas territoriais se fazem presentes no campo.

Portanto, consideramos ser pertinente apresentar um contraponto a partir de vertentes de estudos, tais como o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), com o propósito de reafirmar e melhor evidenciar nosso referencial de pesquisa.

Assim também, buscamos compreender o uso e ocupação da terra (apropriação do território) a partir de debates teóricos que analisam a questão agrária através de olhares paradigmáticos de maneiras distintas, como comenta Camacho (2014, p.113).

Este debate científico entre os dois paradigmas envolve reflexões antigas como o **fim do campesinato** (Paradigma da Questão Agrária) discutido desde as obras seminais que tratam sobre a questão agrária, até as discussões mais atuais relacionadas à **metamorfose do campesinato** (Paradigma do Capitalismo Agrário), ou o oposto, sua **recriação** na contradição, na resistência e na luta (Paradigma da Questão Agrária).

Na perspectiva da recriação camponesa, entendemos que as disputas pela terra e seu acesso, tornam-se cada vez mais complexa, gerando conflitos, através do antagonismo de classes: campesinato e capitalistas do agronegócio, de modo que o campesinato vem sofrendo por muito tempo as severas consequências dessas disputas, ou seja, os modelos de desenvolvimento que apoiam o agronegócio tentam a todo instante destruir o modo de vida camponês e, também, ocultar sua importância na cadeia produtiva.

As lutas e a resistência do campesinato no campo fazem prevalecer os elementos estruturantes de sua permanência na terra. É importante ressaltar as diversas observações e debates que muitos autores apresentam sobre a maneira como se dão as disputas entre campesinato e latifundiários. Oliveira (2007, p.10) nos chama atenção para uma corrente de autores que abordam as relações entre campesinato e o mercado a partir do processo de separação dos camponeses do seu meio de produção tradicional através da penetração das relações tipicamente capitalistas, ou seja, o autor destaca que essa corrente de pensadores analisa esse processo em três distintas fases:

- a) Haveria a destruição da chamada "economia natural", o que criaria o produtor individual, o agricultor propriamente dito. Isso ocorreria em função da *separação* do camponês, pequeno produtor familiar de subsistência, dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais.
- b) Uma vez criado pelo processo anterior, o camponês, agora produtor individual, ver-se-ia forçado a abandonar a pequena indústria doméstica, tornando-se exclusivamente agricultor. Esse

processo dar-se-ia pela sua introdução cada vez maior na economia de mercado. Assim, essa fase caracterizar-se-ia pela *separação* da indústria rural e a agricultura.

c) Como produtor individual, o camponês agora estaria integralmente inserido na agricultura de mercado, e isso o levaria ao endividamento, em função dos baixos preços que recebe por seus produtos, e dos altos preços que tem que pagar pelas mercadorias industrializadas. Essa realidade faz com que ele tenha que tomar dinheiro a juro, e, não conseguindo pagar esses empréstimos, vê-se obrigado a vender a propriedade e tornar-se um trabalhador assalariado. Haveria, pois, um processo de *separação* dos meios de produção do camponês; ele ficaria sem esses meios de produção e consequentemente se proletariaria, o que abriria caminho para a implantação da forma especificamente capitalista no campo. Essa forma seria o assalariamento.

Desse modo, para esses pensadores, somente uma democratização e uma política de distribuição de terras de maneira eficaz e igualitária reduziria as disparidades no campo, de modo que haveria então a substituição do latifúndio pela propriedade camponesa ou capitalista (OLIVEIRA, 2007).

Muitos autores buscam dialogar no caminho de compreender como se dá o processo de permanência do campesinato no campo e ainda mais, como esse modo de vida tem conseguido avançar a partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, o próprio capital cria e recria as relações não capitalistas de produção. Oliveira (2007) analisa esse debate a partir do pressuposto de que, o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora.

O avanço do modo capitalista de produção tem evidenciado muitos trabalhadores e camponeses que intensificam ainda mais sua vontade de entrar na terra ou permanecer nela, mesmo que tenham que abdicar de muitas coisas, como por exemplo, os laços familiares, os hábitos culturais e tradicionais que marcaram sua história em um determinado lugar de origem. Em outras palavras, muitos agora se veem na necessidade de se deslocarem em direção a outras regiões em busca de um pedaço de *chão*. Isso pode ser compreendido por Oliveira (2007, p.11).

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)

migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem.

Conforme Oliveira (2007); o autor faz a seguinte análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e o processo de reprodução do campesinato, sendo o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista, que cria, recria as relações não capitalistas e capitalistas concomitantemente, como é o caso do campesinato e a propriedade privada da terra.

As transformações ocorridas ao longo dos anos no campo brasileiro têm apresentado grande evolução na mecanização agrícola, fortalecendo cada vez mais a agricultura capitalista. Isso é denominado como o agronegócio, que nos permite entender como sendo a forma da expansão do capitalismo na agricultura, que, por sua vez, se apropria do latifúndio com objetivo de adquirir renda e lucro ao mesmo tempo.

Para que possamos compreender melhor o conceito de agronegócio, daremos enfoque primeiramente ao uso do termo, de acordo com Leite e Medeiros (2012, p.81):

O termo *agronegócio*, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e *marketing*.

Ainda, segundo os autores, o termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Inicialmente no Brasil, a leitura da palavra *agribusiness* foi traduzida expressivamente por agroindústrias e complexos agroindustriais, que buscavam evidenciar a modernização da industrialização agrícola que, por sua vez, se intensifica a partir da década de 1970.

A estrutura que compreende o agronegócio é complexa, ou seja, nele está inserida a integração entre agricultura, indústria e comercialização direta da produção, principalmente para a exportação. Sobre essas dimensões que envolvem o termo agronegócio, torna-se importante ressaltar que entre tal integração existem

diferenciações. Embora as fronteiras entre agricultura moderna, complexos agroindustriais e agronegócio caminharem por um mesmo direcionamento, não exatamente coincidam (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.82). A mecanização e a modernidade na utilização de insumos agrícolas podem ser evidenciadas nas três expressões mencionadas acima, porém, o processo de exportação não aparece com a mesma intensidade nas duas primeiras em relação à última.

A modernidade agrícola à qual estamos nos referindo, que por sua vez se autodenomina de agronegócio, é o nome dado ao novo modelo de desenvolvimento capitalista no campo. Ressaltamos que tal denominação é apenas uma transfiguração de um modelo arcaico, que por sua vez, está sendo inserido de maneira atualizada em relação ao modelo do período colonial.

Os métodos de exploração da natureza e a humanidade continuam os mesmos, porém agora com algumas alterações e maiores intensidades devido às mudanças na ciência e tecnologia. Essas mudanças apresentam uma nova configuração no espaço agrário brasileiro. Sobre esta nova configuração, Girardi e Fernandes (2013) citam as novas características da chamada agricultura moderna, onde os autores denominam de território do agronegócio.

O território do agronegócio é caracterizado pela exploração do trabalho assalariado, mecanização intensa, grandes propriedades de terra, especulação imobiliária, danos ambientais em grande escala, monocultura, produção majoritária para exportação e concentração do poder político e econômico. O agronegócio se territorializa seguindo a lógica internacional da demanda por seus produtos. Fazem parte do agronegócio os produtos agropecuários destinados majoritariamente à exportação, com uso intensivo de mecanização e de insumos agropecuários e que têm incentivos econômicos para o seu desenvolvimento. O agronegócio tem como principal incentivo ao processo de territorialização, a demanda internacional e o incentivo do Estado (GIRARDI; FERNANDES, 2013, p. 37).

Importante observar, a partir da análise desenvolvida pelos autores, que fica evidente quais são os principais objetivos do agronegócio e como ele busca se territorializar cada vez mais através de um conjunto de forças produtivas, cuja prioridade se baseia para atender ao mercado internacional por meio das exportações. Vale ressaltar também sobre os incentivos que o setor recebe do Estado para ampliar seu espaço de produção.

Dessa forma, a expansão do agronegócio acaba por gerar ainda mais conflitualidades no campo. Segundo Fernandes (2009), aumentou o controle sobre

o território e as relações sociais, prevalecendo muitas injustiças. Isso nos permite compreender a lógica de um modelo produtivo cuja prioridade está voltada para o acúmulo de riquezas e, conseqüentemente, de poder, gerando cada vez mais desigualdades no campo. A partir da lógica desigual e contraditória do agronegócio que rege as relações capitalistas de produção, podemos entender que quanto mais se produz, mais se gera exploração do ser humano e da natureza, provocando, desse modo, o aumento das desigualdades sociais e as transformações ambientais.

Com o processo de avanço da globalização, tais disparidades sociais ficam ainda mais evidentes. Com o capitalismo globalizado, o agronegócio tem intensificado ainda mais sua internacionalização econômica. Com isso, podemos compreender que a junção entre latifundiários-capitalistas-exportadores e as empresas transnacionais constituem o controle do mercado mundial de *commodities*.²

Em Camacho (2008, p.64), podemos ver melhor sobre as características do agronegócio, bem como seus objetivos diante de seu propósito de controle.

São características marcantes desse modelo de produção denominado de agronegócio, o latifúndio mecanizado e o uso de agrotóxicos que movimentam o mercado das transnacionais produtoras desses insumos agrícolas. Como nas tradicionais “plantations” coloniais, o agronegócio baseia – se na tríade: latifúndio, monocultura e exportação.

Podemos observar que as propostas desse modelo de desenvolvimento nos apresentam marcas evidentes em relação aos impactos que podem causar. A concentração fundiária é um grande problema causado pelo agronegócio. Isso provoca a expulsão de muitos camponeses de suas terras, perfazendo a emigração do campo. Outra situação, não menos importante, está relacionada ao processo de mecanização agrícola. Essa é uma problemática que tem ocasionado o aumento do desemprego no campo, que, além dos problemas relacionados ao esvaziamento demográfico rural, também se intensifica a partir do aumento da população urbana. Tem-se, a partir de então, o agravamento de outras questões sociais, ou seja, violência urbana, exclusão social nos centros urbanos, segregação socioespacial entre outros.

² **Commodities** são produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade.

Dessa forma, o modelo de modernidade que tem se apresentado como dito “salvador da pátria” tem em seu DNA a consequente exclusão social e apropriação predatória da natureza. Podemos observar essa situação, por exemplo, através das sementes transgênicas que, por sua vez, são, para o agronegócio, a grande oportunidade de aumento da produtividade e redução dos custos com mão de obra, visto que, sua especificidade é a resistência contra as pragas e maior facilidade para o plantio. Em contradição a isso, entendemos que o resultado é a produção no campo com a presença reduzida de trabalhadores, ou seja, menos emprego e mais exclusão social.

O sistema de monocultura, outra característica marcante do agronegócio, também tem colaborado com a destruição da biodiversidade, principalmente o desgaste do uso do solo e o risco que causa na garantia da soberania alimentar, porque seu principal objetivo é produzir para exportação.

Além de todas essas situações deflagradas pela atuação do agronegócio, podemos considerar o uso dos agrotóxicos como sendo uma das mais agravantes consequências para a degradação socioambiental, tanto para o momento atual quanto para as gerações futuras. Como afirma Camacho, sobre os danos causados pelo agronegócio diante de sua intensificação a partir da monocultura.

Esses agroecossistemas produzidos pelo agronegócio comprometem a biodiversidade, pois a monocultura simplifica ao extremo as relações naturais existentes, necessitando de uma grande quantidade de produtos externos, insumos agroquímicos para que a produção possa acontecer (CAMACHO, 2008, p.65).

Essa realidade torna-se ainda mais preocupante pelo fato de não serem levados em consideração os fatores climáticos, do Brasil e de outros países tropicais, de maneira que o modelo científico racional que está sendo apresentado é o europeu, cujo clima é o temperado. Nesse caso, seria necessário um estudo técnico-científico específico para atender os países tropicais (CAMACHO, 2008) visto que os impactos nessas regiões se tornam mais agressivos devido à quantidade de biodiversidade presentes.

Nesse contexto, as disputas socioterritoriais têm se evidenciado cada vez mais intensas entre agronegócio e campesinato, como comenta Leite e Medeiros:

Á medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido. Cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio (2012, p.87).

Desse modo, refletindo com os autores sobre a forma que o agronegócio tem se apresentado como símbolo da modernidade, podemos observar que, na verdade, este, provoca uma disputa entre as classes sociais. Tais disputas se tornam injustas e desiguais pela maneira que acontecem. Isso nos permite compreender e chamar a atenção sobre as consequências dessa “modernização da agricultura”, que, por sua vez, provoca a desintegração do campesinato, ou seja, a “modernização”, não se realiza para todos como se apresentam nos discursos, isto é, a “modernização” é excludente e contraditória.

A partir do momento em que o camponês se transforma em proletário, este deixa de produzir em seu estabelecimento. Contudo, ele não deixa de consumir. É através dessa mesma proletarianização que o camponês consegue obter as condições para adquirir os produtos comercializados nas cidades produzidos pelas indústrias.

Sendo a última, uma das opções para onde os camponeses se dirigem após a sua desterritorialização.

Além disso, o capital opera duplamente na desintegração do campesinato, ou seja, ao mesmo tempo em que converte o produto do trabalho camponês em mercadoria, transforma o camponês em consumidor de produtos industriais e, também, trabalhador na indústria (IANNI, 1981, p. 150).

O processo de desintegração ou de desterritorialização dos camponeses é uma consequência do desenvolvimento desigual do sistema capitalista de produção. Essa lógica de produção e dominação provoca a exploração do ser humano e da natureza, ou seja, a concentração e acumulação do capital ampliam cada vez mais as desigualdades no campo, como comenta Camacho:

A lógica desigual-contraditória-combinada do agronegócio é a mesma que rege as relações capitalistas de produção: quanto mais se produz, mais gera exploração do homem e da natureza, mais produz mais-valia, mais concentra/acumula/amplia o capital, e a consequência desse processo é a ampliação das desigualdades sociais (CAMACHO, 2014, p. 239).

Desse modo, podemos destacar que o discurso ideológico de aumento da produção e das inovações tecnológicos, a partir da modernidade agrícola no campo, tem como principais objetivos, a ampliação da concentração de terras e exploração da natureza e do ser humano. Com isso, há uma imposição capitalista que constrói uma realidade marcada pela desigualdade e a exploração. A territorialização do capitalismo no campo deve ser entendida num contexto de internacionalização da economia do Brasil num mundo capitalista globalizado. Ao analisarmos esse processo em Oliveira, veremos que:

[...] essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física. (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

As relações que se constituem, proporcionam um cenário de expropriação camponesa ou sujeição da renda camponesa pelo capital do agronegócio. Esse, por sua vez, como diz o próprio nome, tem como objetivo o negócio, ou seja, o lucro. Isso faz desses territórios, onde o capital está territorializado, o local da expropriação camponesa, de trabalhadores assalariados e inserção da mecanização. Assim as relações capitalistas, introduzidas na agricultura, passam a (re) definir sua existência, enquanto expropriados ou enquanto migrantes que buscam outro pedaço de terra para sobreviver enquanto camponeses (reterritorialização).

Entretanto, a monocultura do agronegócio praticada no campo tem sido considerada como o modelo agrário/agrícola da modernidade, que por sua vez, se reproduz por meio da exclusão social e expropriação dos povos do campo devido sua concentração de terra e de renda. Desse modo, ao apresentarmos o modelo de desenvolvimento produtivo pautado na agricultura camponesa e dos povos tradicionais do campo, entendemos que estes possuem uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática de produção baseada na policultura. Com isso, a produção de alimentos (soberania alimentar) se torna um princípio do modo de vida camponês, pois visa à transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma de produção de mercadorias e acúmulo de capital.

Com base nessas premissas, torna-se importante debater as configurações que estão ocorrendo no Mato Grosso do Sul, com ênfase ao município de Glória de Dourados, de modo a ser relevante verificar como e em que medida a monocultura da cana-de-açúcar, acentua as suas bases nesse(s) espaço(s) e tempo(s). Entretanto, é interessante reiterar que o estado do Mato Grosso do Sul tem em sua formação a presença hegemônica do latifúndio, o que de certa forma, dificulta, em grande medida, a (re) criação do campesinato.

É importante verificar a alteração pela qual o campo passou e continua passando, tecendo relações que repercutem, principalmente, na concentração fundiária que amplia seus espaços através da cana-de-açúcar e que impacta na produção agrícola camponesa. Assim, torna-se necessário verificar a expansão das monoculturas, e como esta se configurou no estado do Mato Grosso do Sul e, principalmente, no município de Glória de Dourados. Buscamos demonstrar, nesse processo, também, a participação do Estado ligado aos incentivos à produção em larga escala, que vão, de certa forma, delineando a questão agrária no Brasil nos últimos anos de maneira contraditória e desigual.

Para buscarmos um melhor entendimento sobre a questão agrária no Brasil, faz-se necessário a análise do enfrentamento entre o campesinato e as formas de manifestação do capitalismo, principalmente em relação ao agronegócio. Na disputa entre camponeses e o agronegócio, a resistência e a construção de modelos de desenvolvimento alternativos se apresentam como grande estratégia. A partir das relações capitalistas e não capitalistas do modo produção, é preciso deixar claras as definições distintas entre o agronegócio e o campesinato, de modo que, um se opõe ao outro como escreve Almeida:

O agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura como alguns denominam. O novo aí, se podemos chamar de novo, é que ele agora aparece como categoria homogeneizadora [...] o problema é que nesta pseudo transformação em borboleta, acaba-se por produzir uma espécie de blindagem do latifúndio esquecendo que o agronegócio, na essência, não difere deste, logo que sua base de sustentação continua sendo rentista, pois o orgulho da nação (em que se transformou o latifúndio travestido de agronegócio) se nutre de violência, de super exploração do trabalho, do fundo público, para assim se colocar como eficiente economicamente a partir da aliança terra-capital (ALMEIDA, 2003, p.309).

A autora faz uma análise no sentido de esclarecer que as relações sociais no campo devem ser compreendidas a partir do antagonismo de classes, ou seja, Almeida (2003) destaca que a lógica camponesa não capitalista se centra na tríade terra-família-trabalho, enquanto a lógica capitalista do agronegócio centra-se no lucro e na renda. É nesse contexto em que as disputas ocorrem, de modo que suas relações se apresentam numa condição de oposição a partir do processo de reprodução de classes sociais divergentes.

A questão da recriação camponesa nos chama atenção para o cenário vivido pelos assentados no assentamento Betel e na comunidade Estrelinha em Glória de Dourados, que buscam viabilizar seu modo de vida a partir da posse da terra e do trabalho familiar. Assim, não resta alternativa aos camponeses a não ser a resistência e a luta a cada dia pela sua permanência na terra, de modo a ter que romper com toda a dominação e subalternidade a eles imposta.

Há muitos camponeses expropriados de suas terras, a partir da territorialização do capital, e alguns conseguem retornar a terra de diferentes modos para continuarem a trabalhar nela. Essa é uma das formas da recriação camponesa. Por outro lado, outros mudam de classe, devido à acumulação do capital que gera a diferenciação social de classe. São dois processos dinâmicos que fazem parte da questão agrária, como comenta Fernandes.

Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também, uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento (2004, p.05).

Em nosso objeto de estudo, analisamos as diferenças do processo de ocupação territorial entre o agronegócio e o campesinato, de modo que ressaltamos a distinção entre as territorialidades em disputas. A divergência entre o campesinato e o agronegócio produzem territórios diferentes. Essa diferenciação se dá através das relações sociais capitalistas e não capitalistas que são produto/produtora do agronegócio e do campesinato.

É possível afirmar que os avanços tecnológicos trouxeram o aumento da produtividade e a expansão da agricultura capitalista nos latifúndios, antes, improdutivos no estado. Cabe, entretanto, compreender quais são os benefícios de tal aumento produtivo e da expansão da agricultura capitalista para as classes

subalternas e, mais ainda, até que ponto tais avanços garantem a equidade social, econômica e ambiental para a sociedade, tendo em vista que a agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo uma forma de desenvolvimento a partir do conflito e desigualdades (FERNANDES, 2004, p.06).

Atualmente o processo de globalização e intensificação da internacionalização do capital financeiro está proporcionando cada vez mais a integração e ampliação do mercado global. Isso tem apresentado grande reflexo para os avanços da ciência e tecnologia, que, intensificam a exploração das forças produtivas, ou seja, as fontes de matérias primas de origem agropecuária que vem se tornando o grande alvo de exploração através da renda da terra e da dominação territorial. Desse modo, podemos analisar as relações sociais do campo por meio das escalas de espaço e tempo em que os conflitos se apresentam.

No momento atual, com os mesmos propósitos, porém transfigurados em outros termos, parte dos latifúndios se configuram na representatividade do agronegócio subordinando a renda da terra camponesa. O modelo arcaico de exploração do trabalho possibilita, contraditoriamente, a expansão de relações não capitalistas, como a reprodução camponesa, pela manutenção de liames para subordinar a renda da terra, via sujeição, pela monopolização do território (OLIVEIRA, 2007).

Para reconfigurar o novo modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo, o agronegócio foi o nome dado. No entanto, é um modelo que não tem nada de novo; mudam-se, apenas, as formas de exploração da natureza e do ser humano devido ao avanço tecnológico e a perda de direitos dos trabalhadores. Podemos observar isso em Camacho (2014):

Apesar de o agronegócio ser uma repetição do passado, sua terminologia vem para mudar uma imagem desgastada do latifúndio improdutivo no Brasil. Tentam apresentar ideologicamente uma perspectiva moderna da agricultura capitalista no Brasil. Esses territórios capitalistas passam ser o sinônimo de um espaço produtivo e intocável que não pode ser ameaçado pela ocupação da terra (CAMACHO, 2014, p.239).

A territorialização do agronegócio é um aprimoramento do latifúndio no campo, ou seja, diferentemente do latifúndio improdutivo, o agronegócio não significa apenas concentração fundiária, pois controla além da terra, as tecnologias

de ponta. Com isso, observamos a intensificação do capital no campo. O que muitos autores chamam de reestruturação do capital no campo. Esse processo ampliou ainda mais a precarização, aumentando a concentração de terras e o desemprego no campo, entre outros fatores impostos pelo avanço do capitalismo agrário.

Por isso, a luta dos movimentos camponeses é uma reação à intensificação da concentração da propriedade da terra, de renda e de capital, que resulta em elevadas taxas de desemprego e de precarização das condições sociais do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2003, p.83).

1.2– Os Movimentos Socioterritoriais Camponeses

No processo de luta de classes no campo, é importante ressaltar a influência dos movimentos socioterritoriais como frente de resistência ao agronegócio a partir das disputas territoriais. As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990 (FERNANDES, 2005, p.30). Fernandes (2005) busca esclarecer as características dos movimentos socioterritoriais e como estes se reproduzem, deixando evidente que movimentos sociais e socioterritoriais são os mesmos sujeitos coletivos ou grupos sociais.

[...] enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p.31).

É nessa perspectiva que buscamos trazer para discussão a importância dos movimentos sociais, bem como suas formas de organização a partir de uma discussão que insere os processos de transformações do espaço e dos territórios, ou seja, está havendo uma maior pluralidade social, tanto na vida dos grupos e organizações sociais como na ação orientada para a esfera pública (GOHN, 1997, p.218).

Entretanto, através de diversas abordagens teóricas existentes, que se dedicam ao estudo dos conceitos sobre movimentos sociais, não podemos ter uma

afirmação clara e segura. É necessário compreender que existem diversos posicionamentos entre os autores, que expressam diferentes visões acerca da referida temática. Quando analisamos o debate dos movimentos sociais a partir de uma visão marxista, nos deparamos com autores que fundamentam ou caracterizam os movimentos sociais através do resultado contraditório existente entre capital e trabalho tendo como base central a luta de classes.

Dessa maneira, os movimentos sociais decorrem do conflito entre as classes sociais, a partir de uma ação coletiva e não individual, visando deste modo à transformação social por meio da eliminação do capitalismo. Ao observarmos outra abordagem em relação aos movimentos sociais, veremos que a diversidade conceitual se torna evidente. Na definição de Gohn (1995, p. 44), encontramos um novo conceito em relação aos movimentos sociais, enquanto

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Com base no que escreve Gohn (1995), observamos o movimento social por meio da união de um grupo de pessoas que possui um objetivo em comum, tendo como base os valores políticos e culturais dos seus participantes, o que possibilita a criação de uma identidade comum ao movimento. Nesse sentido, é importante ressaltar, que a autora deixa claro que o movimento social, dependendo de sua forma de reivindicação, pode ser constituído a partir de diferentes classes sociais, ou seja, nem sempre se baseia na relação contraditória entre capital e trabalho.

É partir das ações desses movimentos que vão se construindo os espaços e territórios de modo que as relações sociais podem se constituir de maneira material ou imaterial (FERNANDES, 2005).

Desse modo, torna-se importante fazer esse debate para que possamos compreender melhor às distinções existentes entre movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais, como explica Fernandes (2005).

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ONGs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território.

Ao dialogarmos com Fernandes (2005) percebemos que o mesmo apresenta uma profunda discussão sobre os movimentos sociais de modo geral, contudo, o autor deixa claro sua preocupação central em explicar a existência de diversos movimentos socioterritoriais, onde suas relações podem ser materiais ou imateriais. Podemos analisar os movimentos socioterritoriais a partir de sua territorialização, de modo que estes formam suas relações em redes, que podem estar vinculados às estratégias políticas. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados (FERNANDES, 2005, p.32) sendo que a partir do momento em que ultrapassam as escalas locais, ampliam também suas dimensões e se organizam em novos espaços através das redes.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços (FERNANDES, 2005, p.32).

Nesse sentido, é preciso analisar os movimentos sociais a partir de um todo, pois esses criam e recriam novos territórios em diferentes espaços, na tentativa de garantirem suas existências através das conquistas de seus territórios. Esse debate se torna relevante para que possamos desconstruir determinados preconceitos existentes, que fazem muitos movimentos serem taxados como baderneiros, desocupados, terroristas, entre outras denominações pejorativas. É importante o debate para que possamos compreender melhor a atuação dos movimentos sociais no campo. Fernandes (2001) analisa a importância dos movimentos sociais na luta pela terra como fator essencial para conquista de seus territórios. O autor enfatiza o

território como fator primordial para os movimentos socioterritoriais, e, embora muitos movimentos não tenham o mesmo objetivo, lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico (FERNANDES, 2001, p. 52).

Um movimento socioterritorial como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. Suas ações se realizam a partir da ocupação da terra, que, por sua vez, pode ser entendida através da luta e resistência camponesa, como escreve (FERNANDES, 2001, p.52-53).

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação.

O campesinato, segundo Fabrini (2008), foi interpretado a partir de diferentes perspectivas teóricas e políticas, de modo que o mesmo passou a ser compreendido como uma classe social em recriação e/ou até mesmo em desaparecimento através dos avanços capitalistas. Com isso, o autor chama atenção sobre a importância dos movimentos sociais na perspectiva da resistência e das conquistas para a recriação camponesa.

A organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses. (FABRINI, 2008, p.239).

Dessa maneira, Fabrini enfatiza que os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Com isso, os movimentos socioterritoriais, para atingirem, seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se, promovem espacialidades (FERNANDES 2005).

Esse processo de construção/destruição de novos territórios é, também, o que o próprio autor evidencia como forma de territorialização e desterritorialização.

De acordo com Raffestin (1993), partimos da premissa que, para alguns movimentos, o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Para todos os movimentos, o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta (FERNANDES, 2005, p.31).

Importante ressaltar que tanto no movimento social e no movimento socioterritorial os sujeitos são os mesmos, que se organizam para defender seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade (FERNANDES, 2005) de modo que a análise acerca da existência desses grupos coletivos que reivindicam seus direitos é de grande relevância para a construção de um olhar para o debate da questão agrária. Para Fabrini (2008, p.240), esses movimentos são ações coletivas contemporâneas, que por sua vez, podem ser manifestações dos operários, por melhorias nas condições salariais e de trabalho, ou dos camponeses, que lutam pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária, de gênero entre outros.

1.3 – Considerações teóricas a respeito da relação dos Territórios com a Questão Agrária na atualidade

A questão agrária participa do nosso cotidiano mesmo que não sejamos do campo. Apesar da urbanização crescente nas últimas décadas no Brasil, a questão agrária não é coisa do passado. Em todo o Brasil a questão agrária pode ser encontrada em diversos territórios materiais e imateriais. Nos territórios materiais dos assentamentos, acampamentos, propriedades camponesas, grandes propriedades do agronegócio com suas monoculturas e seu “mar” de cana, soja, laranja etc. (CAMACHO, 2014 p.111).

Analizamos o campo brasileiro e suas complexidades a partir das disputas territoriais, oriundas da territorialização do agronegócio e de seus desdobramentos marcados pela monocultura e o alto grau de tecnificação. Desse modo, o agronegócio, reproduz cada vez mais a desigualdade social quando comparada ao modelo de agricultura camponesa que defendemos a partir do Paradigma da Questão Agrária (PQA), em que priorizamos a diversidade natural e cultural, a inclusão social, a diversidade produtiva, por parte de muitos camponeses, que possibilitam a soberania alimentar, como escreve Camacho (2014):

[...] o agronegócio com a sua produção tecnificada da monocultura em latifúndios para a exportação, com a exploração intensiva do trabalho, com o uso exorbitante de agrotóxicos e com o cultivo de transgênicos, coloca em risco a soberania alimentar, destrói a diversidade natural e cultural (sociobiodiversidade) e desterritorializa o campesinato gerando a miséria e a exclusão social. Transforma o espaço rural em um território do capital, uma mercadoria útil para o —negócio. Para o agronegócio, o campo não passa de um espaço de negócio, onde a diversidade biológica e cultural não se reproduz nesse espaço, nele o maior, na maioria das vezes, único ganhador, é o capitalista-latifundiário, em detrimento do restante da sociedade. (CAMACHO, 2014, p.244).

Podemos observar o campo a partir da relação territorial, torna-se fundamental para que possamos compreender melhor as transformações ocorridas através do espaço – tempo. Ao observar as diferentes abordagens sobre território, em que cada autor apresenta sua reflexão, buscamos demonstrar a importância do território e suas múltiplas espacialidades no debate da questão agrária. Esse diálogo torna-se relevante de modo que não é possível apresentar elementos sobre as atividades desenvolvidas no campo sem correlacionar campo e território como base significativa para a discussão.

Assim, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço transformado pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Dessa maneira, pode-se compreender que, historicamente, as relações de poder estiveram presentes associadas ao modelo de desenvolvimento e avanços tecnológicos que tiveram grande influência nas modificações territoriais e sociais a partir de sua ampliação tanto no campo como na cidade.

Dessa forma, entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na relação natureza-sociedade. A territorialidade se materializa em diferentes escalas espaciais, e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente.

Os territórios/territorialidades estão relacionados diretamente aos fatores políticos, culturais e econômicos. Desse modo, os indivíduos envolvidos fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos, e, com isso, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço. As territorialidades estão intimamente

ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009).

Haesbaert (2010, p. 138) analisa o território a partir de três dimensões, de maneira assim correlacionada: a) política (refere-se às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações de espaço-poder institucionalizadas); b) cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; c) econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão social –“territorial” do trabalho.

O contexto político-econômico, para Oliveira; (2007, p.74) a análise do campo brasileiro e, portanto, da questão agrária, pode ser pautada na compreensão da espacialização do embate das classes sociais no campo, entendendo “o território como produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”.

Mizusaki (2003) destaca que o território não precisa necessariamente estar vinculado à propriedade efetiva da terra, mas à sua apropriação por um agente ou um grupo de agentes, de controle de determinado espaço.

As relações entre desenvolvimento/sociedade/espaço/território são inseparáveis. Podemos dizer que, mesmo essas relações não sendo sinônimos, interagem mutuamente, ou seja, tanto desenvolvimento/sociedade/espaço/território, um está no outro. O desenvolvimento desigual é, a um só tempo, social e espacial. É territorial. Dito de outra forma é o processo de territorialização das forças e das relações de produção interconectadas (SAQUET, 2002, p.17) de modo que os aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço, vão produzindo tempos e territórios, no interior do modo de produção capitalista. O contexto de desenvolvimento territorial rural proporciona o debate sobre o território e suas multidimensionalidades a partir da concepção de um território em movimento, conflito, e de suas territorialidades produzidas.

Para Fernandes (2009), ao discutir as multidimensionalidades dos territórios e suas conflitualidades na questão agrária, considera que cada tipo de território tem sua territorialidade, em que as relações e interações nos mostram as múltiplas

territorialidades produzidas. Essa discussão nos chama atenção para os conceitos inerentes ao debate da questão agrária, na qual temos a disputa territorial entre o capital e o campesinato. Isso nos permite dialogar com o autor sobre a realidade desigual em que as disputas se evidenciam em relação aos territórios camponeses e territórios capitalistas.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2009, p.06).

Isso nos permite compreender como os conflitos no campo se dão a partir das disputas pelo território, ou seja, estamos falando de um território que tem o modelo de desenvolvimento do agronegócio ou do campesinato, que enquanto classes sociais distintas estão no mesmo espaço geográfico (o campo), mas constituindo territorialidades distintas, como escreve Fernandes (2009, p.08):

Podem-se compreender as conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão. Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos.

A análise do autor nos permite uma melhor compreensão sobre a desigualdade existente entre as duas classes. Apesar do modelo dominante de desenvolvimento do agronegócio, a classe camponesa ocupa o território como fonte geradora de produção diversificada no campo, enquanto que o agronegócio se opõe a tudo isso, através de sua intensificação na ocupação territorial em uma busca constante pelo acúmulo de capital.

Ao analisar o território, faz-se necessário compreender sua totalidade, ou seja, as suas várias escalas (multiescalaridade/multiterritorialidade) e dimensões (multidimensionalidades: social, política, econômica, ambiental e cultural). Isso porque todas as unidades ou frações territoriais (escalas e dimensões) constituem a totalidade territorial. Assim, podemos observar o debate da questão agrária através dessas disputas territoriais dentro de um território nacional e sua totalidade.

Isso também nos possibilita entendermos as práticas dos movimentos socioterritoriais no campo, proporcionando as ações em redes (multiterritorialidade) em um contexto de relações políticas, econômicas e culturais em diferentes escalas.

Desse modo, é possível refletir sobre os movimentos sociais no campo a partir das relações sociais que se constituem através da ocupação do território, bem como, as lutas/resistência e permanência do campesinato em seus territórios.

CAPITULO II

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Durante este capítulo, debateremos de maneira mais detalhada como se baseou a ocupação territorial de Mato Grosso do Sul, a partir de sua lógica da concentração fundiária, em momentos distintos até os dias atuais. Procuramos estabelecer o debate da questão agrária a partir da formação das grandes propriedades, bem como das políticas que se firmaram historicamente em favor das classes dominantes como no caso, a Companhia Matte Laranjeira que marcou seu período de dominação e forte poderio durante o século XIX e meados do século XX, estabelecendo uma grande influência política e econômica no sul de Mato Grosso.

A emergência dos assentamentos rurais no cenário da questão agrária brasileira é um dos fatos marcantes que caracterizam especialmente o período que vai da década de 1980 até os dias atuais. Com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo de lutas as mais diversas resultassem na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais (LEITE, 2012, p.110).

A questão agrária em Mato Grosso do Sul, assim como as disputas que se deram em diversas regiões do Brasil, é marcada através da luta pela terra. Além disso, as conquistas ao longo dos anos, a partir dos assentamentos rurais, levaram, de fato, ao surgimento da reforma agrária (ALMEIDA, 2003, p.123), reforçando a concepção de que os movimentos sociais tiveram grande importância como frente de resistência e luta para retornar a terra e garantir de fato seu pedaço de chão.

Camacho (2008) cita a importância dos movimentos sociais como forma de entender o campesinato a partir de sua lógica de movimento como classe que é, e que luta pela terra ou para, de fato, permanecerem nela.

[...] [como] o campesinato é uma classe em movimento lutando para retornar a terra ou/e para se manter na terra, se torna extremamente importante entender de maneira plena e crítica a questão dos movimentos sociais no campo brasileiro no século XXI. Neste sentido, temos que entender que esse avanço político dos movimentos sociais do campo, se faz sob uma lógica de avanço de

vários movimentos sociais em nível mundial. Movimentos esses que, seja no campo ou na cidade, estão reivindicando seus direitos negados historicamente (CAMACHO, 2008 p.109).

O poderio da Matte Laranjeira foi determinante para a negação e impedimento do aumento populacional no sul de Mato Grosso, uma vez que se utilizava de todos os recursos legais e ilegais possíveis para proibir a instalação de posseiros e pequenos proprietários rurais na região de seu domínio.

Outros fatores relevantes marcam o cenário de ocupação e luta pela terra em Mato Grosso do Sul, de modo que discutiremos também o surgimento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) implementada no final da década de 1940, por meio de políticas de colonização, como forma de garantir a ocupação territorial, a desconcentração populacional dos grandes centros urbanos, além de proporcionar a integração regional e o avanço do capital agrícola.

Desse modo, a partir da análise do município de Glória de Dourados/MS, que compõe a antiga área da CAND, contextualizamos sua implementação e seu desenvolvimento, e pudemos compreender a estrutura agrícola estabelecida e as redefinições que estão se dando na dinâmica regional, a partir da intensificação do modo industrial de produzir no campo associado ao cultivo do binômio soja/trigo desde final da década de 1970 e, mais recentemente, o avanço do agronegócio canavieiro na região, viabilizando uma nova configuração territorial.

2.1 - Ocupação Territorial em Mato Grosso do Sul: Concentração Fundiária e Luta pela Terra dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses

O Cântico da Terra

*Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.*

*Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da coberta de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado*

*e certeza tranquila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.*

*Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.*

*A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.*

*E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranquilo dormirás.*

*Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fatura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.*

Cora Coralina³

O estado de Mato Grosso do Sul teve sua formação marcada pela diversidade sociocultural na ocupação territorial. O espaço regional meridional do atual estado, cuja área corresponde a 358.158,70 Km², teve seu início de ocupação e formação com os povos indígenas. No período da colonização dos Europeus, essa região foi disputada por portugueses, espanhóis e, posteriormente, por brasileiros e paraguaios. Em meados do século XIX e início do século XX, a companhia Mate Laranjeira obteve a concessão de terras do Estado brasileiro para a exploração da

³ Poema – O Cântico da terra de (Cora Coralina).

Ana Lins dos Guimarães Peixoto conhecida como Cora Coralina, nasceu na cidade de Goiás, no Estado de Goiás, no dia 20 de agosto de 1889. Filha de Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, desembargador, nomeado por Dom Pedro II, e de Jacinta Luísa do Couto Brandão. Coursou apenas até a terceira série do curso primário (https://www.ebiografia.com/cora_coralina/).

erva-mate, monopolizando assim uma área de aproximadamente 4 milhões de hectares, exatamente no espaço meridional de Mato Grosso do Sul.

[...] desde o início, a exploração dos ervais assumiu um caráter monopolista, até 1916, quando a Matte exercia seu domínio sobre uma área aproximadamente de 4 milhões de hectares. E foi monopolista, na medida em que os moradores que viviam daquela atividade foram proibidos de exercê-la (BIANCHINI, 2000, p. 239).

O acelerado crescimento do consumo gerou uma procura comercial, que tinha de ser suprida por uma produção restrita para a região de selva entre os rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Com isso, começam a aumentar as disputas sobre a propriedade do arrendamento das terras para o plantio e extração da erva-mate, fatores que influenciaram muitos nos acontecimentos que direcionaram a história política e econômica da região (BIANCHINI, 2000).

No entanto, essa realidade teve fim no Estado Novo, com o término do contrato com a Matte Laranjeira, já que a empresa não tinha interesse de ocupação efetiva das terras. Com isso a União passa a planejar políticas públicas estratégicas para ocupação e povoamento da região, ou seja, titulações de grandes extensões de terras particulares, entre outras a ação dirigida com destaque para a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) com o objetivo de formar pequenas propriedades na região, tendo como recorte territorial o espaço regional meridional do antigo estado de Mato Grosso, incentivando os movimentos migratórios e evidenciando o surgimento de várias vilas e aberturas de estradas.

Assim também, é fundamental compreendermos como se baseou o processo de concentração e posse da terra no estado de Mato Grosso do Sul, visto que o acesso à terra entre o final do século XIX e meados do século XX, se constituiu a partir da posse. O processo de concentração fundiária sempre se mostrou como um grande desafio diante da análise e reflexão teórica a respeito da questão agrária no Brasil. A desumana realidade sobre a distribuição de terras e a maneira como a grande maioria dos sujeitos do campo está submetida perante o seu acesso, reproduz uma problemática atual, principalmente em virtude das novas territorialidades no campo e seus desdobramentos como eixo articulador através das estratégias do agronegócio. Contudo, é necessário compreender que essa problemática faz parte de um período histórico, que marca todo o processo de desigualdades socioterritoriais brasileira como escreve Camacho (2008, p.39 - 40).

Apesar da concentração fundiária promovida pelo agronegócio ser um problema bem atual, essa problemática tem que ser entendida historicamente, ou seja, temos que pensar a respeito de quais foram às condições criadas para que fosse possível a concentração fundiária no Brasil, que é a segunda maior do mundo perdendo apenas para os latifundiários brasileiros que “invadiram” o Paraguai. Neste sentido, temos uma concentração fundiária que se inicia já no Brasil colonial, ou seja, as capitanias hereditárias [sesmarias] foram a primeira forma de distribuição de terras no Brasil. Dessa maneira, a elite brasileira/portuguesa desde o início optou por concentrar terras no Brasil, visto que eram entregues aos integrantes da nobreza grandes extensões de terra. Logo, é nesse período que se tem o início da concentração fundiária no Brasil.

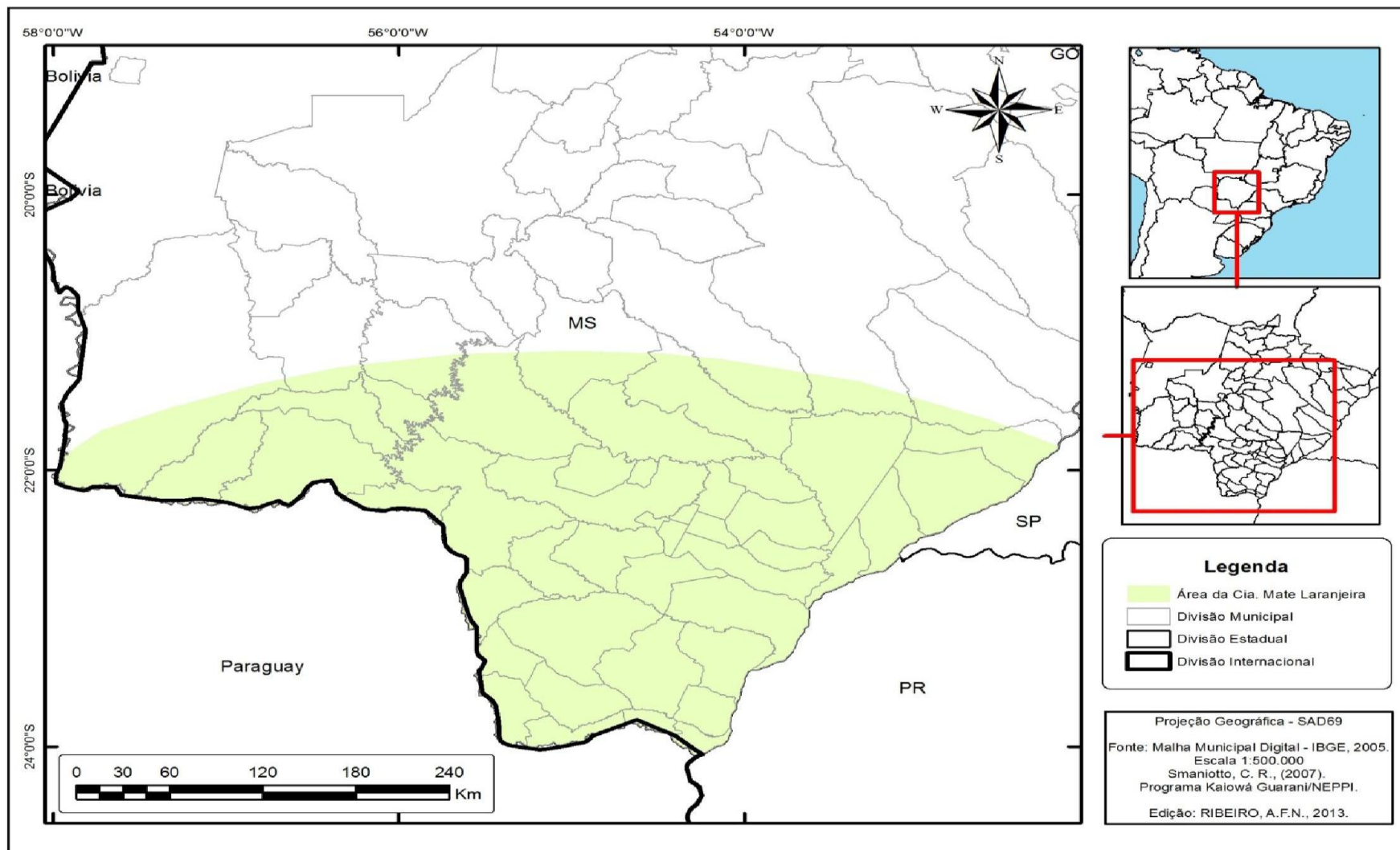
Com isso, podemos observar uma realidade historicamente marcada por uma sistemática desigualdade no acesso e distribuição de terras no Brasil, o que nos permite refletir sobre tal forma como sempre se posicionou a elite brasileira que, por sua vez, esteve amparada por uma política direcionada aos seus interesses, de maneira que a distribuição de terras esteve sempre concentrada nas mãos de poucos. Isso nos remete à possibilidade de pensar sobre quão relevante se faz a reforma agrária no Brasil. Seguindo essa mesma linha de pensamento, podemos analisar outra situação que faz parte desse contexto, a qual está caracterizada pela/na luta de classes na sociedade brasileira, demonstrando com isso as disputas socioterritoriais no campo.

A luta de classes se caracterizou por diversos sujeitos na história agrária brasileira, tínhamos uma relação de senhores latifundiários e escravos, no período colonial e imperial; depois, no período republicano inicial, a relação era entre senhores latifundiários (coronéis) e os camponeses; e, hoje, temos os latifundiários do agronegócio e os camponeses (CAMACHO, 2008, p.41).

A obtenção dos títulos e a compra, bem como outros acessos a terra, como as políticas de colonização, que obtiveram a participação do governo federal e estadual, iniciaram somente em meados do século XX.

Entretanto, o processo de ocupação territorial do espaço meridional de Mato Grosso do Sul teve suas atividades econômicas alteradas principalmente a partir do fim do desenvolvimento da produção da erva-mate pela companhia Matte Laranjeira.

Mapa: 01 - Área de abrangência da Cia. Mate Laranja na porção austral de Mato Grosso do Sul



Fonte: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados (2018).

Com isso, no espaço territorial se expandem novas configurações produtivas, ou seja, torna-se presente a figura dos latifundiários (proprietários de grandes extensões de terras), preferencialmente ocupando os terrenos já cultiváveis. Já nas áreas de matas, a ocupação se concentrava com os camponeses (posseiros e arrendatários) de modo que muitos desenvolviam suas atividades através da diversidade produtiva. Vale ressaltar também que seu acesso a terra se deu, primeiramente, por meio da colonização. Os trabalhos eram realizados através de arrendamentos e parceria, principalmente, no que se referia ao preparo das terras para o cultivo.

Desse modo, podemos observar que a luta pela terra em Mato Grosso do Sul sempre esteve centralizada a partir da apropriação capitalista, ou seja, isso ainda antes da divisão do estado, no antigo estado de Mato Grosso. Além do mais, a estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul sempre esteve sob o controle dos latifundiários que, por sua vez, estabelecia não só o poderio das grandes elites capitalistas, mas também influenciava o poder político. Diante disso, o Estado foi o grande protagonista no sentido de planejar e induzir a expansão das grandes propriedades, ou seja, através da concessão e vendas de terras aos grandes capitalistas e as empresas colonizadoras, como comenta Fabrini (2008, p. 54).

[...] a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada.

Isso nos faz refletir sobre como a concentração fundiária em Mato Grosso do Sul historicamente está enraizada na maneira como o estado concedeu as mesmas para a monopolização e expansão dos latifúndios e não somente pelo resultado da expropriação camponesa pela expansão capitalista. Dessa maneira, podemos observar a partir de dados da sua atual estrutura fundiária. Vejamos a tabela 01 onde as evidências sobre a concentração fundiária se tornam mais significativas a partir dos dados apresentados. Essa situação só reafirma todo o debate a respeito das desigualdades na distribuição de terras no Mato Grosso do Sul, que sempre

esteve atrelada aos privilégios das oligarquias no passado, remodelado pelo latifúndio e transfigurado pelo agronegócio no contexto atual.

Tabela 01 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2006

Classe Área Total (ha)	Nº estabelecimentos	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	47.050	72,54%	1.504.902	5,01%
200 a menos de 1000	11.209	17,28%	5.428.720	18,06%
Acima de 1000	6.603	10,18%	23.123.327	76,93%
Total	64.862	100%	30.056.947	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Org. Autor (2018)

Observamos que os estabelecimentos agropecuários de até 200 hectares são 72,54% do total de estabelecimentos, de modo que esses ocupam apenas 5,01% da área total. Os reflexos de ocupação de terras no estado, através da atual estrutura fundiária, ficam ainda mais evidentes quando analisados os estabelecimentos acima de 1000 hectares, que registram o percentual de 10,18% do total de estabelecimentos, em uma área total de ocupação no estado com percentual de 76,93%.

Nardoque, Melo e Kudlavicz, (2018) apresenta um estudo mais recente sobre a questão agrária, o qual, aponta dados significativos em relação à concentração fundiária em Mato Grosso do Sul.

Nesta direção, a tabela 02 demonstra a forte concentração fundiária em Mato Grosso do Sul mesmo com os avanços por parte dos movimentos sociais através da luta pela terra.

Tabela 02 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2014

Classe área total (ha)	Nº imóveis	%	Área total (ha)	%
0 a menos 200	65.494	69,92 %	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1.000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA/SNCR (2014) apud Nardoque; Melo; Kudlavicz (2018).

É importante a análise desenvolvida por Nardoque; Melo; Kudlavicz, (2018, p.625) porque, por meio dela, podemos entender a realidade atual em relação à forte concentração de terras em Mato Grosso do Sul. Os autores registram:

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), há forte concentração de terras no estado, como se observa na tabela abaixo. Os imóveis na classe de área de até 200 hectares, as pequenas propriedades, correspondiam a mais de 69 % do total, mas ocupavam pouco mais de 7% da área total ocupada, em 2014, por todos os imóveis rurais. Por outro lado, os da classe de área acima de 1.000 hectares, com pouco mais de 9% do total, ocupavam mais de 69% da área, demonstrando a clara concentração fundiária, resultante do processo histórico de apropriação capitalista da terra por meio da aliança capitalista-latifundiários-Estado. (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018).

Ainda sobre a estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul, Almeida (2003) faz um estudo detalhado sobre a luta pela terra no estado, e apresenta os resultados em números, através de gráficos e tabelas. A autora confere ênfase para os principais movimentos sociais que atuam no estado, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Central Única dos Trabalhadores (MST, FETAGRI e CUT), bem como, os elementos estruturantes dos acampamentos e assentamentos no propósito de aprofundar o debate da questão agrária. Segundo Almeida, é preciso analisar as discussões da luta pela/na terra através do conflito externo do campesinato com o capital, mas também, a partir do relacionamento interno entre os camponeses, ou seja, a visão de mundo e as práticas que se constroem juntamente com os movimentos sociais camponeses, isto é, suas identidades e distinções.

[...] é necessário entendermos como tem se dado a luta pela posse da terra, tanto no plano externo a classe camponesa (latifundiários *versus* camponeses), como interno (o relacionamento entre os diferentes movimentos e organizações existentes), para que, assim, possamos discutir as distinções e as identidades neste processo de (re) criação camponesa (ALMEIDA, 2003, p.123)

O processo de ocupação do estado proporcionou o desejo de muitos trabalhadores que viam a oportunidade de seus sonhos de terem um pedaço de terra.

Com isso, muitos migraram para o sul de Mato Grosso com esse propósito, porém, não foi, de fato, o que aconteceu, ou seja, assim como as populações indígenas foram expulsas de seus territórios, os trabalhadores foram excluídos, principalmente, a partir da expansão da fronteira agrícola.

Diante disso, as lutas dos movimentos socioterritoriais no campo tornam-se cada vez mais frequentes, principalmente nas disputas territoriais com o agronegócio, como comenta Melo e Nardoque (2014, p.03):

Os movimentos socioterritoriais do campo lutam contra o avanço do agronegócio e as injustiças decorrentes deste processo, envolvendo diferentes formas de atuação, além de outras formas de violência, como a concentração fundiária. A espacialização da luta envolve o processo de construção coletiva da necessidade de publicar as reivindicações dos movimentos e ter reconhecimento como sujeitos deste processo.

O processo de territorialização da luta pela terra em Mato Grosso do Sul se torna cada vez mais intensa e ainda mais complexa a partir da ampliação da territorialização do agronegócio no campo. Isso faz com que os conflitos e disparidades entre classes coloquem a questão agrária como epicentro de discussão histórica que se torna tão atual, quando observado, principalmente através dos movimentos camponeses, comunidades tradicionais, entre outros, que se apresentam como centro de resistência, manifestações e articulações visando à permanência e/ou conquista pelo seu espaço territorial, como comenta, Girardi (2016, p.93):

A ação dos movimentos socioterritoriais na atualidade tem como consequência principal a criação de assentamentos rurais, que

constitui a forma primordial de recriação do campesinato hoje. As ocupações constituem um momento da luta pela terra.

Assim também, podemos observar que as ocupações e disputas socioterritoriais no estado, sempre trouxeram para o campo científico a necessidade de melhor compreendermos a complexidade que envolve a questão agrária. Essas são preocupações que se fazem presentes em nosso trabalho, na perspectiva de debater, pesquisar e analisar a questão agrária através dos impactos socioterritoriais, causados pela territorialização do agronegócio, mais especificamente pelo monocultivo da cana-de-açúcar em relação aos movimentos camponeses, no assentamento Betel, município de Glória de Dourados – MS.

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. (FERNANDES, 1994, p.182).

A maneira como foi e vem sendo estabelecida a política fundiária pelo estado brasileiro, mais detalhadamente na região sul de Mato Grosso do Sul, torna-se grande responsável pelos conflitos, de modo que permitiu e incentivou a expansão do agronegócio a partir da criação de bases de desenvolvimento que deram amplitude para propriedade capitalista no campo. Com isso, o que pode ser observado é o agravamento dos impactos socioterritoriais no campo e uma tendência de expropriação de camponeses, povos tradicionais e outros tantos trabalhadores que lutam por um pedaço de terra, aumentando assim as desigualdades sociais e as disparidades socioterritoriais, provocadas pelo antagonismo de classe no campo.

2.2-Glória de Dourados no Contexto Agrário a partir da CAND

É necessário analisar as situações vividas pelos sujeitos sociais e o processo contraditório e desigual do capitalismo materializado nessa fração territorial, com o apoio do Estado, beneficiando os latifundiários e inserindo precariamente a reprodução camponesa. O município de Glória de Dourados apresenta, em seu contexto histórico, uma conjuntura socioespacial de grandes mudanças e reestruturações territoriais a partir de novas territorialidades produtivas. Porém, para o entendimento da atual configuração da economia agrária da região de Glória de

Dourados, é necessário primeiramente compreender o seu processo de formação, ou seja, seu contexto histórico.

As terras, que atualmente compreendem o município de Glória de Dourados, tiveram seu desbravamento diretamente ligado à implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Ressaltamos a importância desse debate para contextualizarmos mais adiante, como iniciou o processo de ocupação e concentração fundiária no município de Glória de Dourados/MS. Essa análise nos permite melhor compreender a estrutura agrícola estabelecida e as redefinições que estão se dando na dinâmica regional, a partir da intensificação do modo industrial de produzir no campo associado ao cultivo do binômio soja/trigo desde o final da década de 1970 e, mais recentemente, o avanço do agronegócio canavieiro na região, viabilizando uma nova configuração territorial.

A CAND teve a origem de seu território diretamente ligado à construção histórica do projeto de colonização do Estado brasileiro, no mandato de Presidente da República, do gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945). Esse período também teve suas características marcadas pelo autoritarismo e pelo nacionalismo pautados na “construção de um novo estado a partir de uma nova realidade agrícola”. Essa nova realidade tinha a finalidade de atender a demanda do mercado interno, enfraquecer a oligarquia regional, inserindo o sul do antigo Mato Grosso (atual espaço regional meridional de Mato Grosso do Sul) ao processo de incorporação de novas áreas da economia capitalista sob o estímulo da industrialização do Sudeste brasileiro e de garantir a segurança na área de fronteira (OLIVEIRA, B., 1999, p. 50).

A formação territorial agrária da região teve impulso com as políticas do Governo de Getúlio Vargas, que intensificaram a ocupação de terras devolutas no país, objetivando descentralizar o alto índice demográfico dos centros urbanos, resguardando o território e, assegurando, a nacionalidade das fronteiras e seus recursos naturais. Nesse contexto, observamos, a partir de então, uma nova perspectiva produtiva na região que se voltava para a Agricultura e Pecuária. A nova estrutura produtiva da agricultura organiza um novo modelo econômico de produção, caracterizado pela organização de redes de produção agroindustrial, elevando assim, a produção e o consumo, estabelecendo novas complexidades na organização do espaço agrário e urbano, e também, o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, como comenta Naglis (2014, p.29).

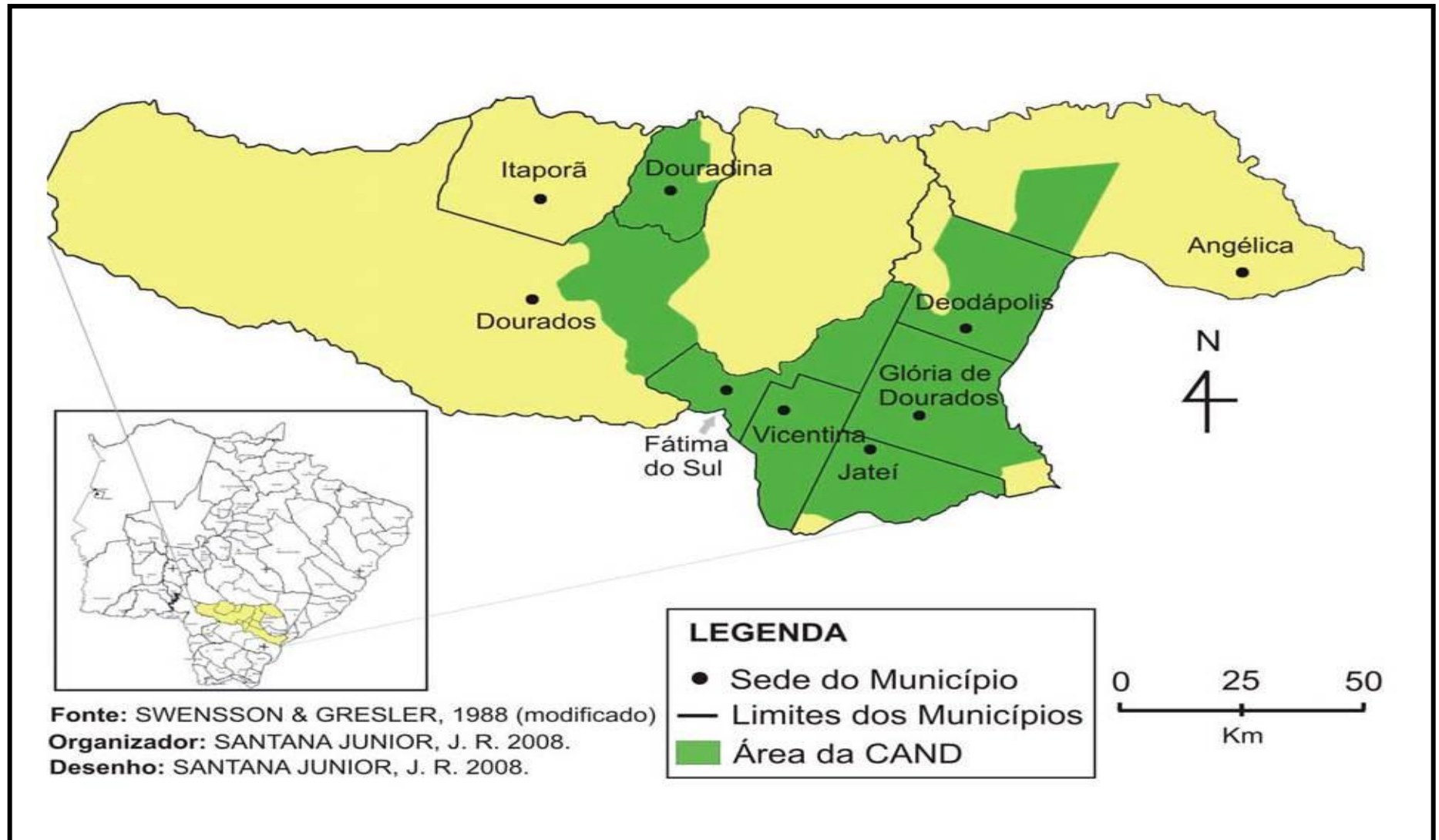
No Estado Novo surge a política desenvolvimentista denominada Marcha para Oeste, que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país e promover a integração dos estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste do país. É importante ressaltar que a Marcha para Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras através da expansão agrícola e da colonização do interior.

O processo de colonização esteve atrelado a diretrizes governamentais, com incentivos à produção agrícola, através da distribuição de terras gratuitas, visando ao aumento da oferta de alimentos. Nesse sentido, pretendia-se desenvolver regiões urbanas e industriais, e, para isso, tornava-se necessário integrar o interior do país à economia nacional. Almejava-se povoar imensas áreas pouco ocupadas do território nacional e, sobretudo, temia-se que as áreas de fronteira fossem apoderadas por outros países. Assim, o Sul do então estado de Mato Grosso, por ser uma área de fronteira, com baixa densidade demográfica, foi escolhido para sediar um dos projetos de colonização do país (SANTOS, 2000).

Neste sentido, estrategicamente, como afirma Ianni (1987, p.57), por parte do Estado, havia a necessidade de forjar a ideologia nacionalista pelo fato de que era preciso incentivar o desenvolvimento econômico, o que na realidade tratava-se de algo para organizar, ordenar e sistematizar as representações da consciência das massas trabalhadoras.

Desse modo, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), nas décadas de 1940 e 1950, foi, sem dúvida, um processo de grande relevância histórica, e firmemente articulado com a política nacional da época que, por sua vez, foi responsável por decisivas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais na porção meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul. Teve um papel muito importante no processo de povoamento local e contribuiu para a formação de vários municípios, entre eles, o de Glória de Dourados emancipado em 1963 (Mapa 02, localização da CAND).

Mapa 02 – Localização da CAND



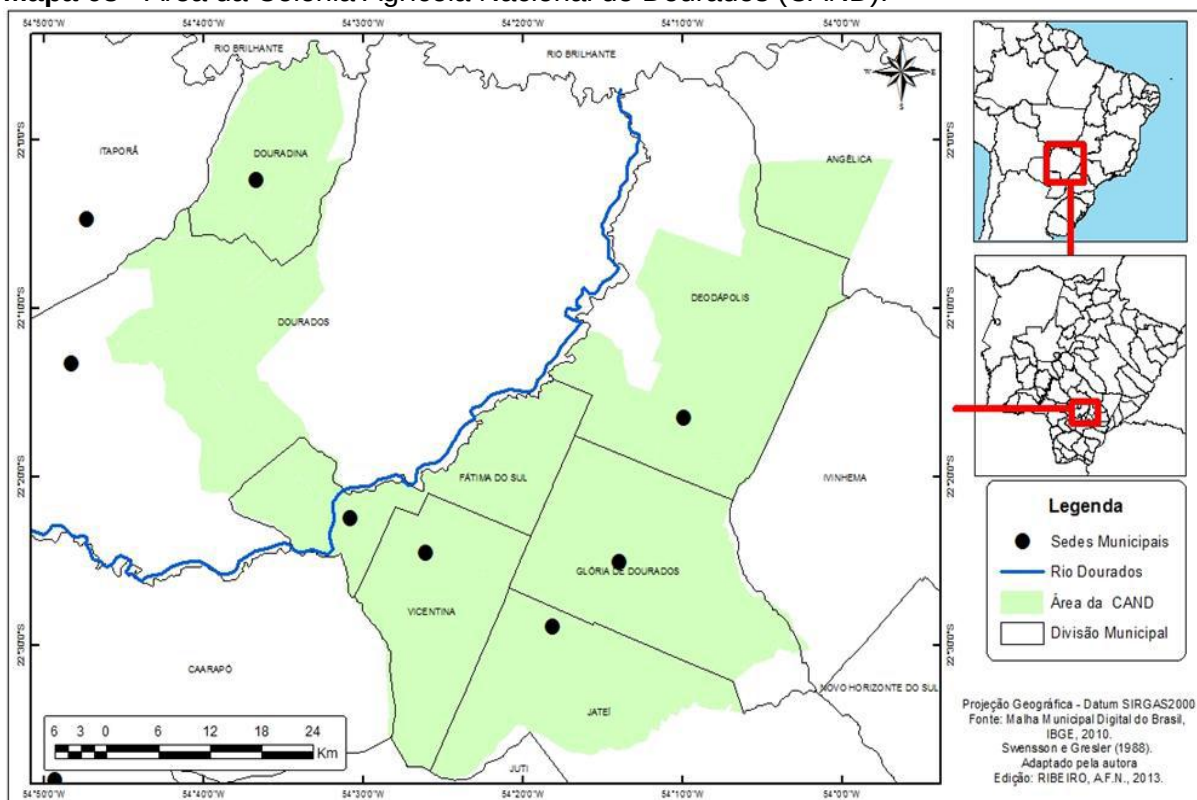
Fonte: Santana Junior (2009).

De acordo com B. Oliveira (1999, p.170), a criação do Território Federal de Ponta Porã e das Colônias Agrícolas Nacionais, pelo Governo Vargas, no início da década de 1940, era a materialização da “política de colonização como parte integrante da Marcha para o Oeste do Estado Novo”. O espaço meridional de Mato Grosso do Sul, com sua ocupação através da CAND, buscava seu avanço econômico a partir da integração nacional, visando à expansão de regiões urbanas e industriais. Além disso, estava relacionado ao fenômeno das frentes pioneiras, com incentivos à produção agrícola, por meio da distribuição de terras pela Colônia, objetivando o aumento da oferta de alimentos e integração do interior do país à economia nacional.

Entretanto, a CAND, segundo Ponciano (2002), concretizou-se como o símbolo do progresso, com a política de doações de terras e incentivos governamentais para que a agricultura fosse possível de ser praticada em uma região distante dos grandes mercados consumidores, mas com condições ambientais favoráveis: solos favoráveis e topografia adequada para o desenvolvimento agrícola.

Observamos no mapa 03 e 04 a existência de propriedades pertencentes a CAND nos municípios de Angélica, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Jatei, Vicentina, e quase a área total de Glória de Dourados, recorte territorial deste trabalho.

Mapa 03 - Área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).



Fonte: Malha Municipal Digital do Brasil, IBGE, 2010; Edição: RIBEIRO, A. F. N., 2013 (apud Motta, 2013, p.33).

Em princípio, a colônia era de 300.000 hectares (ha). Segundo Ponciano (2006, p. 140), restringiu-se a 267.000 ha, divididas em duas zonas. A primeira, à margem esquerda do rio Dourados, com 68.000 ha, e a segunda, localizada à margem direita do rio, com 199.000 ha. Com base no que observamos a partir da área no primeiro momento e a sua segunda zona de colonização, um fato nos chama atenção para as alterações ocorridas, ou seja, a redução da área de colonização, Naglis (2014, p. 47) diz:

A redução da área da colônia se deu por conta da especulação e cobiças das terras devolutas encontradas dentro do perímetro da demarcação, feito o levantamento, o excedente de terras devolutas foi constatado. É oportuno lembrar que nesse período o próprio governo fazia a venda das terras, consideradas devolutas. Essa política de colonização estadual abriu precedente para que terceiros solicitassem ao governo estadual à compra de terras devolutas, que passaram ao conhecimento público, por conta da demarcação da CAND.

Importante ressaltar, como o estado era grande articulador e influenciador no processo de vendas de terras devolutas nesse período. Com isso, havia grande

incentivo ao fortalecimento do latifúndio, mesmo com leis que eram contrárias à venda dessas terras. A Lei 87, sancionada em julho de 1948, que restringia as concessões, apresentava algumas lacunas que oportunizava a venda de lotes que pertenciam à área da CAND, (NAGLIS, 2014, p.48), ou seja, crescia o número de especuladores com interesses na compra.

Desse modo, podemos observar que o projeto de colonização feito pela União, a partir de doações de terras gratuitas, não agradava os interesses das elites econômicas que tinham o objetivo de transformar as terras devolutas em terras de negócio. Diante disso, a apropriação capitalista da terra se fez mais intensa a partir das ações do Estado e do capital após a década de 1940, como comenta Martins (1986, p.166-167).

A terra abre para o capitalista que nela emprega seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde com acréscimos.

Contudo, a terra, por não ser produto do trabalho humano (assalariado ou não), não pode ser considerada capital, ou seja, ela se transforma em mercadoria (adquire preço – pode ser comprada, vendida ou alugada). Dessa forma o capital começa a eliminar a contradição da condição de obstáculo que a terra representa e adquire a “licença para a exploração capitalista da terra que depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário, esse pagamento é a renda da terra” (MARTINS, 1986, p. 160-161).

Com isso, grandes extensões de terras foram apropriadas, particularmente, pelo capital no espaço regional meridional sul-mato-grossense, sem o dispêndio de significativas somas de capital imobilizadas na aquisição de terras. Isso ocorreu devido ao incentivo e abertura que o Estado proporcionou para as compras e vendas de terras por preços simbólicos ou até mesmo por titulações praticamente sem custos. Muitos foram os conflitos de interesses dos mais variados grupos (Estado, indígenas, colonos e grileiros). A demarcação da área da CAND, oficialmente em 1948, com área correspondente a 267.000 hectares, acabou por beneficiar vários migrantes colonos vindos de várias regiões (nordestinos, paulistas, mineiros, paranaenses entre outros) que se sentiram atraídos para a região com a esperança de terem seu tão sonhado pedaço de terra. Além dessa problemática, outra

situação complexa se desencadeou a partir da chegada do grande número de colonos para a região, como comenta B. Oliveira (1999, p. 95):

A chegada de colonos em grande número causou muitos problemas na colônia, bem como para os migrantes que chegavam, pois muitos deles não tinham para onde ir. Enquanto aguardavam a demarcação dos lotes, acomodavam-se na casa de parentes e amigos, mas não desistiam de receber o torrão tão sonhado.

Em meados de 1955, vários outros colonos começam a chegar, dentre eles, Joaquim Colaço, Juvenal Aniceto, José Elídio Sobrinho, Luiz Gonzaga, João Preto de Assis, Alexandrino Ferreira Lima, Monoel Avelino, Nestor Pacheco e Hermínio Guerra que se radicaram e deram início ao desbravamento da região. É importante ressaltarmos a abertura da segunda zona da CAND, da qual faz parte o município de Glória de Dourados. Essa zona começou a ser colonizada, de fato, a partir de 1954, (embora, já em 1950, registra-se a presença de alguns colonos). Nesse momento, havia grandes tensões por parte dos colonos que, cansados de esperar, exigiam a demarcação dos lotes. Quem poderia receber os lotes? De acordo com o que escreve Naglis (2014, p. 67-68):

Segundo a legislação do Decreto 3.049 estariam aptos “[...] os cidadãos brasileiros acima de 18 anos ‘que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres’”; funcionários públicos estavam proibidos de adquirir lotes.

Desse modo, para receber o direito à terra, era preciso que o colono providenciasse uma série de documentos, resultando em um processo: atestado de conduta, atestado de vacina, atestado de saúde, declaração de experiência no campo, certidões de casamento e de nascimento dos filhos, ou seja, eram muitas as exigências para que o colono, de fato, pudesse receber seu pedaço. A documentação do lote, ou melhor, o título definitivo, só foi entregue muitos anos depois. Nesta direção, podemos destacar é que a exigência não acontecia de maneira igualitária.

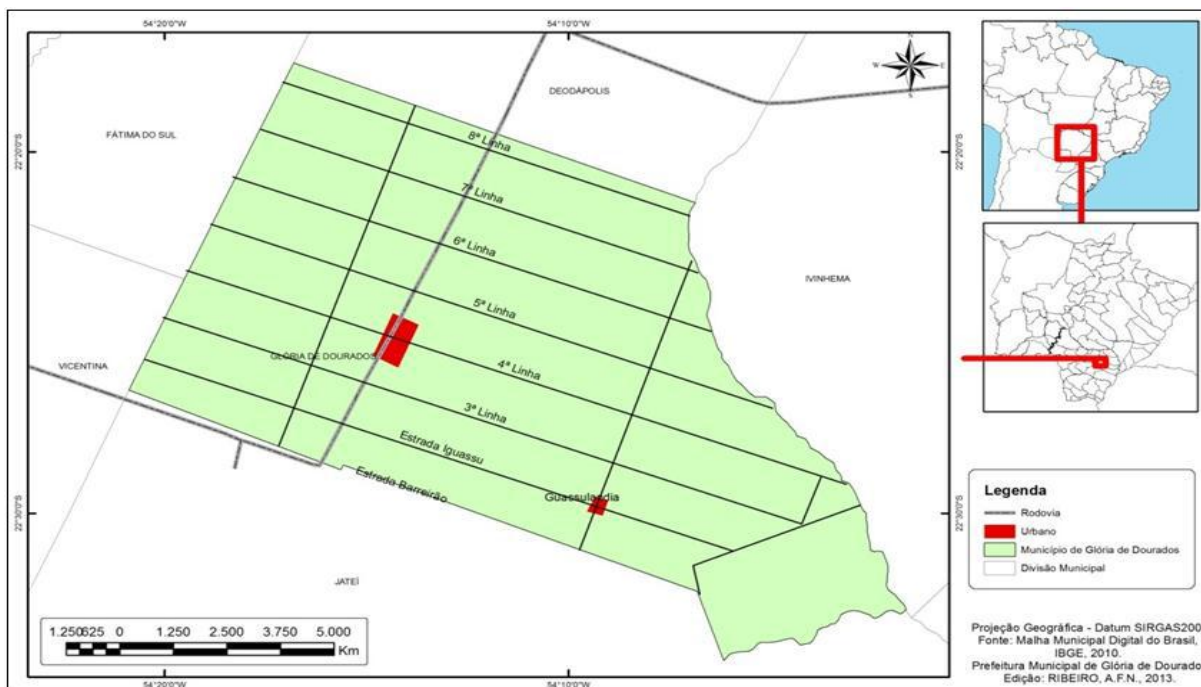
Nesse processo de ocupação da colônia era exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista, que era necessário um espírito desbravador por parte dos colonos, já que tinha que entrar na área e iniciar as roças através da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o mesmo tempo o governo dos gastos para tal tarefa. E ainda, atendiam aos objetivos dos

governantes locais, e, por sua vez, os do governo federal de desbravamento da área com a introdução de trabalhadores nos espaços “vazios” (SANTANA JUNIOR, 2009, p.95).

No ano de 1955, Clodomiro Albuquerque, administrador da Colônia, determinou a reserva de oito lotes dos projetos, que eram cortados pelo córrego 2 de Junho, para constituir a povoação. No ano de 1956, com o avanço dos colonos na área da Segunda Zona da CAND, a administração da Colônia determinou mais oito lotes para constituir o início de uma povoação. Assim, os camponeses demarcaram os lotes, avenidas e ruas que mais tarde ganharam melhor estrutura por meio dos projetos do engenheiro Paulo Thiri. Constituiu-se, assim, o povoado Vila Glória (MOTTA, 2013 p.42).

As medições dos lotes que eram entregues nessa região eram de 250 metros por 1200 metros (totalizando 30 hectares), demarcados por estradas que deram origem às linhas (estradas) rurais, de certa forma, seguindo o planejamento da ocupação da terra estabelecido na criação da CAND (mapa 4)

Mapa 04 – As linhas da malha fundiária de Glória de Dourados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados (apud Motta, 2013, p.44).

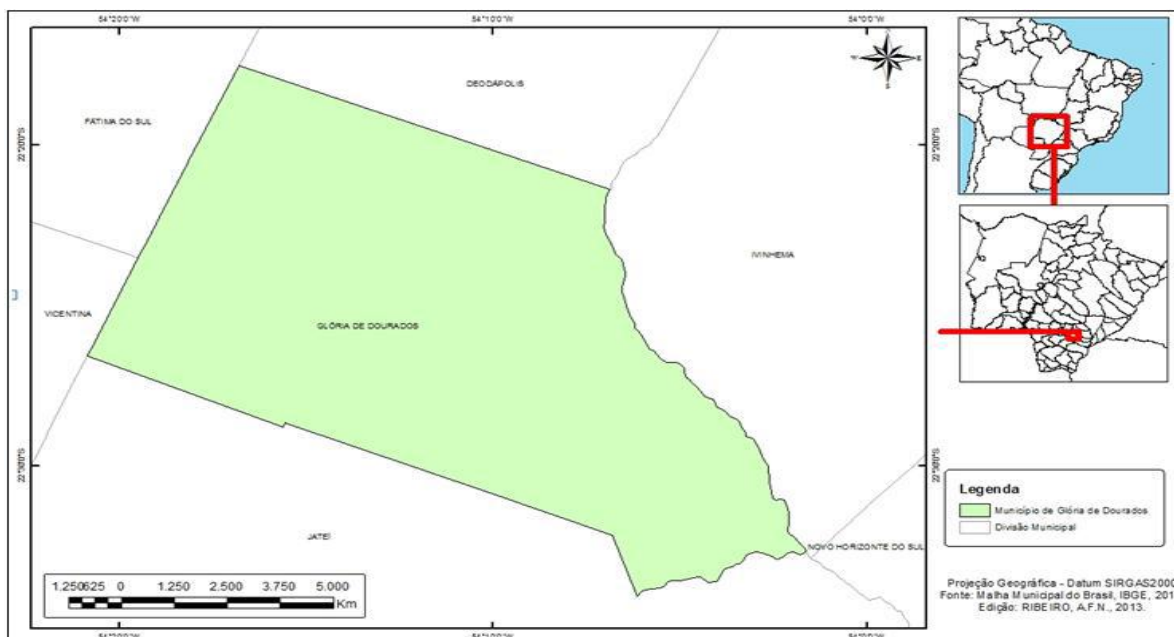
Ressaltamos, nos municípios de Glória de Dourados, Fátima do Sul e Vicentina, uma especificidade marcante, as linhas (estradas usadas como cortes para os estabelecimentos dos lotes e, ao mesmo tempo, para o tráfego de pessoas

e para o escoamento da produção) que interligam a malha fundiária regional. Em Glória de Dourados existem 22 linhas, definidas a Leste (Nascente) e a Oeste (Poente), que permaneceram praticamente as mesmas estabelecidas à época da criação da CAND (MOTTA, 2013).

Além da participação do Estado, dos colonos camponeses e da atuação de capitalistas, é interessante contextualizar outros sujeitos sociais que atuaram no processo de (re) construção desse território nesse período (1960) e de outros atuais municípios pertencentes à Segunda Zona. Destacamos Fátima do Sul (1963), inicialmente Vila Brasil, e Jateí (1966), cujos movimentos de emancipação foram decorrentes das territorialidades exercidas pela Igreja Católica (MOTTA, 2013; PONCIANO, 2006) e pelas comunidades locais, visto que estas careciam de serviços essenciais como escolas, hospitais, farmácias, estradas pavimentadas para o escoamento da produção, entre outros. A criação de novos municípios foi motivada pelo processo de incentivo à agricultura brasileira atrelada às ações efetivas de incentivos à mecanização do campo.

Lima (1982, p. 38) escreve que no dia 27 de dezembro de 1956, num domingo regado a churrasco oferecido pelo administrador da Colônia à época, Dr. Tácito Pace, inaugurou-se a placa comemorativa, o monumento da “Pedra Fundamental”, localizada na Praça Pedro Pedrossian. Padre Aguiar, ao finalizar seu discurso, disse: “Esta ainda será a Glória de Dourados”, nova denominação que a Vila de Glória recebeu permanecendo como o nome da cidade. Em 02 de maio de 1966, emancipou-se de Dourados, constituindo-se, dessa maneira, o território jurídico, político administrativo de Glória de Dourados (mapa 05).

Mapa 05 – Município de Glória de Dourados-MS



Fonte: Malha Municipal do Brasil, IBGE, 2010; Edição: RIBEIRO, A. F. N., 2013 (apud Motta, 2013, p.45).

Com base em planta elaborada por Paulo Thiry, foram executados os trabalhos preliminares na área da futura povoação. No ano seguinte, surgem os primeiros ranchos. No ano de 1957, surge o primeiro comércio no povoado, uma loja de tecidos. O povoado foi elevado à categoria de município com a denominação de Glória de Dourados, pela lei estadual 1941, de 11-11-1963, desmembrado de Dourados. Atualmente denominado município de Glória de Dourados (LIMA, 2006, p.86)

Por ser uma cidade pequena, ocorreu a intensificação de diversas atividades complementares com o objetivo de atender à demanda dos moradores das zonas rurais e também aos novos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais. Por fim, houve a instalação de bares, galpões, armazéns, depósitos (LIMA, 2006) bem como de empresas de beneficiamento dos produtos agropecuários, entre outros tipos de comércios. A população sobreviviam em sua maior parte dos meios de subsistências do campo.

De acordo com Motta (2013), as dificuldades eram grandes para realizar o transporte de produtos, devido às más condições das estradas. Porém os produtos eram bem valorizados, o que incentivava o camponês a diversificar sua produção.

Seus pioneiros recebiam garantias de bons preços para que plantassem, diversificando a agricultura baseada no cultivo de arroz, amendoim, feijão, milho, mamona, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, café, araruta, algodão entre outros. Apesar da grande demanda, mesmo assim, era possível transportar os produtos pelas estradas, as quais na época eram muito precárias. O transporte era realizado também, através de pequenas e médias embarcações fluviais que partiam de Porto Vilma aos outros portos dos grandes centros consumidores (MOTTA, 2013, p.41).

Ainda, de acordo com Motta (2013), a pequena Vila foi se tornando um grande espaço urbano comercial com farmácias, armazéns, padarias, lojas de tecidos, lojas de armarinhos, fábricas de calçados, madeireiras, olarias e fábricas artesanais (redes, tarrafas, varas para pescarias, balaios e cestos). A autora relata que os balaios, naquela época, eram utilizados nas colheitas de amendoim, mamona, milho. Também eram fabricados vários tipos de gamelas e colheres de pau para uso doméstico. Os eventos culturais eram aproveitados através da existência de cinema, desfiles cívicos, festas juninas e folias de reis.

2.3 - O Trabalho Familiar na CAND

A maior dificuldade, após o recebimento do lote, foi o processo de limpeza e preparação da terra para a agricultura. Enquanto a mata dava lugar à terra para plantar, as necessidades básicas, de alimentação e moradia, eram enormes. (NAGLIS, 2014, p.89).

As dificuldades eram muitas, os colonos mesmo estando em locais onde o solo oferecia uma boa fertilidade, não conseguiam suprir as necessidades de alimentação, ou seja, passavam fome (NAGLIS, 2014). A autora ainda é mais enfática, quando apresenta relatos de colonos que vivenciaram esse período, como no caso de um de seus entrevistados, Martim de Carvalho.

Ele comenta em sua fala: “bem cedo a gente sai dentro da mata caçando uma lagarta, uma lagarta branca, que dava em pau podre prá comê, não tinha comida, tinha que se virá”. Limpar o lote para plantar foi uma tarefa “solitária” dos colonos, sem o auxílio da Administração.

Foi no machado, na enxada e na foice”, conta Manoel Rocha (NAGLIS, 2014, p.90). O trabalho de limpeza dos terrenos era árduo e muito desgastante. Muitos colonos se ajudavam através de trabalhos coletivos, em que uma família ajudava na limpeza do lote do outro quando havia possibilidades.

O certo era que os membros da família eram essenciais e indispensáveis para o cumprimento dessas atividades.

Não somente o colono, chefe da família, mas também as esposas e filhos maiores somavam força de trabalho familiar. A quantidade de braços era importante, na abertura dos lotes, pois não havia nenhum tipo de máquinas, o trabalho da roça era totalmente manual. O trabalho dos filhos, principalmente os do sexo masculino em idade de prestação do serviço militar, era indispensável, tanto que o administrador Jorge Coutinho Aguirre fez um apelo ao General Comandante da 9ª Região Militar, em 1949, período da abertura dos lotes e acomodação das famílias (NAGLIS, 2014, p.91).

Desse modo, como relata a autora, o trabalho era todo braçal, não havia máquinas, então, cada braço era de extrema importância para o fortalecimento do trabalho nos lotes. A foto 01 demonstra essa realidade durante a derrubada de árvores no período de abertura da segunda zona da CAND. Nesse período a realização dos trabalhos era executada por membros da família, (o pai, mãe, filhos) vizinhos ou até mesmo por alguns trabalhadores que eram contratados por outros colonos que detinham recursos financeiros para pagar. Havia uma urgência em preparar a terra, construir uma infraestrutura no lote para manter a sobrevivência, de modo que os colonos sabiam que nenhuma ajuda lhes seriam oferecida fora da terra (NAGLIS 2014).

Em Camacho (2014), observamos a capacidade e a habilidade do camponês no sentido de se adaptar e se flexibilizar diante das adversidades/dificuldades, ou seja, é o seu modo de vida a sua característica própria diante dos enfrentamentos, lutas e resistência pela/na terra.

O campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida camponês não tem como fundamento principal a acumulação, mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar. Esta é a direção que condiciona as estratégias de sobrevivência camponesa, não é a lógica do capital que atua como organizadora da unidade do campesinato, pois o mesmo possui a sua própria lógica de reprodução (CAMACHO, 2014, p.188).

Foto: 01 - Derrubada de árvores na 2ª Zona da CAND na década de 1950



Fonte: Museu Municipal de Glória de Dourados (apud Motta, 2013, p.37).

Dessa forma, Constatamos também as transformações de paisagens que começam a surgir com o povoamento nas áreas de colonização. Como escreve Porto-Gonçalves (2006), foi a transformação do ecossistema, processo esse que implicou, segundo o autor, sempre em perdas: perda da biodiversidade, impactando diretamente a fauna e a flora local; perda do território e territorialidade de diversas etnias Guarani e Kaiowá; exposição do solo a partir da maior incidência da radiação solar etc.

Ao fazermos uma reflexão através do contexto ambiental. Observamos a partir da leitura de Porto- Gonçalves (2006), que o processo de transformações se intensificaram devido ao desmatamento da vegetação nativa para dar lugar ao cultivo de gêneros alimentícios na área de colonização. Mesmo havendo a Lei nº 3.059/1941, que constava no Decreto da criação das Colônias Agrícolas Federais, no seu artigo 4º, que assegurava a preservação de determinada área de mata, não se respeitou a manutenção de área de preservação, visto que os colonos começaram a derrubada das matas por conta própria.

Importante ressaltar que o impacto no ecossistema se fez necessário para garantir, por meio da venda de madeira e da agricultura, a sobrevivência dos camponeses. O corte das árvores propiciou as madeiras que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida, sendo uma parte destinada à construção das casas (abrigo), outra para ser comercializada e outra para o benefício da comunidade que não contava com serviços básicos de infraestrutura como estradas, escolas, hospitais etc.

As técnicas de trabalho, por serem rudimentares, contavam com cultivo e preparação do solo também com o arado a tração animal, como pode ser observado na foto 02. Na imagem, podemos constatar a participação de um grupo coletivo de camponeses que, por sua vez, se constituem como membros da família, vizinhos entre outros trabalhadores que estão integrados em um trabalho de preparo do solo. O modo de vida do camponês proporciona que ele construa suas próprias relações sociais.

A economia familiar, por não ser capitalista, tem como componentes uma série de elementos importantes para pensarmos o modo de vida camponês como uma relação não capitalista. O campesinato constrói suas relações sociais subdivididos em pequenos grupos

domésticos/familiares. Logo, as suas necessidades de subsistência são supridas por meio do trabalho praticado pelo próprio grupo familiar. Estas necessidades são supridas pelo consumo familiar da produção e pela venda do excedente (CAMACHO, 2014, p. 191).

Foto 02 - Preparo de solo com arado de tração animal no município de Glória de Dourados



Fonte: Museu de Glória de Dourados (apud Motta, 2013, p.41).

O trabalho não se restringia apenas ao colono, chefe da família, mas também às esposas e aos filhos maiores, isto é, somavam-se as forças do trabalho familiar, como já mencionado anteriormente. Com isso, observamos uma nova configuração produtiva surgindo, ou seja, os camponeses iniciaram o preparo da terra derrubando a mata para obterem condições de cultivo, baseado na policultura, destacando-se: milho, feijão, arroz, mandioca, amendoim e café (década de 1950), com vistas ao autoconsumo e o algodão com expressão comercial, na década de 1960. “Do preparo do solo à colheita, tudo era feito manualmente ou com uso de ferramentas simples, como o arado de tração animal” (PONCIANO, 2002, p.132).

A criação das Colônias estava ligada diretamente à fixação do homem no campo através da implantação da pequena propriedade. Dentro desse contexto, Ponciano (2001, p. 100) destaca que

[...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la.

Diante desse contexto, observamos a necessidade de introdução agropecuária para o aumento produtivo no município de Glória de Dourados, sendo , no final da década de 1970 até a metade de 1980, essa região se destacava no cultivo de algumas lavouras de subsistências (autoconsumo) e de amplitude comercial, tais como algodão, amendoim, milho, arroz, feijão.

O milho, ainda na época da CAND, esteve presente ocupando grandes extensões de terras no referido município, no entanto a sua forma de plantação era muito diferente daquela do milho safrinha, hoje cultivado na mesma área da soja. A partir da segunda metade da década de 1980, os aspectos produtivos dessa região (Glória de Dourados) passaram por algumas transformações. Muitas dessas lavouras desapareceram, outras sofreram reduções drásticas e outras mudaram sua forma de cultivo e o tipo de mercado para o qual eram destinadas, como comenta Lima (2006, p.120).

De modo geral, as lavouras diminuíram sensivelmente, em comparação com o período da CAND e, ao mesmo tempo, houve também mudança nos tipos de lavoura existentes, por exemplo: as lavouras de maior expressão, atualmente, são a soja e o milho que, geralmente, ocupam a mesma área; a primeira no verão e a segunda no inverno (milho safrinha). São lavouras mecanizadas e plantadas em propriedades maiores que aquelas do tempo da CAND.

A partir da citação de Lima, (2006), podemos observar que o fato de muitas lavouras do período da colonização terem reduzido pode estar associado ao surgimento de outras lavouras, em relação aos dias de hoje, no município de Glória de Dourados. Esses mesmos espaços agora são ocupados pelo cultivo da soja do milho e inclusive da cana.

Isso nos faz compreender que as transformações não se deram somente nas mudanças de cultivos, mas também, na ampliação da produção em grandes áreas de terras. Com isso, observamos- o avanço da monocultura, diferentemente do que era proposto durante a CAND.

CAPÍTULO III

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM GLÓRIA DE DOURADOS - MS

Desde os anos 1990, o setor canavieiro vem ganhando importância e destaque na produção de agrocombustíveis, gerando expansão da atividade canavieira em novas áreas de Mato Grosso do Sul. Para compreender essa nova dinâmica agrícola, foi selecionada uma área dentro do município de Glória de Dourados, mais especificamente na linha do Iguaçu km 16. A pesquisa nos propõe compreender essa expansão a partir do processo de incentivos para a instalação de unidades canavieiras no estado, bem como as mudanças na vida local.

Analisaremos, durante este capítulo, a questão camponesa, bem como seus elementos conceituais com base na estrutura agrária nacional, observando a lógica de funcionalidade e reprodução camponesa frente à territorialização do agronegócio canavieiro, no município de Glória de Dourados. Analisamos, mais especificamente, o assentamento Betel e a comunidade camponesa Estrelinha, tendo como debate fundante os impactos socioterritoriais na terra-território de vida e de trabalho dos camponeses.

Desse modo, um aspecto relevante que abordaremos neste capítulo é o contexto territorial do município de Glória de Dourados, bem como, uma análise significativa das configurações e transformações agrárias ocorridas no território a partir do processo de colonização. Nosso recorte, porém, inicia-se em 2009, quando se tem o surgimento do assentamento e a inserção da produção canavieira na respectiva região.

Para tanto, também, será desenvolvida uma breve análise sobre o processo de territorialização do agronegócio canavieiro de maneira geral no referido município, buscando uma melhor compreensão através de dados estatísticos que possam esclarecer as estratégias de resistência e/ou permanência dos sujeitos sociais envolvidos nesse contexto.

Para alcançarmos nossos objetivos, foram utilizados referenciais teóricos e dados relacionados ao setor canavieiro, bem como a realização de pesquisas de campo que tornaram possível analisar tanto as representações patronais, quanto as relações sociais dos camponeses-tradicionais e camponeses-assentados em projetos de reforma agrária.

A territorialização do agronegócio canavieiro torna-se uma tendência preocupante porque apresenta conflitos marcantes, ou seja, sua expansão ocasiona uma nova dinâmica nas relações socioterritoriais, gerando uma conflitualidade que pode ser entendida a partir de um processo constante que é alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo (FERNANDES, 2009, p.02).

Os resultados ressaltam que a crescente expansão do setor canavieiro é uma atividade rentável e concentradora de renda e terras para os grandes produtores e capitalistas industriais proprietários de usinas de açúcar e álcool e, por outro lado, é prejudicial ao agricultor camponês, gerando conflitos socioterritoriais e impactos na produção alimentar, além da expropriação de vários trabalhadores rurais.

Podemos considerar que o avanço desenfreado do setor canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul está desenhando novos rumos no tocante às relações políticas, sociais, econômicas e territoriais. Nossa proposta busca discutir tais elementos que estão apresentando um novo cenário socioespacial no município de Glória de Dourados - MS, chamando a atenção para a realidade a ser observada em sua totalidade no que diz respeito à territorialização da produção canavieira e os impactos a partir da mesma. Para tanto, buscamos nossa delimitação e análise socioterritorial, tendo como possibilidades de contribuição uma melhor compreensão sobre o cenário de avanço do capital no campo no município de Glória de Dourados, mais especificamente, em relação aos desdobramentos produtivos do setor canavieiro.

3.1-A Territorialização do Agronegócio Canavieiro em Mato Grosso do Sul: Impactos, Disputas e Conflitos com o Campesinato

O setor canavieiro está implantado em Mato Grosso do Sul desde a década de 1980, porém sua territorialização não gerava um reflexo tão expressivo na economia, na cultura, nos serviços públicos locais e nas relações de trabalho como a partir do ano 2000 (DOMINGUES, 2015, p.19). É importante ressaltar, nesse

contexto, que o cenário político para tal período era diferente, e o setor canavieiro não demonstrava tantas consequências significativas em relação ao processo de expansão e, por sua vez, de impactos socioterritoriais. Desse modo, o que se percebia era uma grande força política de incentivo para que o setor aos poucos se consolidasse como uma grande fonte alternativa de renda, principalmente, em seu contexto social. O avanço do setor canavieiro se torna visível no que diz respeito à substituição da pecuária e da soja, ou seja, começou a haver conflitos e embates entre as frações das classes capitalistas (usineiros, proprietários de terras, arrendatários, etc.). Harvey (2005, p.41) comenta sobre essas disputas espaciais dentro de uma lógica de acumulação de capital que se faz sempre por meio da expansão territorial do capital.

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.

Podemos entender que há uma corrida desenfreada do capital por meio do agronegócio. Esse processo evidencia o lado contraditório e desigual da expansão capitalista, provocando uma série de impactos negativos como a degradação ambiental, a expulsão das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais, a artificialização da produção agrícola, as instabilidades na soberania alimentar, a expropriação de muitos trabalhadores, a intensificação da monocultura da cana e o uso intensivo de agrotóxicos, ocasionando alguns impactos socioterritoriais.

Para que possamos compreender melhor as relações sociais no campo, temos que discutir as disputas e os impactos socioterritoriais. É preciso debater sobre a essência desses fenômenos e suas atribuições sociais, ou seja, as disputas territoriais geram mudanças provocadas pelos movimentos socioterritoriais que, a partir da ocupação de latifúndios, se territorializam na conquista de assentamentos. Por outro lado, a territorialização do agronegócio gera os impactos nas comunidades camponesas que vão desde a subordinação a sua desterritorialização. A luta e a resistência na terra tornam-se, então, o grande elemento contra o avanço do capitalismo no campo.

Com isso, buscamos compreender a realidade vivenciada pelos camponeses assentados e tradicionais a partir dos impactos socioterritoriais que, por sua vez, proporcionam transformações nos territórios onde esses sujeitos estão presentes. Podemos observar, também, que tais mudanças provocam alterações na organização do trabalho familiar desses camponeses. Dessa maneira, ao tratarmos os impactos socioterritoriais como mudanças do território, podemos analisar o processo de territorialização canavieira no município de Glória de Dourados como fator determinante nesse contexto. A presença das lavouras de cana no entorno do assentamento Betel e da comunidade Estrelinha, no referido município, apresenta transformações não só para as famílias ali assentadas, mas também para outros camponeses tradicionais que residem naquele local do ponto vista social e ambiental.

Vale lembrar que a territorialização da cana em Mato Grosso do Sul é bastante intensa e vem crescendo em um ritmo muito acelerado nos últimos anos.

Esses fatores são evidenciados pelo forte interesse do capital internacional na região, com a implantação de várias agroindústrias e fortalecimento nos investimentos por meio do Estado. No entanto, esse apoio do Estado ao capital acaba por fortalecer cada vez mais a agricultura empresarial e, na contramão, está a agricultura familiar camponesa desfavorecida por parte de tais incentivos. Essa é uma problemática enfrentada pelos camponeses em Glória de Dourados, onde muitos são prejudicados pelos grandes produtores capitalistas, principalmente, ligados à produção canavieira.

Desse modo, verificamos que o município de Glória de Dourados, assim como outros municípios localizados na região Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, vem sofrendo grandes transformações econômicas, sociais, políticas, ambientais e territoriais a partir da inserção do capital canavieiro. O município está ligado direta e indiretamente à produção canavieira, presente nos municípios vizinhos. Dentre as empresas, podemos citar a Usina Odebrecht Agroindustrial, agora, Ativos, fundada em 2007, localizada no município de Rio Brilhante e a Usina do Grupo Adecoagro, tendo instalada uma unidade no município de Angélica e outra no município de Ivinhema. Observamos que essa última é considerada a maior usina sucroenergética da América Latina.

Diante desse contexto, buscamos investigar e apresentar as transformações socioterritoriais que ocorrem em diversas dimensões a partir da chegada do setor

canavieiro na região. Desse modo, ressaltamos o importante debate sobre os impactos socioterritoriais sofridos pelos camponeses no assentamento Betel e na comunidade Estrelinha, além da expropriação de trabalhadores rurais das fazendas da região e o uso intensivo de agrotóxicos no cultivo da cana.

Com isso, podemos observar também um dos principais elementos a serem debatidos, que está relacionado diretamente ao uso da terra e a seus embates a partir da questão agrária, ou seja, as disputas socioterritoriais que sempre marcaram e marcam o contexto agrário, como escreve Camacho (2008, p.41).

Podemos afirmar que no Brasil possuímos uma questão agrária ainda longe de solução. O Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, logo, o problema de acesso à terra não era para existir dentro do espaço brasileiro. No entanto, não é isso que verificamos analisando a nossa estrutura fundiária, via dados oficiais do INCRA. De nossa área territorial total de 850,2 milhões de hectares, temos 170,0 milhões de terras devolutas, ou seja, terras que deveriam pertencer ao Estado e a União, e poderiam, assim, ser utilizadas para a reforma agrária.

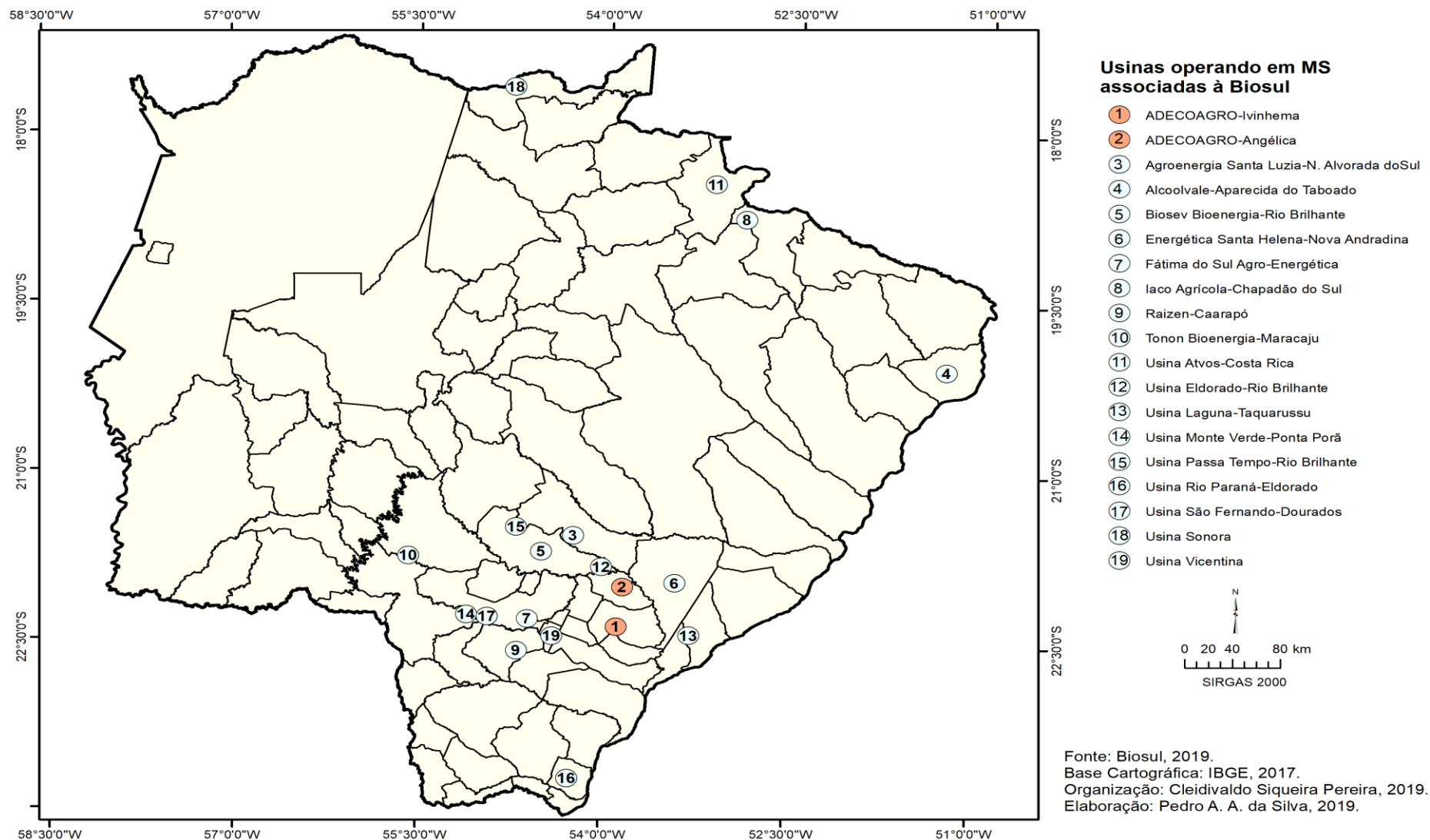
Observamos, desse modo, as possibilidades estratégicas exercidas pelo setor canavieiro em se territorializar e, assim, conseguir sua expansão produtiva no âmbito nacional, estadual e municipal, bem como seus interesses capitalistas de produção que, por sua vez, estão relacionados ao uso da terra e as suas vantagens comparativas com base na mão de obra barata e na localização geográfica (condições edafo-climáticas e infraestrutura local). Nesse sentido, temos que analisar a agricultura nacional sempre no interior de um contexto de subordinação das relações capitalistas de produção (CAMACHO, 2008, p.44).

O Mapa 06 apresenta dados sobre a localização e quantidades de usinas em operação que são associadas à Biosul⁴ para o ano de 2019.

De acordo com dados repassados pela Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul), foram 19 unidades em operação nessa safra, todas com produção de etanol (hidratado e anidro). Desse total, dez delas funcionaram com produção de açúcar e 12 exportando bioeletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O número deve permanecer o mesmo para a próxima safra, de acordo com a associação.

⁴Disponível em: <<http://biosulms.com.br/>>

Mapa 06 – Localização das Unidades Agroindustriais Canaveiras de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Biosul, 2019

As usinas em atividade no Estado estão situadas nos municípios de Angélica, Ivinhema, Dourados, Maracaju, Rio Brilhante, Ponta Porã, Bataiporã, Aparecida do Taboado, Costa Rica, Chapadão do Sul, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Vicentina, Fátima do Sul, Caarapó e Sonora. Segundo a Biosul, apesar das plantas estarem distribuídas em 19 municípios, a atividade canavieira impacta diretamente 39 municípios sul-mato-grossenses⁵.

A tabela 03 abaixo nos mostra um aumento significativo da área plantada em Mato Grosso do Sul entre o período de 2009 – 2017. Um dos principais motivos para esse avanço do setor no estado foi o fato de a agroindústria canavieira no estado ter se tornado uma opção de investimento e uma alternativa de diversificação agrícola a partir de 2009. A expansão dessa cultura e a instalação de novas indústrias proporcionaram um aumento nos indicadores de produção, no emprego formal e na arrecadação de impostos (CASTILHO, 2013).

Tabela: 03 – Área Plantada em hectares com cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, 2009 – 2017

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
285.993	399.408	495.821	558.664	642.686	639.899	546.099	658.282	661.906

Fonte: Elaborada pela UNICA a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além do mais o setor canavieiro se beneficiou do fato de os estados tradicionais, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, apresentarem escassez de terras para a expansão da cultura e preços elevados de arrendamento e compra de terra (CENTENARO, 2012). No entanto, o interesse para a cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul inflaciona o preço da terra, o que pode diminuir os benefícios para o estado. Assim, as terras com lavouras tiveram, de 2002 até 2011, uma valorização nominal de 180% no estado (CASTILHO, 2012).

De acordo com Domingues e Thomaz Junior (2012), no estado de Mato Grosso do Sul, a cana-de-açúcar foi introduzida em alguns municípios antes ocupados com pecuária e produção de alimentos de forma tradicional. A expansão

⁵Disponível em: <<http://www.ceisebr.com/conteudo/setor-sucroenergetico-de-ms-reage-e-tem-19-usinas-operando.html>>.

das áreas de cultivo de cana-de-açúcar aconteceu principalmente nos espaços de pastagem degradada, porém com boa capacidade para a cultura.

Com base nos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), observamos números que apresentam variações em relação à área plantada no estado entre 2012 e 2016, ou seja, a área plantada de cana-de-açúcar apresentou crescimento de 12,83% na safra 2012/13 em relação à safra anterior, com um total de 642,686 mil hectares.

Na safra 2013/14, a área chegou a 654,5 mil hectares e na safra 2014/15 alcançou 668,3 mil hectares, o que representa um aumento de 2,1% em relação à safra anterior. Nessa mesma safra, a produtividade cresceu 1,4%, passando de 63,4 para 64,3 toneladas por hectare (CONAB, 2015). Na safra 2015/16, a área caiu para 596,8 mil hectares, uma redução de 10,7% em relação à safra anterior, porém com um aumento na produtividade. Por fim, na safra 2016/17, a área teve um pequeno crescimento de 3,6% em cima da safra anterior (CONAB, 2016).

3.1. 1 – Expansão produtiva do Grupo Empresarial Adecoagro

Nosso objetivo específico é apresentar a discussão em relação à territorialização do setor canavieiro através da Usina Adecoagro, estabelecendo um debate sobre as transformações socioterritoriais ocorridas no município de Glória de Dourados evidenciado pelas mudanças da cadeia produtiva⁶.

A Usina Adecoagro começou a operar em 2002 na Argentina, através da compra de uma área 74.000 hectares. A partir de então, a empresa começa a se destacar em seu processo produtivo, se tornando uma das maiores empresas agropecuárias da América do Sul. A empresa, contava com a produção de 70 mil hectares na Argentina em 2002, com destaque para agricultura e pecuária. Sua incorporação no Uruguai e no Brasil se inicia em 2004 com o modelo de cultivo e produção sustentável. Seu primeiro passo produtivo de açúcar, etanol e energia, no Brasil, se inicia em 2005, a partir da aquisição da Usina Monte Alegre em Minas Gerais.

Em Mato Grosso do Sul, a empresa tem sua expansão do negócio etanol-açúcar a partir de 2006, quando marca também o início da construção da Usina

⁶ De acordo com o site da própria usina, disponível em: <<http://www.adecoagro.com/pt/historia.html>>.

Angélica. No ano de 2007, a empresa tem sua expansão no negócio do arroz, tendo sua incorporação comercial na marca Molinos Ala no mercado argentino. Nesse mesmo ano, inicia-se a construção da primeira fazenda leiteira estabilada da América Latina em Santa Fé.

Um grande avanço da Adecoagro se deu no ano de 2011, quando a empresa abre o capital na bolsa de valores de Nova Iorque. Destaca-se, também nesse período, a construção da segunda Usina em Mato Grosso do Sul, Ivinhema, com produção voltada para açúcar, etanol e energia. Em 2012, tem-se o início da construção da segunda fazenda leiteira estabilada em Santa Fé, com o total de 7.000 mil vacas em ordenha, com produção anual de 95 milhões de litros. No ano de 2013, a empresa abre um escritório no Uruguai, e, em 2015, a tem sua expansão na marca Molinos Ala com o lançamento da linha de massas. Em 2017, a Adecoagro começa a investir na produção de energia a partir do esterco de vaca, com inauguração de um biodigestor.

De acordo com Renato Junqueira Pereira, diretor de açúcar, etanol e energia da empresa no Brasil a partir de 2010, a escolha por Mato Grosso do Sul como área de expansão da empresa foi uma estratégia acertada.

A opção por Mato Grosso do Sul, decidida há mais de dez anos, é hoje vista como um acerto estratégico, apesar dos desafios encontrados à época, quando a região ainda era uma nova fronteira da cana. "Não temos concorrência por cana com usinas nem com outras culturas. E não temos entressafra. Isso dilui nossos custos fixos", ressalta Junqueira, que classifica a região como "o lugar mais competitivo do mundo em produção de cana"⁷.

Desse modo, as vantagens que a Adecoagro vê na região justificam os aportes constantes em expansão de lavouras. Em 2017, a empresa cultivou 143,6 mil hectares com cana nas proximidades de suas usinas. Foi um acréscimo de 6,7% sobre 2016, e o plano é seguir ampliando para atender a capacidade de processamento, que cresceu após aportes recentes (BRASIL AGRO, 2018).

A expansão produtiva dentro do município de Glória de Dourados configurou na territorialização do agronegócio canavieiro e, com ele, também os entraves e disputas no espaço agrário.

⁷ Entrevista concedida ao site BRASIL AGRO em 03/05/2018. Disponível em: <<https://www.brasilagro.com.br>>.

3.2-A Territorialização do Agronegócio Canavieiro no município de Glória de Dourados: Resistência, Subalternidade e Expropriação Camponesa

A ocupação territorial do município de Glória de Dourados, através da introdução do setor canavieiro, vem transformando a conjuntura socioespacial, de modo a construir novos direcionamentos na cadeia produtiva da região, o que, conseqüentemente, está alterando a dinâmica social da população do campo. No sentido de intensificar ainda mais o avanço desse modelo de agricultura, o agronegócio canavieiro tem ainda o apoio relevante do Estado e das políticas públicas, por meio, principalmente dos créditos rurais, das pesquisas agropecuárias, dos incentivos fiscais, dos instrumentos de regulação dos preços e dos mercados, das estruturas de armazenamento, entre outros. Segundo Ianni (1996, p. 219-220),

[...] no centro das atividades e das reflexões de uns e outros, como síntese das condições e possibilidades ou impossibilidades, das identidades e diversidades [...]. [...] sob vários aspectos, o Estado moderno e contemporâneo pode realmente ser visto como uma surpreendente obra de arte; uma obra de arte coletiva [...]. [...] A preocupação com a centralidade do Estado na sociedade moderna e contemporânea, isto é, na sociedade burguesa ou capitalista, está presente tanto em Marx como em Gramsci e Mandel, passando por Kautsky, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Hilferding e outros. São vários e fundamentais os temas que polarizam os escritos e as controvérsias desses e outros autores; tanto no âmbito do marxismo como no das polêmicas com autores e teorias alheios. Estes são alguns dos temas frequentes: Estado e sociedade civil, classes sociais e lutas de classes, Estado e capital, democracia e tirania, reforma e revolução, soberania e hegemonia, capitalismo e socialismo. Tudo que diz respeito à sociedade, em seu todo e em partes, ressoa no Estado, como produto e condição [...]. [...] Na história moderna, a vontade do Estado obedece, em geral, às necessidades variáveis da sociedade civil, à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de intercâmbio [...]. [...] O Estado não é senão o poder total organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em face das classes exploradas, dos camponeses e dos operários [...]. [...] O Estado moderno, por outro lado, não passa de uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições gerais do modo capitalista de produção contra os ataques, tanto dos operários, como de capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. E quanto mais forças produtivas passarem para sua propriedade, tanto mais se converterá em capitalismo coletivo, e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuarão sendo operários assalariados

proletários. A relação capitalista, longe de se extinguir com estas medidas, tornar-se-á mais intensa [...].

A grande mudança ocorrida nos últimos anos chama a atenção de como as classes dominantes se apresentam na busca da acumulação de capital com pretensões de manutenção do seu *status quo*. Com isso, de outro lado, temos um grande contingente populacional que não participa, ou seja, está subordinado direta e indiretamente à força do agronegócio, que a cada momento amplia sua espacialidade com grandes investimentos tecnológicos, cujo objetivo é a superprodução, acumulação de capital e controle do poder. Sobre essa questão, comenta Harvey:

As relações espaciais estão, desse modo, sujeitas à transformação contínua. Outras formas de mudança tecnológica podem alcançar o mesmo objetivo, mas por via diferente. Há muitos exemplos contemporâneos de mudança, que liberam a produção da dependência em relação a habilidades localizadas de mão-de-obra, matérias-primas, produtos intermediários, fontes de energia etc. (2005, p.144).

Desse modo, observamos o monocultivo canavieiro como fundamental nesse propósito de ampliação do capital e, também, de aprimoramento dos recursos tecnológicos, ou seja, seus manejos de cultivo exigem alta mecanização no intuito de aumento produtivo. Com isso, tem-se o acúmulo de capital e controle do poder. Isso reflete, no entanto, na expulsão/expropriação/desterritorialização de famílias camponesas.

Dessa maneira, podemos observar, na tabela 02, o avanço da produção canavieira a partir do ano de 2009, período inicial da territorialização canavieira no referido município. Observamos que, no início da chegada das usinas canavieiras na região, sua produção era limitada em torno de apenas 50 hectares da área cultivada com a cana-de-açúcar no município de Glória de Dourados, o que caracterizava um percentual de 0,1 % da área total do município ocupado com a produção canavieira. Com o passar dos anos, ocorreu um avanço significativo na área cultivada, passando de 50 para 200 hectares durante o período de 2009/2011.

Chegou ao total de 2900 hectares de sua área na safra 2017/2018, obtendo um percentual de 5,9% da área ocupada no cultivo da cana-de-açúcar.

Tabela: 04 – Área cultivada com cana-de-açúcar – Município de Glória de Dourados
Unidade: hectares – 2009 – 2018.

Safra	Expansão	Total	%
2009/2010	50	50	0,1%
2010/2011	200	200	0,4%
2011/2012	150	150	0,3%
2012/2013	550	550	1,1%
2013/2014	900	900	1,8%
2014/2015	1.800	1.800	3,7%
2015/2016	2000	2000	4,1%
2016/2017	2.200	2.200	4,5%
2017/2018	2.900	2.900	5,9%

Fonte: INPE, USGS, NASA, IBGE, SISLA. Pesquisas Processamento e Produção. Org. PEREIRA (2018).

As atividades econômicas desenvolvidas nos latifúndios de Glória de Dourados estão integradas aos principais circuitos produtivos, como o canavieiro, o sojicultor e a pecuária. Para o desenvolvimento dessas atividades, vem-se intensificando cada vez mais a mecanização e exigência da qualificação profissional. Com isso, o trabalhador rural é substituído pela máquina, aumentando o número de desempregados. Por isso, ao debatermos os impactos socioterritoriais, apresentamos as principais mudanças provocadas nos sujeitos sociais envolvidos em nossa discussão. São mudanças que têm na expansão do capitalismo sua origem central, ou seja, mudanças na base do trabalho no meio rural, aumento do uso de agrotóxicos na região, transformações da cobertura vegetal, principalmente após a chegada do setor canavieiro em Glória de Dourados, mais especificamente, nas proximidades do assentamento Betel e da comunidade Estrelinha. Para confirmar nossa análise, recorreremos ao que registra Leal:

Quando abordamos os impactos socioterritoriais, apresentamos as principais mudanças provocadas pelos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. São mudanças contraditórias, porque se originam no interior do próprio capitalismo, como, por exemplo: o desemprego no meio rural que se intensificou com a automação agrícola, elemento essencial para aumentar e qualificar a produção agropecuária (LEAL, 2003, p.28-29).

A territorialização canavieira marcou a expropriação de muitos trabalhadores que residiam nas fazendas da região. Observamos que a situação se intensifica ainda mais com a mecanização agrícola, elemento essencial para aumentar a produção agropecuária. Se, por um lado, para o capital foi necessário produzir com poucos custos e maior margem de lucro, do outro, significou a exclusão social dos trabalhadores rurais.

Todavia, a territorialização do agronegócio canavieiro no campo de Glória de Dourados também encontra seu oposto, a resistência camponesa. Uma das alternativas para a resistência ao modelo de expropriação no meio rural são as organizações camponesas e sua territorialização, principalmente, por meio dos camponeses assentados do Betel e da comunidade de agricultores tradicionais Estrelinha. A participação dos assentados no processo de luta pela terra caracteriza novas relações no meio rural, permitindo uma nova compreensão da questão agrária.

Quanto às novas relações no meio rural, principalmente entre os camponeses assentados e agricultores tradicionais, podemos contextualizá-las a partir da resistência e da recriação de uma agricultura voltada para o autoconsumo da família, cujo excedente é comercializado. Podemos afirmar que os camponeses assentados no município de Glória de Dourados estão integrados ao mercado, mas o principal objetivo da produção é, em primeira instância, garantir o sustento da família, como relata o assentado P.

Antes de tudo, nós garante o sustento da nossa família, por isso fazemos a horta, plantamos feijão, criamos galinhas, porcos, umas vaquinhas. Agora, tem coisas que não dá pra tirar do lote, como o sal, açúcar, fumo entre outros produtos, então fazemos outras atividades para ganhar dinheiro e poder comprar no mercado. (Pesquisa de campo realizada no dia 29/11/2018).

O entendimento sobre a garantia do auto sustento é uma das especialidades das famílias camponesas. Além disso, as atividades produtivas proporcionam uma variedade de produtos que atendem suas necessidades. Desse modo, com a venda

do excedente de seus produtos, eles (camponeses assentados) comprem aquilo que não é possível ser produzido em seus lotes.

No entanto, ao discutirmos os impactos socioterritoriais a partir da territorialização canavieira, observamos que tais atividades mencionadas no parágrafo anterior sobre a produção dos camponeses assentados se apresentam como um desafio. Essa problemática se dá devido à expansão do cultivo da cana nas proximidades do assentamento Betel e da comunidade de camponeses tradicionais. Essa realidade se torna mais evidente quando demonstramos, através de mapas (mapas 07 ao 15), os avanços da área cultivada com a cana entre os anos de 2009 – 2018.

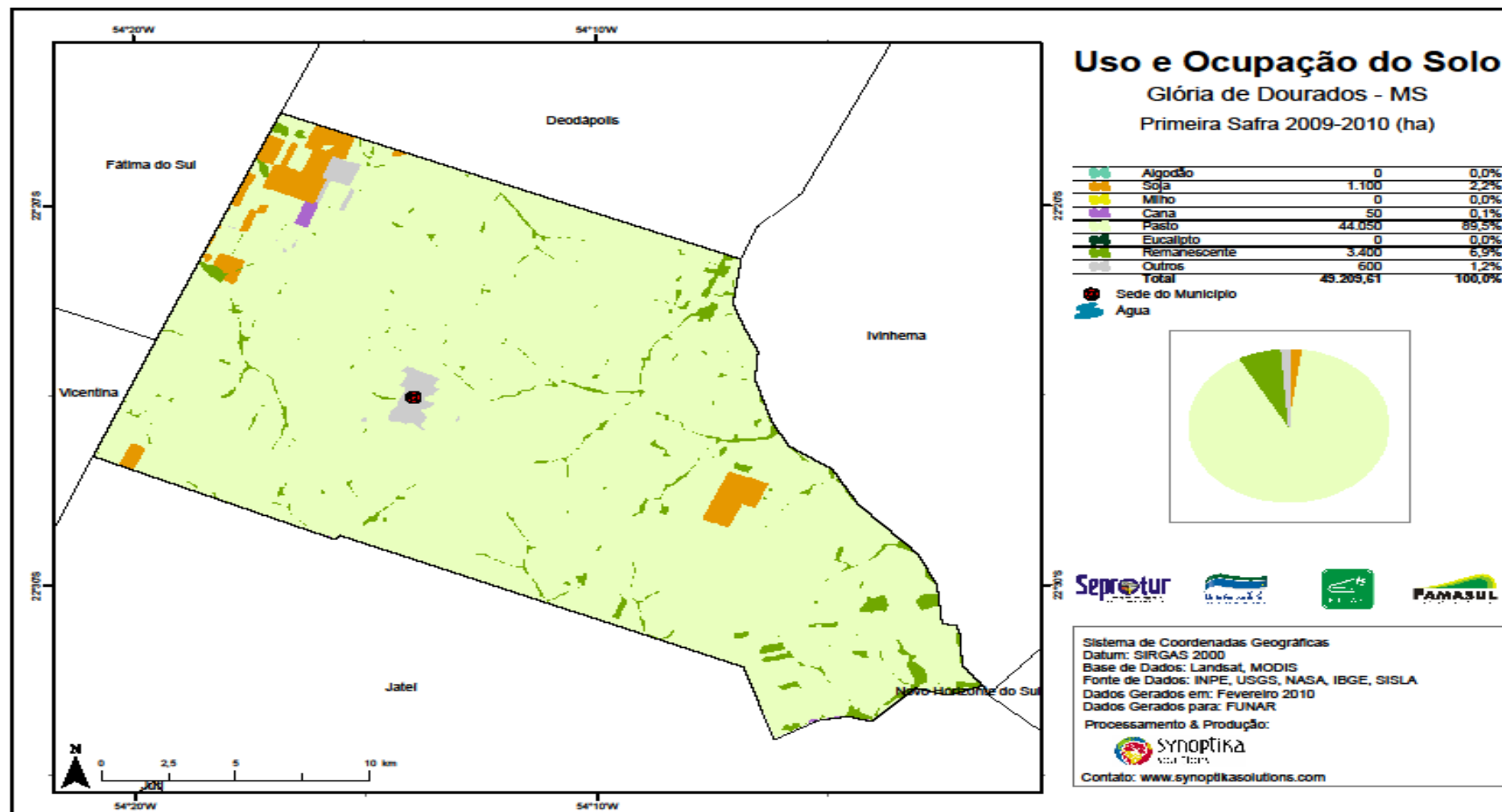
Importante ressaltar que, embora nosso objetivo central seja o de apresentar dados sobre a territorialização da cana e sua expansão territorial no município de Glória de Dourados – MS procuramos demonstrar, também, outras atividades produtivas no sentido de identificarmos o aumento ou redução dessas atividades.

Além disso, a análise torna-se importante quando demonstramos que algumas atividades do agronegócio entram em disputas pela ocupação territorial.

Desse modo, faremos uma análise das várias atividades produtivas desenvolvidas em Glória de Dourados entre os períodos de 2009 até 2018, com destaque, principalmente, para o uso e ocupação do solo através dos cultivos de soja, milho, mandioca e pastagens. Não descartamos a importância das outras atividades desenvolvidas, porém, essas que destacamos merecem um maior debate pelo fato de ocuparem maiores áreas e estarem diretamente em disputa com a territorialização canavieira.

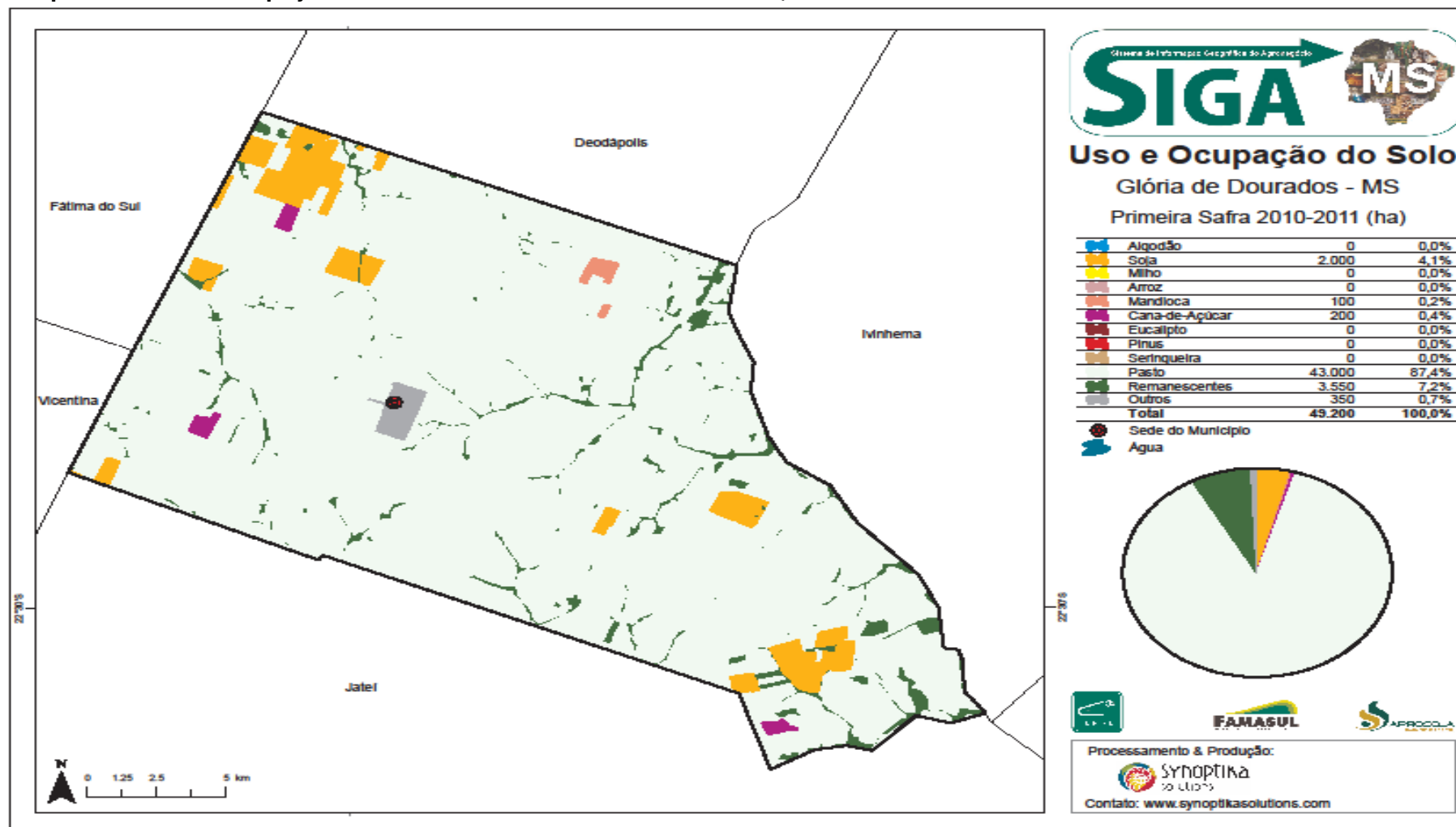
É importante ressaltar que as disputas estão relacionadas aos impactos socioterritoriais que nosso trabalho se propõe a discutir, ou seja, existia um cenário antes e existe outro após a territorialização canavieira na região, de modo que podemos destacar, por exemplo, o cenário da ocupação predominante de soja, pecuária, mandioca etc. Enfim, essas atividades não influenciavam da mesma maneira nos impactos socioterritoriais como, exemplo, para o aumento de desemprego, visto que muitos trabalhadores residiam com suas famílias nas fazendas de soja e/ou pecuária.

Mapa 07: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2009 – 2010



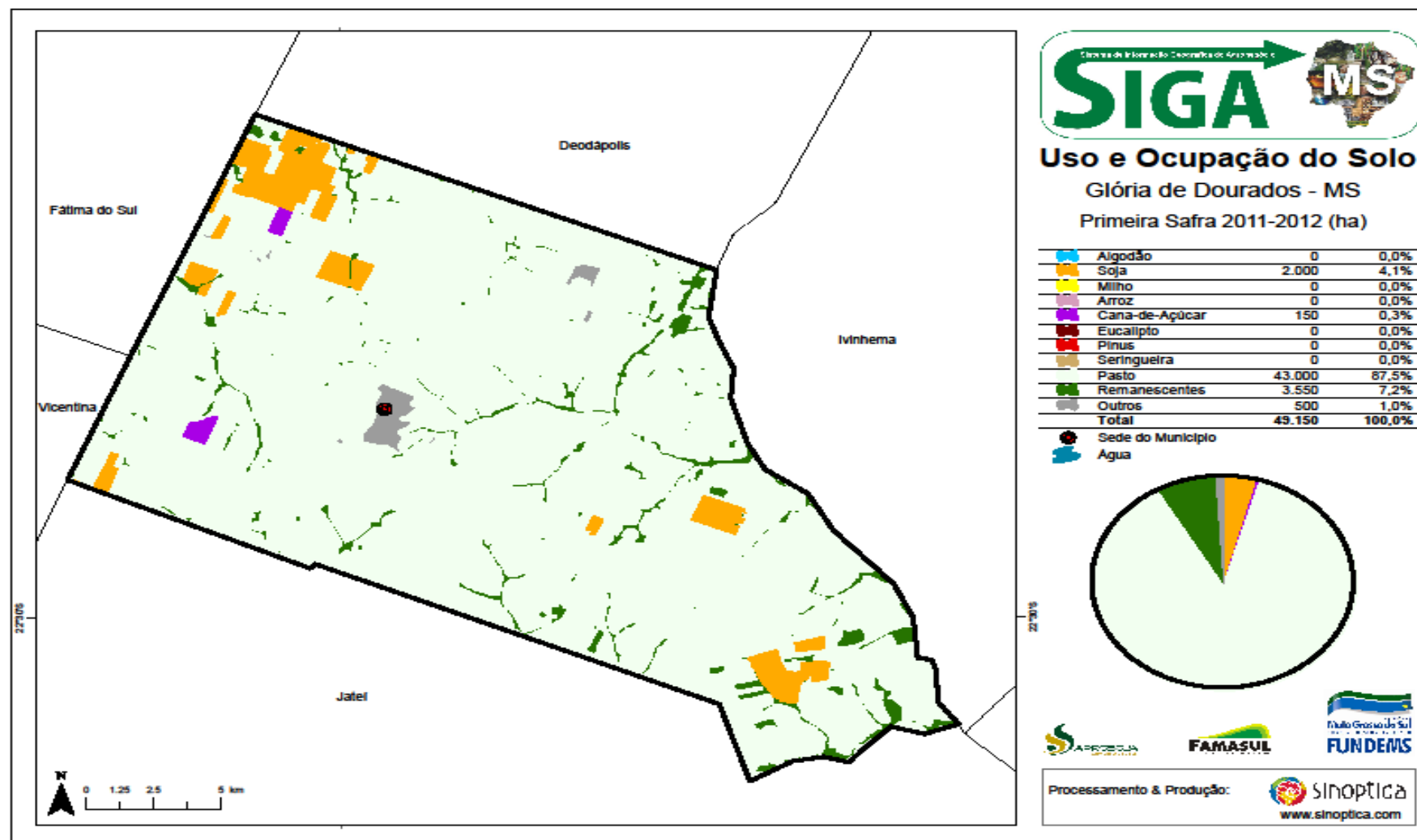
Fonte: Famasul (2018).

Mapa 08: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2010-2011.



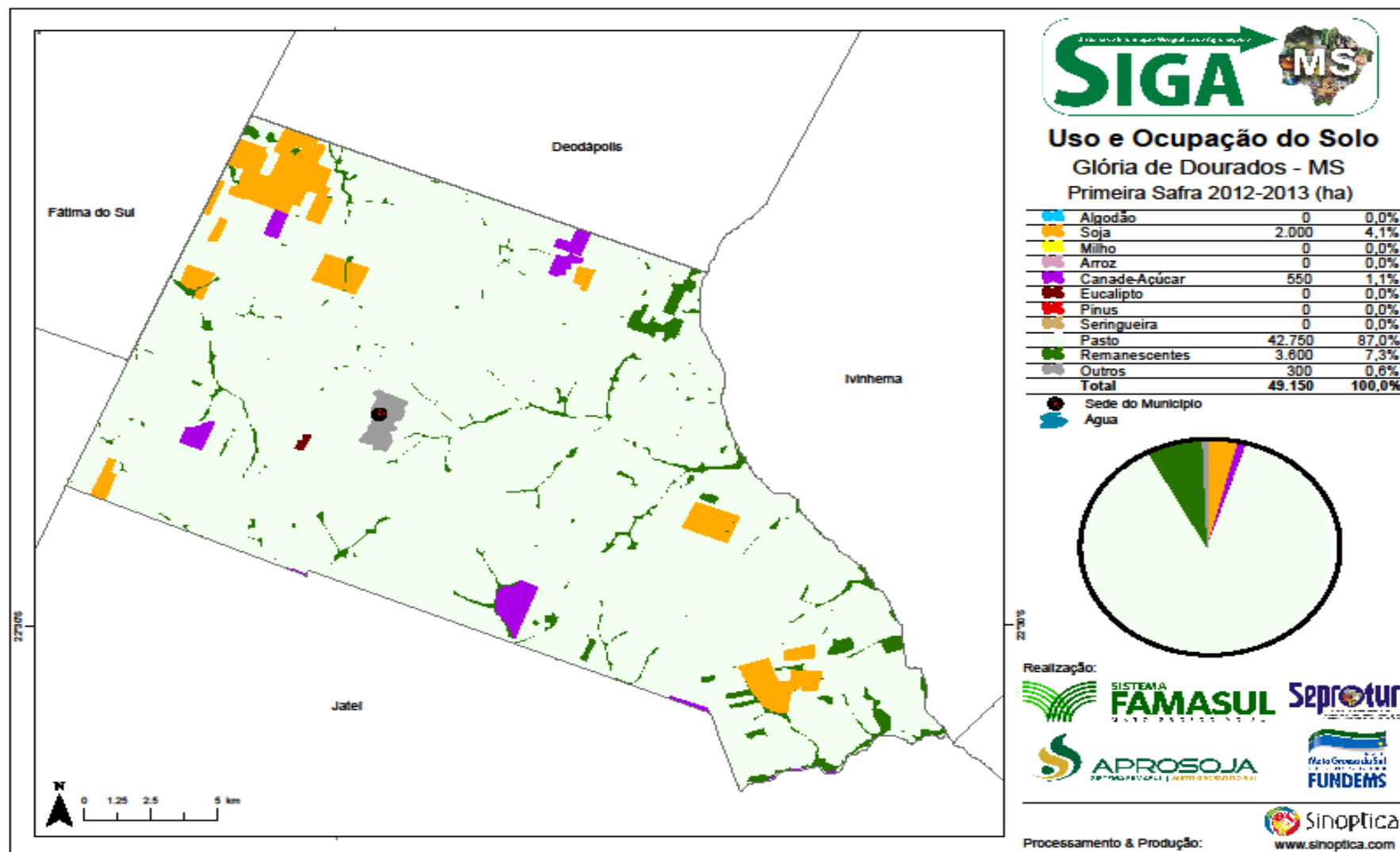
Fonte: Famasul, 2018.

Mapa 09: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2011-2012.



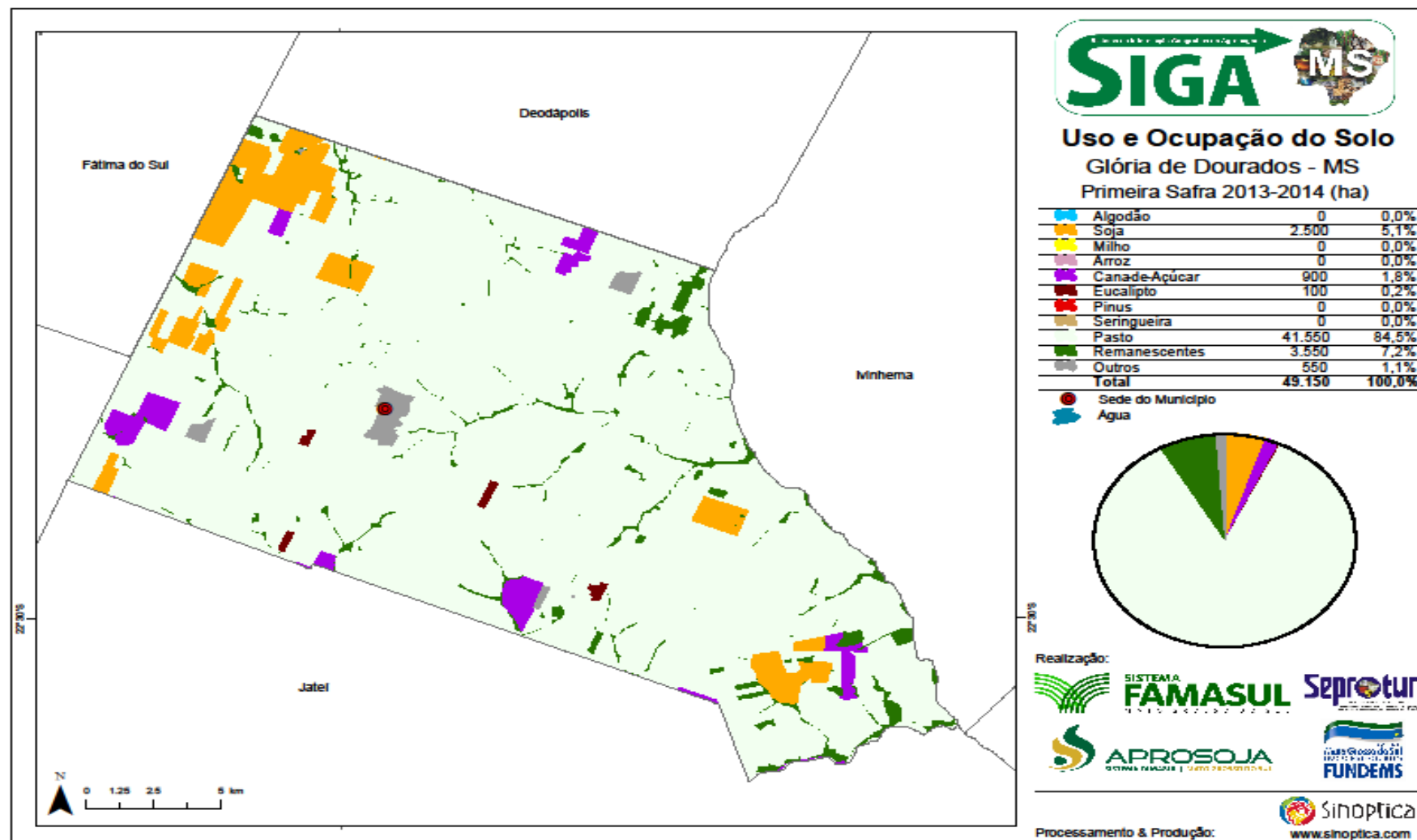
Fonte: Famasul, 2018.

Mapa 10: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2012-2013.



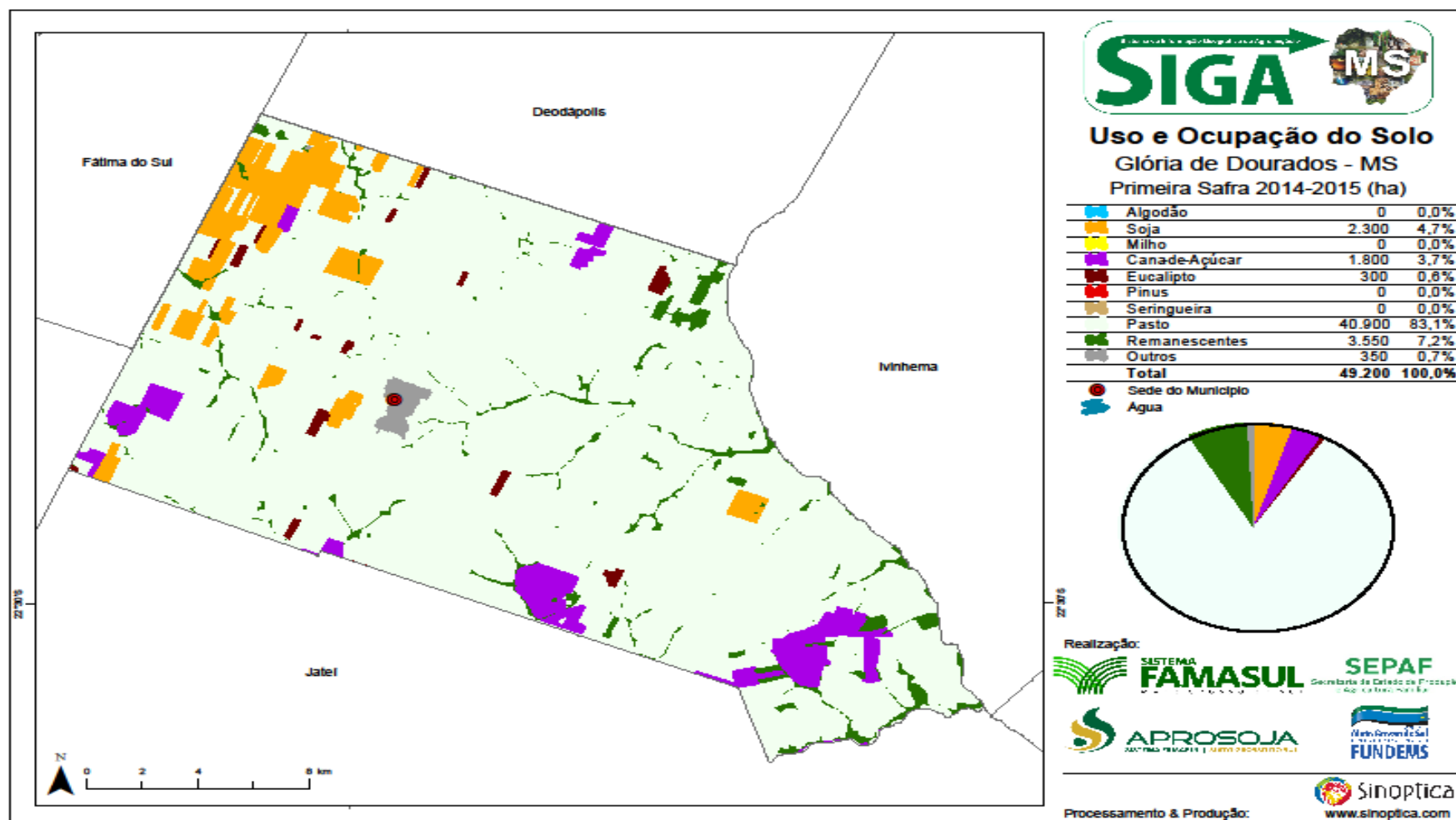
Fonte: Famasul, 2018.

Mapa 11: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2013-2014.



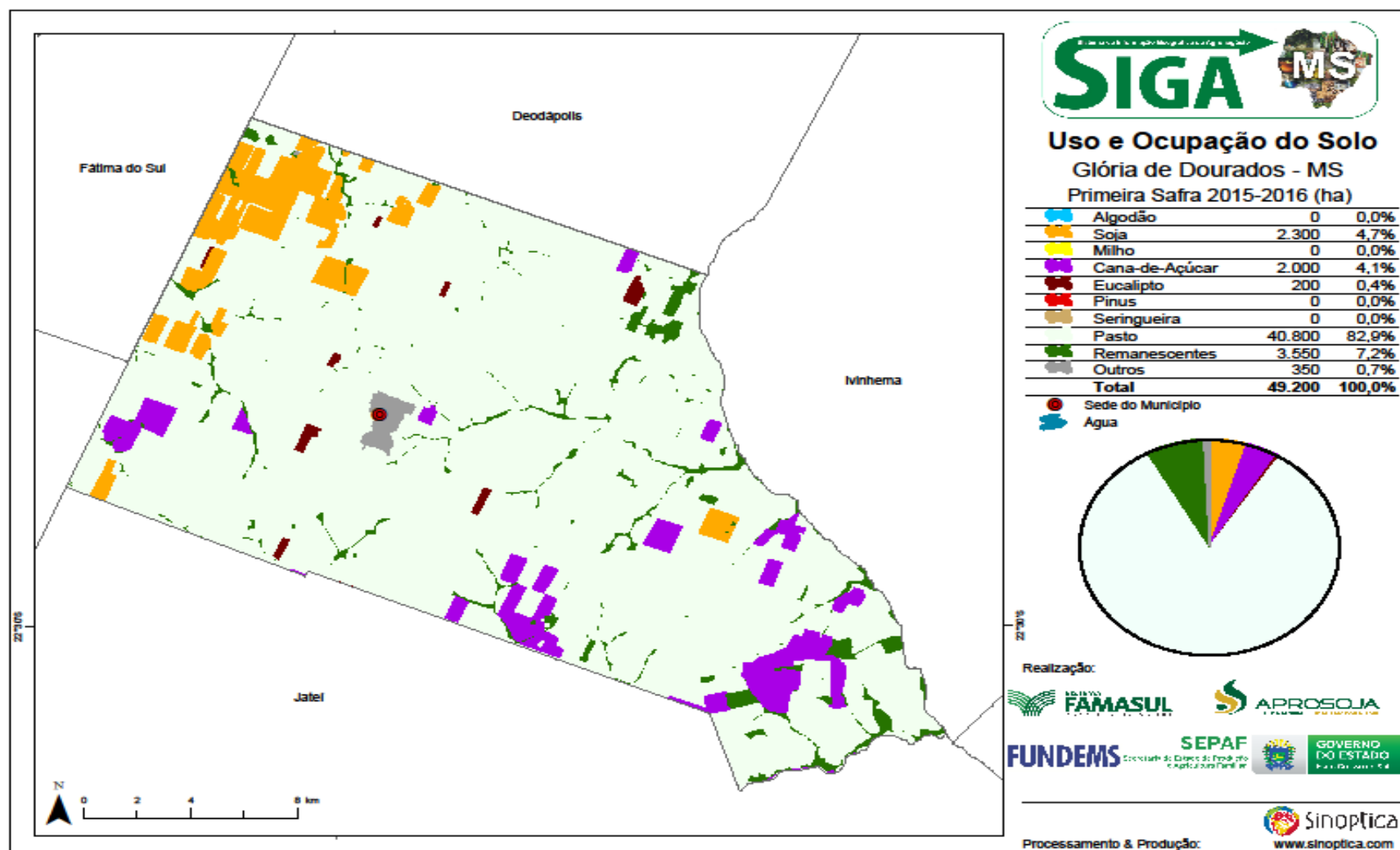
Fonte: Famasul, 2018

Mapa 12: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2014-2015.



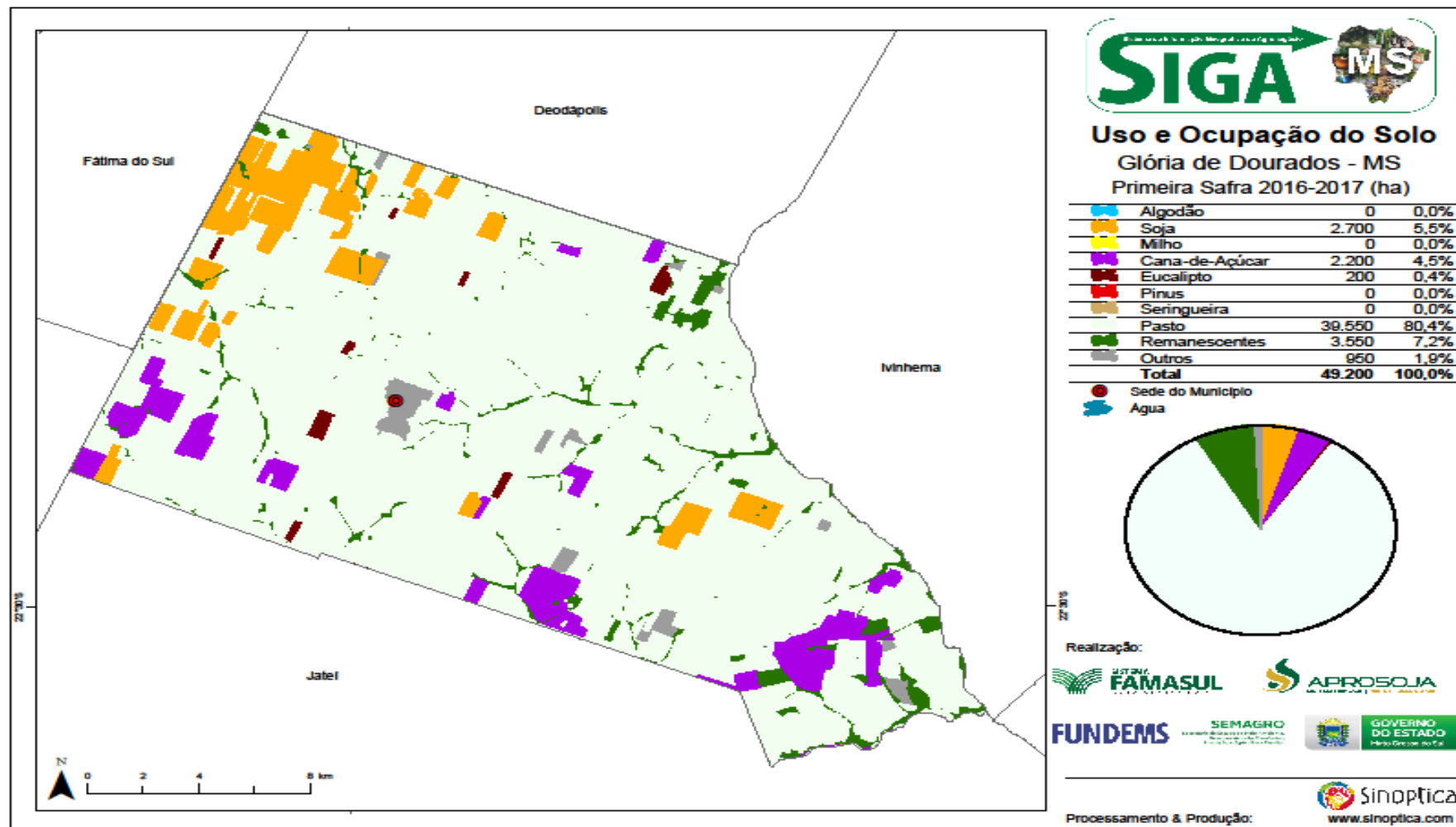
Fonte: Famasul, 2018.

Mapa 13: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2015-2016.



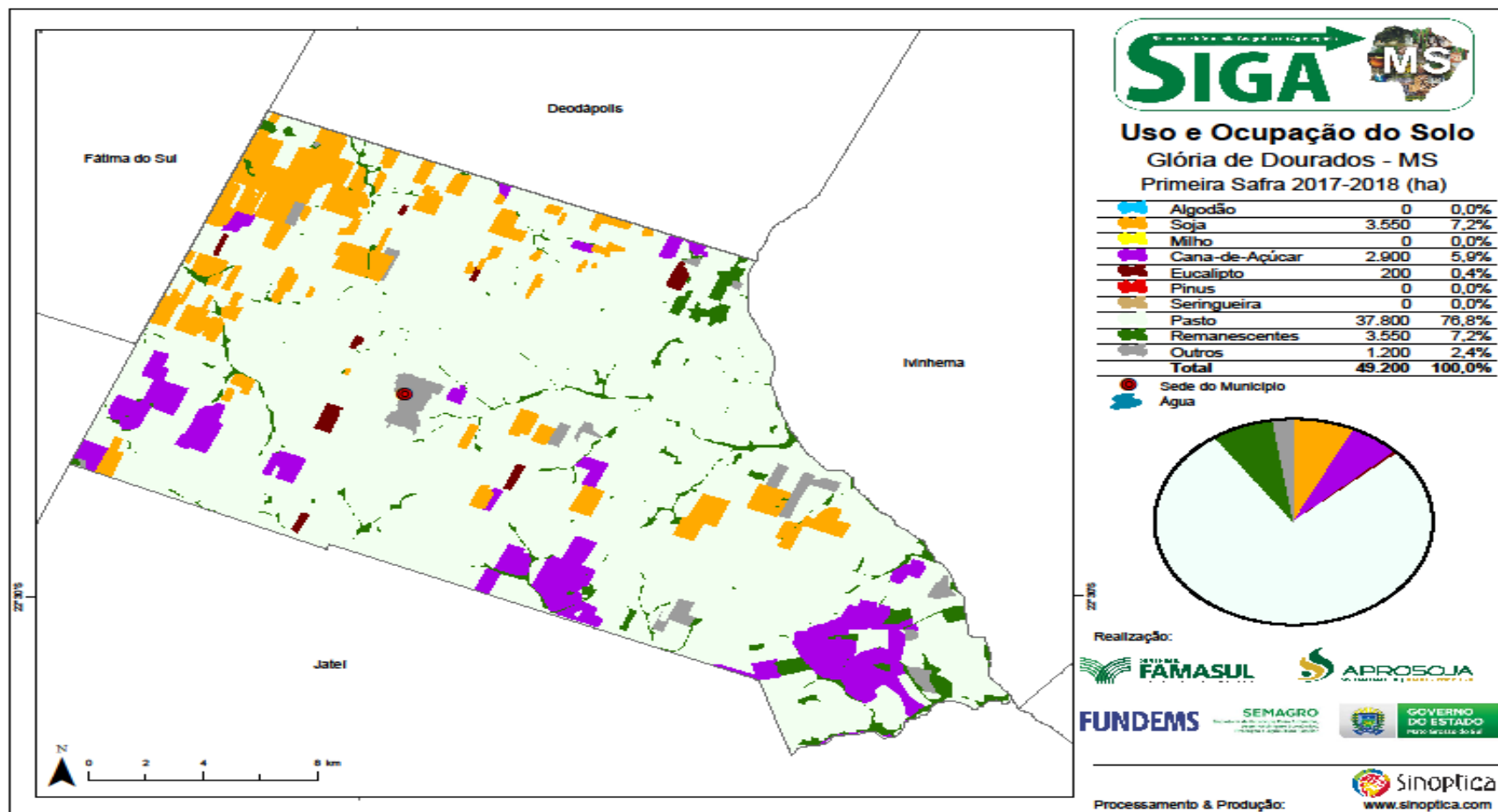
Fonte: Famasul, 2018.

Mapa 14: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2016-2017.



Fonte: Famasul, 2018.

Mapa 15: Uso e ocupação do solo em Glória de Dourados – Safra, 2017-2018.



Fonte: Famasul, 2018.

Ao analisarmos o uso e a ocupação de solo no município de Glória de Dourados nos anos de 2009 e 2010, através das atividades produtivas demonstrada no mapa 07, é possível constatar uma dinâmica distinta entre os setores do agronegócio. Embora o setor canavieiro esteja iniciando seu processo de territorialização no município, observamos que há uma predominância maior de outras atividades agrícolas. Notamos a ocupação abrangente do solo a partir do desenvolvimento da pecuária, com grandes áreas de pastagens e a produção da soja. Observamos o predomínio maior das áreas de pastagens nesse período, ou seja, 43.050 hectares da área ocupada, sendo 89,5% de sua área total.

É importante ressaltar que esses números são expressivos pelo fato de a bovinocultura leiteira ser considerada uma das principais atividades econômicas dentro do município. Essa atividade é marca consolidada, que já caracterizou o município por diversos momentos, como uma referência da bacia leiteira. Glória de Dourados tem um histórico de pequenas propriedades que investiram na produção leiteira.

Desse modo, além da marca expressiva da pecuária no período acima mencionado, observamos uma ocupação significativa da produção de soja no município. Essa cultura ocupou uma área de 1.100 hectares, sendo que a produção registra 2,2% do total da área do município, para o período 2009/2010.

As áreas remanescentes⁸ registram 3.400 hectares com um percentual de 6,9% do total da área. Outras atividades ocupavam nesse período, 600 hectares da área, com um percentual de 1,2 % de toda área.

A análise é importante para compreendermos a dinâmica produtiva de algumas das principais atividades que apresentaram destaque antes, durante e após a territorialização canavieira.

Ao observarmos, no mapa 07, a ocupação do solo através do cultivo da cana, podemos constatar um pequeno registro dessa atividade produtiva para o período 2009/2010. Os dados nos mostram que em apenas 50 hectares da área está sendo desenvolvido o cultivo canavieiro, ou seja, apenas 0,1% de toda área. Um número considerado bem abaixo em relação à do capital canavieiro. Desse modo, como não obtivemos dados formais mais concretos quanto à referência produtiva para esse

⁸ Remanescente é aquilo que sobra que resta ou que remanesce.

período, buscamos entender melhor a situação a partir de entrevistas com produtores rurais no município e funcionários da Usina Adecoagro. Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas entre os dias 08 de janeiro a 06 de fevereiro de 2019. Foram entrevistadas 09 pessoas, por meio de um questionário semiestruturado (ver apêndices), entre homens, mulheres, funcionários que prestam serviços para Usina Adecoagro, comerciantes, camponeses assentados e produtores rurais ligados ao setor do agronegócio.

Chegamos, então, à seguinte conclusão a respeito dos dados demonstrados sobre a produção da cana em 2009/2010: a maioria dos entrevistados relatou que, no primeiro ano da usina no município, os dados de ocupação não foram contabilizados pelo fato de estar sendo realizado um trabalho de preparação do solo e que, somente a partir de 2011, começaram a serem registrados os números de ocupação através da usina.

Desse modo, entendemos que os dados demonstrados com a produção da cana, para o período de 2009/2010, eram de produções desenvolvidas em pequenas propriedades, ou seja, essas produções atendiam as necessidades dos considerados pequenos produtores. Assim, o plantio da cana servia para o trato do gado e, até mesmo, para o consumo familiar, como por exemplo, na produção do melado, da rapadura entre outros.

Essa situação fica mais evidente ao conversarmos com um dos entrevistados, que reside no município há mais de 40 anos. Ele nos relata:

Eu moro aqui há muitos anos, e já fiz de tudo um pouco aqui em Glória de Dourados. Morei muitos anos no sítio, depois que mudei pra cá pra cidade. Lá no sítio eu já mexi com roça e com gado também. Foi com as vaquinhas que consegui comprar uma casa aqui na cidade. A roça não dava muito lucro não, mais o leite até que rendia. Eu saí do sítio em 2012, eu morava lá na 3ª linha, e lembro que, quando a usina arrendou as terras, existia muitos sitiantes naquela região, e quase todos tinha um pedaço da área plantado com cana pra tratar das criação. Isso era feito porque só o pasto não dava conta de manter o gado. (trabalho de campo realizado no dia 25/01/2019, com o Sr. A.S).

Ao analisarmos os mapas (08 e 09), que correspondem aos períodos de 2010 a 2012, veremos algumas mudanças significativas quanto à ocupação do solo a partir das atividades produtivas desenvolvidas. Observamos, para esse período, o aumento bem representativo da cana em relação ao que apresentamos no mapa 07.

Os dados mostram que, para a safra 2010/2011, a área ocupada pela cana era de 200 hectares, com um percentual de 0,4 % da área total. Ressaltamos também, para o período, o aumento da produção de soja com ocupação de 2000 hectares da área, ou seja, um percentual de 4,1% da toda área.

Outra situação que merece destaque também nesse período é a redução da área de pastagem para 43.000, com 50 hectares a menos em relação ao período anterior e com um percentual de 87,4%. Com isso, o que nos chama atenção, além do aumento da produção da cana e da soja é o surgimento de uma outra atividade produtiva, a mandioca, que passa a ocupar uma área de 100 hectares, com um percentual de 0,2%.

Dessa maneira, podemos perceber que essas atividades representam grande destaque no contexto socioeconômico relacionado ao setor agropecuário. Vale lembrar que, embora nosso objetivo seja destacarmos os avanços do agronegócio canavieiro, vamos, ao longo de nossa análise, fazer um paralelo com outras atividades do setor, como no caso da soja e da pecuária. No entanto, é importante deixar claro que não podemos definir por meio dos mapas se os plantios dessas outras culturas estão sendo feitos em grandes ou pequenas propriedades.

Diante disso, nossa proposta é apresentar o avanço da ocupação do setor canavieiro, observamos um aumento significativo do setor entre os anos de 2012 a 2014. Esses dados se confirmam ao analisarmos os mapas (10 e 11). Na safra 2012/2013, a área ocupada era de 550 hectares, passando para 900 hectares na safra 2013/2014, com o percentual de 1,1% para 1,8% da área total. Destacamos, para o período, também a presença da produção de eucalipto, ocupando 100 hectares, com percentual de 0,2% de toda área do município.

Segundo Teixeira e Hespanhol (2016), dois dos fatores para o avanço da produção canavieira no município pode ser levado consideração: os solos férteis e a disponibilidade hídrica (condições edafo-climáticas). Como o município de Glória de Dourados pertence à bacia hidrográfica do rio Ivinhema, tem se tornado um grande atrativo para o desenvolvimento agropecuário, inclusive para o setor canavieiro. De acordo com os autores, que afirmam:

A região onde se localiza a bacia hidrográfica do rio Ivinhema é a mais importante produtora agrícola do Estado de Mato Grosso do Sul, destacando-se no cultivo de grãos e de cana-de-açúcar. Devido

à presença de solos férteis, principalmente na parte superior da bacia onde se sobressai o latossolo roxo, a ocupação foi motivada pela expansão das atividades agropecuárias. Atualmente, essa região apresenta grande expansão do cultivo de cana-de-açúcar, associada à instalação de várias usinas de açúcar e álcool. Esse avanço iniciou-se no ano de 2003, mas se intensificou a partir de 2008. A cana-de-açúcar foi o produto de maior expansão na área colhida da bacia nos últimos anos. Os dados demonstram que, em 2004, a área colhida desse produto foi de 66.146 ha e, no ano de 2012, chegou a 366.558 ha. O total de cana-de-açúcar produzido em 2004 foi de 5.472.893 toneladas e, em 2012, foi de 26.974.837 toneladas (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2016, p.268-270).

Os dados obtidos através dos mapas nos apontam para essa realidade em relação ao setor canavieiro. Ao observarmos os mapas (12 e 13), referentes aos anos 2014 a 2016, veremos algumas mudanças significativas nas atividades produtivas e ocupação do solo. Percebemos uma grande redução das áreas de pastagens em relação a anos anteriores (com uma redução de 6,6% de sua ocupação em relação ao seu início apresentado no mapa 07), registrando 40.800 hectares com um percentual de 82,9% de toda área no período de 2015/2016.

Para o mesmo período, observamos um avanço significativo do setor canavieiro, que passa a ocupar uma área de 2000 hectares com percentual de 4,1% de toda área. É importante ressaltar que esse crescimento do setor pode ser compreendido pelo fato de muitos produtores de gado estarem com suas propriedades degradadas e, então, arrendarem suas terras para o cultivo da cana.

Essa situação se tornou comum durante esse período, como comenta J. M, que tem sua propriedade arrendada para a usina Adecoagro.

Eu mesmo quando vi que o gado não tava dando lucro e que tava ficando caro pra recuperar o pasto e manter minha propriedade em boas condições, eu logo arrendei as terras, eu sabia que o dinheiro do arrendamento era mais viável do que eu investir na propriedade. Eu sei que a cana acaba sugando bastante as terras. Mais com a venda do gado e alguns trocos que tenho, eu posso vender essas terras quando a usina não quiser mais e comprar em outro lugar. (trabalho de campo realizado no dia 29/01/2019, propriedade do senhor, J.M).

Desse modo, compreendemos que a influência do capital canavieiro é fundamental nesse processo de convencimento aos produtores em relação aos acordos de contratos que são firmados. Outra situação importante a ser levada em consideração são os valores envolvidos nos contratos, ou seja, como podemos

observar, fica evidente na fala do entrevistado, proprietário da terra, que ele está interessado na obtenção da renda da terra.

Convém destacar também que esse proprietário sabe dos impactos negativos que a monocultura pode apresentar para sua propriedade, no sentido de desgaste dos solos e outros problemas, tais como, destruição das benfeitorias, como cercas, casas, pomares entre outros. Entretanto, esse produtor, assim como muitos outros, enxergam apenas os pontos positivos na análise deles, ou seja, as vantagens que terão a partir do arrendamento.

Assim, observamos, a partir da análise teórica e prática, que houve uma expansão significativa do setor canavieiro no município de Glória de Dourados, mais precisamente, no entorno do assentamento Betel e da comunidade de camponeses tradicionais.

Essa situação nos permite observar que, nos últimos anos, a territorialização canavieira tem se expandido cada vez mais. Ao analisarmos os dois últimos mapas (14 e 15), veremos novamente o avanço da ocupação canavieira. Os dados demonstram um avanço de quase 6% de toda área no município. Embora esse número possa ser considerado baixo em relação à ocupação da cana em outros municípios do estado, podemos entender que a monocultura canavieira tem mudado o cenário de atividades produtivas locais. Podemos constatar, por exemplo, a grande redução das atividades da pecuária que, por sua vez, no último período 2017/2018, registra a ocupação da área de 37.800 hectares.

Com isso, percebemos uma redução de mais de 2000 hectares em relação aos primeiros anos analisados (2009/2010). No entanto, observamos um crescimento considerável da área ocupada pelo cultivo da cana nesse período de 2017/2018 em relação aos primeiros anos, 2009/2010/2011, ou seja, constatamos, a partir dos dados apresentados, uma expansão de aproximadamente 2.700 hectares da área total do município.

Os dados das tabelas e mapas revelam que houve um aumento significativo na ocupação e expansão territorial do setor canavieiro dentro do município de Glória de Dourados - MS através da empresa Adecoagro, com unidade instalada no município de Ivinhema. A unidade é um empreendimento sucroenergético instalado e operando que atua na produção de etanol, açúcar e bioenergia, utilizando-se da cana-de-açúcar como matéria prima. Sua área industrial se localiza no município de

Ivinhema – MS, sendo que o cultivo da matéria-prima é realizado em áreas agricultáveis dos municípios de Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis e Jateí (novacana.com⁹).

A realidade se torna mais evidente quando realizamos entrevistas com algumas pessoas no município sobre o início da chegada da cana, desafios e perspectivas. Ressaltamos que essas entrevistas tiveram como público principal os residentes da área urbana do município, visto que boa parte dessa população presta serviços ao comércio local, é servidor público ou é funcionário da Usina. Foram entrevistados 11 pessoas, (questionário nos apêndices do trabalho) entre os dias 03 a 15 de maio de 2018, sendo que podemos destacar a fala de um dos entrevistados, “R. M”, que relatou a trajetória da produção canavieira no município.

Olha, mínimo, sobre a cana... ó, vou falar um negócio pra você, si não fosse a usina aqui, muita gente tava passando fome, ou tinha ido embora. Eu memo qui não tenho muito estudo, sei não, viu. Antes da usina chegá eu trabaiava no posto de gasolina, aí depois fui pra usina. Lá o salário não é tão bom, mas tem plano de saúde e isso ajuda, eu tenho dois filhos. (entrevista, R.M, 14/05/2018).

A fala desse entrevistado reafirma o pensamento de muitos moradores que veem na usina a grande oportunidade de conseguir emprego.

Analisar a expansão produtiva do setor no município de Glória de Dourados a partir de uma lógica de ocupação e transformação socioterritorial, proporcionando e despertando o interesse de trazer para a discussão um estudo teórico e prático de maneira detalhada, tendo como enfoque as evidências registradas pelo antagonismo de classes que está enraizado na história da concentração fundiária brasileira, e que se apresenta em um contexto contemporâneo através de rearranjos estratégicos, porém com o mesmo objetivo, acumulação capitalista de produção e concentração fundiária.

⁹ Disponível em: <https://www.novacana.com/usinas_brasil/fabrica/adecoagro>.

CAPÍTULO IV

A RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE AOS IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DO AGROENGÓCIO CANAVIEIRO NO ASSENTAMENTO BETEL E NA COMUNIDADE CAMPONESA ESTRELINHA

Figura: 01 – Limites territoriais entre o Assentamento Betel e a Monocultura Canavieira



Fonte: Pereira, C. S (2019).

A trajetória camponesa não é, contudo, linear. Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstituir a tradição. A estrada principal que conduz à modernidade (individualização, secularização, racionalidade) [...] o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro (WOORTMANN, 1990, p.16-17).

Analizamos as resistências dos camponeses no Assentamento Betel e na comunidade camponesa Estrelinha frente à territorialização da cana-de-açúcar.

Trata-se de um processo em que os camponeses ficaram cercados por essa cultura produzida nas fazendas do seu entorno. Também refletimos acerca das dificuldades impostas a esses sujeitos pela usina Adecoagro ao produzir a monocultura canavieira. O processo acarretou em vários impactos socioterritoriais, como a perda da produção de alimentos, a perda de animais, a perda da biodiversidade, a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos etc. Enfim, houve a intensificação dos problemas sociais e ambientais causados aos camponeses-assentados e aos camponeses da comunidade estrelinha.

Analisaremos todo o processo de ocupação territorial anterior e, principalmente, a partir da chegada da produção canavieira na região. Essa realidade trouxe grandes mudanças socioterritoriais na questão agrária local. Estaremos discutindo e apontando os principais impactos socioterritoriais provocados pelo setor canavieiro aos camponeses do assentamento Betel e adjacências, com o propósito de evidenciar os principais conflitos e disputas existentes.

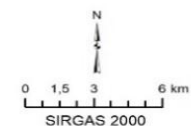
Para que pudéssemos compreender e debater melhor tais disputas e conflitos que envolvem a questão agrária em nosso recorte territorial local, foi necessário um estudo teórico e prático. Debateremos sobre a territorialização da produção canavieira e seus impactos socioterritoriais com destaque para o uso intensivo de agrotóxicos e expropriação de trabalhadores rurais locais.

Dessa maneira, para que possamos melhor compreender a realidade a ser debatida neste capítulo, elaboramos o mapa de localização (mapa 16) do assentamento Betel no município de Glória de Dourados.

Além disso, buscamos identificar a presença marcante da cana-de-açúcar no entorno do assentamento. Ao evidenciarmos a localização do assentamento Betel e seu entorno, entendemos que seria interessante, apresentar a existência de outro assentamento (Aymoré), dentro dos limites do município de Glória de Dourados somente para registrar que ele também sofre os impactos causados pela produção canavieira. Ressaltamos, entretanto, que se trata apenas de dados complementares, visto que, não nos propomos a pesquisar o Aymoré. Embora esse assentamento

não esteja tão próximo das áreas cultivadas com cana, também sofre alguns impactos.

 Projeto de Assentamento Aymoré
 Projeto de Assentamento Betel
 Amostra de Canaviais
 Usina ADECOAGRO
 Limites da Comunidade Estrelinha
 Perímetro Urbano Consolidado de Glória de Dourados
 Limite Municipal de Glória de Dourados
 Linhas Rurais
 Rodovias (Pavimentadas e em Leito Natural)
 Sedes Municipais



Fonte: Pesquisa Empírica, 2019.
Base Cartográfica: IBGE, 2017.
Organização: Cleidivaldo Siqueira Pereira, 2019.
Elaboração: Pedro A. A. da Silva, 2019.

Fonte: Pereira, C. S (2019).

Podemos observar que a presença da cana é bem marcante nas proximidades dos assentamentos e nos limites da comunidade Estrelinha, (vejamos a figura 02 abaixo) composta de camponeses-tradicionais que residem no local há mais de trinta anos. Entretanto mesmo que nossa delimitação territorial esteja centralizada no assentamento Betel, entendemos ser relevante discutir também as relações socioterritoriais desses camponeses.

Figura: 02 - Limites territoriais entre a comunidade Estrelinha e a monocultura canavieira



Fonte: Pereira, C. S (2019).

Ressaltamos a presença de dois assentamentos no município de Glória de Dourados, (mapa 16) de modo que o Aymoré se constitui a partir de ocupação através da reforma agrária. Em contrapartida, o assentamento Betel, objeto de nossa pesquisa, se baseou na aquisição da área através do crédito fundiário (que será discutido mais adiante). Essa área foi ocupada por dezesseis famílias a partir do ano de 2009.

Apresentaremos, dessa forma, apenas dados complementares sobre as relações socioterritoriais que envolvem os camponeses assentados do Aymoré. Com isso, pretendemos demonstrar que, mesmo a produção canavieira não estando tão

próxima a esse assentamento, quanto no Betel, essa ainda apresenta seus impactos, principalmente no que se refere ao uso de agrotóxicos nas lavouras de cana em municípios vizinhos. O assentamento Aymoré está localizado na 7ª linha nascente km 6 em Glória de Dourados. Observamos, nesse assentamento, a presença de 45 famílias, sendo que cada uma reside em uma área de 9 hectares de terra.

Nesse assentamento, nos chama a atenção o fato de a cana estar no entorno do assentamento Betel e da comunidade Estrelinha. Ao realizarmos nosso trabalho de campo, fizemos uma visita informal no Aymoré, onde observamos que a maior parte do plantio de cana no entorno está concentrada nos municípios vizinhos de Deodápolis e Ivinhema, tendo uma pequena porção dentro do município de Glória de Dourados como demonstrado no mapa acima (mapa, 16).

Entretanto, a situação do Aymoré nos despertou a curiosidade para, posteriormente, se tivermos a oportunidade de realizar uma pesquisa mais ampla, trazer um detalhamento mais eficaz, visto que algumas das problemáticas que discutimos em nosso trabalho se identificam também com esses assentados.

4.1 - A Recriação e a Resistência Camponesa no Assentamento Betel: Terra, Família e Trabalho.

É importante fazer a análise teórica-política-ideológica do campesinato demarcando a nossa discussão em dois paradigmas, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Desse modo, fazemos nossa reflexão a partir do PQA, ou seja, por meio dos elementos da luta de classes, da resistência e recriação camponesa, da crítica ao modelo hegemônico vigente, principalmente, aos impactos socioterritoriais causados pela expansão do agronegócio, e a perspectiva de superação desse modelo, apontando para a possibilidade e a necessidade de construção de outro modelo, que supere a luta/disputa/conflitos territoriais entre classes e grupos sociais (CAMACHO, 2014, p.117).

A partir da análise da tendência camponista, o PQA, entendemos que o “campesinato é uma *classe social* e um *modo de vida* heterogêneo e complexo, baseado no tripé interdependente terra-família-trabalho, inerente à contradição

modo de produção capitalista e não um resíduo social em vias de extinção” (CAMACHO, 2014, p.652). Analisamos, assim, a situação dos camponeses do assentamento Betel a partir da tendência campesinista do PQA, tendo como elementos centrais seu modo de vida, por meio da terra, do trabalho, da família e da autonomia. O modo de vida camponês se torna uma das características principais em sua identidade, e isso fica evidente nas conversas com os assentados.

Quando se tem amor pela terra, é diferente, quando você é proprietário e não empregado, é tudo diferente, você tem liberdade pra fazê o que quiser você pode pará o serviço pra atendê uma visita, pode saí a hora que quisé pra resolvê alguma coisa na cidade, sabe, você não tem obrigação de cumpri horário, não fica subordinado a um patrão, a gente consegue fazê uma flexibilização do trabalho”. (P.R, entrevista realizada no dia 10/04/2018).

O trabalho camponês é flexível e autônomo, suas ações partem do princípio do trabalho familiar, mas também o trabalho de coletividade, ou seja, dentro do território camponês ocorre a troca de ajuda entre as famílias, como comenta Camacho (2014, p.188, grifo do autor):

O campesinato é marcado pela *flexibilidade* de adaptação com a finalidade de reproduzir, material e culturalmente, o seu *modo de vida*. Este *modo de vida camponês* não tem como fundamento principal a *acumulação*, mas sim a *ajuda mútua*, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a *reprodução material e cultural familiar*.

A flexibilidade do modo de vida camponês é estabelecida a partir de suas diferentes formas de desenvolver suas atividades no campo. Isso faz com que o camponês se reproduza a partir de sua lógica de produção para autoconsumo e venda do seu excedente, com o intuito de comprar produtos/mercadorias que atendam suas necessidades e/ou para serem revertidas em investimentos novamente para seu trabalho no campo.

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto de produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso, é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, temos o movimento circulação do capital expresso nas formulas: $D - M - D$ na sua versão simples, ou $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula: $M - D - M$, ou seja, a *forma simples de circulação*

das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro de faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vendedor para comprador, (OLIVEIRA, 1986, p. 68 apud CAMACHO, 2014, p.188, grifo do autor).

A luta e a conquista da terra não se caracterizam como o único desafio do camponês, mas também em se auto sustentar a partir dela, como e o que produzir dentro de sua propriedade. Assim também, outra situação nos chama atenção para as possibilidades alternativas que o camponês busca através de sua flexibilidade como meio de encontrar uma nova opção de produção e desenvolvimento de suas atividades. Nessa perspectiva, é importante ressaltar a participação dos camponeses, com destaque para propostas alternativas à agricultura convencional como a agroecologia, por exemplo. Essas ações são características da resistência camponesa, como Camacho (2014, p.115, grifo do autor) escreve:

A resistência também é um conceito presente no Paradigma da Questão Agrária, na perspectiva do debate da permanência camponesa pela luta no/pelo terra/território. Estes processos estão, assim, diretamente vinculados às abordagens de destruição e recriação do campesinato e seus territórios. [...] A resistência diz respeito a todo embate do campesinato frente às condições impostas pelo capital, quer seja desterritorializando/proletarizando ou monopolizando o território camponês (grifo do autor).

A conquista pela terra sempre esteve ligada aos desejos e sonhos dos camponeses. Podemos perceber isso no assentamento Betel, quando conversamos com assentados que sempre lutaram para conquistar seu pedaço de terra: *“eu sempre vivi na terra junto com meus pais, num estudei muito, só terminei o ensino médio, mais sempre tive vontade de ter meu pedaço de terra, sempre pensei em se patrão do meu próprio trabalho”*, diz P., filho de assentado, (foto 06, propriedade de P.) que residia em Novo Horizonte do Sul, e sempre esteve presente em movimentos de reforma agrária, até chegar no assentamento Betel no ano de 2009.

Ele mais 15 famílias conseguiram a aquisição de uma área de 32 alqueires a partir do financiamento através do crédito rural. A área foi dividida em partes iguais para os assentados, consolidando, nesse espaço, um assentamento, ou seja, um território de ações coletivas (FABRINI, 2002, p. 05).

Figura: 03 – Propriedade de P. Assentamento Betel



Fonte: Pereira, C. S (2019).

Com a aquisição da área em 2009, foi somente a partir de 2010 que as famílias foram assentadas e deram início aos trabalhos dentro da propriedade. No começo, devido às dificuldades em produzir e se auto sustentarem em suas terras, optaram pelo modo coletivo de produção, fizeram parceria com uma empresa de Bataguassu, para produzirem pepino.

No começo a gente até tentou trabalhá de maneira coletiva e organizada, todas as 16 famílias plantaram pepino, a nossa ideia era produzí alimento, fizemos duas safra desse jeito, mais era um serviço muito cansativo, e tinha muito uso de veneno e tudo era repassado pela empresa, nós não tinha tanta autonomia da nossa propriedade, então acabamo abandonando essa atividade. (Assentado P. 12/04/2018).

Sobre essa situação, Roos (2015, p.190) comenta:

É importante ressaltar que através deste mecanismo as empresas definem o preço dos insumos e a taxa de juros dos financiamentos, ao mesmo tempo, são elas que determinam o preço pago pela matéria-prima entregue pelos camponeses, através de um sistema de classificação da qualidade do produto.

As empresas assumem o papel de agentes financeiros dos assentados na medida em que fornecem as condições para a produção. Essa integração permite o acúmulo de capital por meio da definição dos preços da matéria-prima, da comercialização dos insumos necessários e dos juros advindos dos financiamentos, ou seja, através da sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Desse modo, observamos um processo de subordinação e dependência desencadeado junto ao início do ciclo produtivo com a visita dos representantes das empresas para convencimento dos camponeses ao cultivo do pepino e/ou realização do pedido de financiamento para compra dos itens necessários à referida lavoura.

4.2 - Relações de Trabalho do Campesinato no Assentamento Betel: a Soberania Alimentar entre Resistências e Subalternidades

As relações de trabalho na produção de unidades camponesas se constituem em formas não especificamente capitalistas, ou seja, existe um processo de produção do excedente de mercadorias que se dá com a finalidade de ser trocado por dinheiro ou até mesmo pelo trabalho, como escreve Oliveira (2007, p.42).

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meio da produção direta ou por meio da troca monetária.

Observamos a partir das entrevistas e visitas realizadas com várias famílias do assentamento Betel e da comunidade no entorno do assentamento, que as relações de trabalho se realizam por meio do trabalho familiar, da ajuda coletiva, das parcerias e do assalariamento parcial. Enfim, são formas que se diferenciam da produção, especificamente, capitalista. A presença da família na produção camponesa ficou registrada em grande parte das entrevistas que foram realizadas, de modo que cada pessoa desenvolve uma função muito útil no processo de desenvolvimento das atividades, como escreve Camacho (2014, p.03).

[...] Este *modo de vida camponês* não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a *acumulação* [...]. O princípio

fundamental do campesinato é a *reprodução material e cultural familiar*, por meio da produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção (grifo do autor).

Essas são características marcantes no modo de vida camponês, ou seja, não há como compreender a lógica de produção, reprodução camponesa sem a presença marcante da família. O que se entende, então, é que há uma interdependência entre terra, família e trabalho. Isso significa que não é possível pensar essas categorias de maneira independentes (CAMACHO, 2014, p.03).

Essa relação é possível também ser observada a partir do trabalho realizado na feira da cidade, ou seja, a presença da família na comercialização dos produtos que são produzidos no assentamento se torna uma tarefa de todos. Inclusive é importante ressaltar a presença da criança desenvolvendo muitas dessas atividades, tais como o empacotamento das mercadorias, divulgar os preços dos produtos aos consumidores e até passar troco em relação aos produtos vendidos.

Isso nos faz pensar que esse mesmo trabalho infantil na sociedade de produção capitalista seria considerado como exploração, enquanto que, nas relações sociais camponesas, representa uma força de trabalho familiar não capitalista. A criança não está separada do trabalho familiar no sistema de produção camponês, em que uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, a família camponesa, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, que é comercializada (OLIVEIRA, 2007, p.40).

Entretanto, o campesinato também busca outras formas de realizar as relações de trabalho, garantir sua renda e permanecer na terra, como por exemplo, o trabalho assalariado em tempo parcial. Durante as entrevistas no assentamento, dialogamos com um assentado que presta serviço assalariado a outro assentado. Então ele relatou:

Eu tenho meu sítio, mexo com um gadinho, é, tiro um leitinho, então apareceu esse serviço aqui na horta, meu vizinho já é de idade e só o filho dele não dá conta de fazer todo serviço sozinho, o trabalho da horta, precisa de muita mão de obra braçal, então, nós combinamos um salário mensal pra trabalhar pra ele, pra mim foi bom por que é aqui dentro de casa mesmo, e eu posso tirar meu leitinho de manhã e depois venho pra horta, isso ajuda na renda da minha família. (J.M, entrevista realizada no dia 13/04/2018).

O camponês evidencia que no trabalho da horta, o capital industrial possuiu limitações para se inserir, ou seja, são poucas máquinas que entram no processo produtivo. Além do mais pode ser observado que o trabalho se torna um complemento de renda familiar e também pode ser revertido em investimento de alguma forma em sua propriedade.

O assalariamento está diretamente relacionado à necessidade da produção camponesa e não de acumulação de capital, ou seja, com a diminuição de membros da família se faz necessário mais um membro para realizar a produção. O camponês que paga o salário é aposentado e comercializa os produtos da horta na feira. Ele esclarece que, na atualidade, um dos principais problemas é a falta de mão de obra, visto que apenas um de seus três filhos “pegou gosto pelo sítio”, deixou a cidade e retornou para o campo. A esse respeito, Tavares Santos explica:

Esse assalariamento presente nas unidades camponesas não se caracteriza como uma reprodução de capital, uma mais valia gerada pela força de trabalho, pois a forma salário ocorre no interior da produção em função do ciclo de existência da família, dessa maneira, a diminuição dos membros da família gera uma redução do rendimento familiar (1978, p.43).

Outra maneira de se manter na terra e produzindo acontece quando o próprio camponês trabalha como assalariado, não de forma integral, mas de maneira parcial, com o objetivo de adquirir um complemento de renda para permanecer no campo. Diante disso, alguns camponeses relataram essa situação durante as entrevistas, ou seja, a necessidade de trabalhar no comércio local ou na Usina temporariamente até que o trabalho com a terra pudesse suprir toda necessidade da família.

Desse modo, temos o relato de uma família camponesa que recebeu a propriedade de herança, no entanto, como a terra foi dividida para vários herdeiros, a área ficou reduzida aos membros da família. Então, um dos filhos que mora no sítio com o pai e a mãe (aposentados) trabalha como operador de máquinas na Usina de cana Adecoagro, (instalada em município vizinho, cuja sua territorialização está sendo debatida durante o trabalho). Uma parte da renda é para se manter e outra parte é investida em instrumentos/ferramentas para unidade camponesa, de modo que a principal renda familiar é a da venda do leite. Sobre esse tipo de trabalho que é considerado uma atividade acessória, Oliveira (2007) cita Tavares

Santos (1978) que, em seu livro “Colonos do vinho”, apresenta um conjunto de elementos estruturais sobre a produção camponesa, dentre esses, o trabalho acessório. Sobre esse elemento, afirma:

[...] o *trabalho acessório* - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa (OLIVEIRA, 2007, p.41).

O trabalho de um dos membros da família é fundamental para ajudar a pagar alguns equipamentos de melhoramento que foram adquiridos para a unidade de produção familiar, como por exemplo, um tanque resfriador de leite e uma ordenha, conforme podemos visualizar na figura 04.

Figura 04 – Propriedade do Senhor P.A (linha do Iguaçu – km 16 – Município de Glória de Dourados



Fonte: Pereira, C.S (2018).

Com relação às estratégias de recriação desenvolvidas pelo campesinato, até mesmo como forma de aumento da renda familiar, podemos destacar, a partir de várias visitas e entrevistas que fizemos, que boa parte dos camponeses criavam gado em suas propriedades, ou seja, mesmo que sua atividade principal fosse a hortaliça, a sericicultura, a apicultura ou outra atividade, sempre havia a presença do gado em maior ou menor proporção. Eles disseram que o gado seria uma forma de

manter um dinheiro investido, ou até mesmo para uma eventual necessidade em caso de uma doença de alguém da família ou uma urgência de pagar uma dívida ou até mesmo para suprir suas necessidades em tempos de crise. Vejamos a figura 05.

Figura 05 - Criação de Gado no assentamento Betel – linha do Iguaçu – Município de Glória de Dourados



Fonte: Pereira, C.S (2018).

Sobre a forma de flexibilização e até mesmo a maneira estratégica que o campesinato encontra a partir do gado como garantia de renda, Camacho escreve:

Com relação a sua capacidade de suprir as necessidades alimentares, o *gado* sempre teve uma função primordial na economia camponesa *como mecanismo de reserva*. É mais uma das estratégias que a *flexibilidade* camponesa construiu com seus saberes para permitir sua reprodução familiar. Esta estratégia não tem a intenção de produção de capital, mas de reprodução de sua condição social de camponês, melhorando as suas condições de vida. Garantindo que nas épocas de crise, a venda do gado consiga fazer com que eles paguem as dívidas e, assim, não seja expropriado. (2014, p. 07 – 08, grifo do autor).

O autor ainda continua pontuando que essas estratégias do campesinato não os caracterizam como acumulação de capital, ou seja, é um meio de garantir a reprodução de uma economia familiar camponesa, como através do binômio roça-criação, onde muitas vezes não tem como separar agricultores de criadores, pois a produção camponesa é a união desse binômio (CAMACHO, 2014, p.08; ALMEIDA, 2003).

A economia familiar camponesa se forma a partir de relações sociais não capitalistas. Isso nos faz refletir que sua produção está direcionada para o autoconsumo e o excedente para ser comercializado e complementar a renda familiar. Desse modo, observamos a relação terra, família e trabalho como centralidade no processo de (re) produção, recriação campesina, bem como na sua forma de resistir e se territorializar no campo.

A partir dos nossos diálogos e observações das relações de campesinidade vivenciadas no assentamento Betel e no seu entorno, foi possível entender como o camponês se relaciona com a terra. Verificamos que a relação vai muito além daquilo que se pensa sobre valores econômicos do ponto de vista capitalista. Em síntese, trata-se de uma relação em que a terra está ligada aos valores éticos, morais e culturais, como escreve Woortmann:

Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Trata-se, pois, de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético. Esta tentativa se afasta, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como um modo de produção com sua lógica própria ou como o resultado de determinações impostas pela lógica do capital. (1990, p.12).

É importante ressaltarmos que essa lógica não necessariamente se associa a todos os camponeses, ou seja, sendo o camponês uma classe social que se organiza a partir do trabalho familiar, podem ocorrer algumas perspectivas de busca de rentabilidade individual como mecanismo de conquistas de bens materiais, através da produção em menor ou maior escala. No entanto, o valor-família é, de fato, o que predomina dentro do contexto de campesinidade, entendida como qualidade de vida, maior ou menor em distintos e específicos grupos

(WOORTMANN, 1990, p.13) tendo como elementos marcantes, nesse processo, a resistência, a (re) criação e a luta pela terra.

Nesse contexto, podemos afirmar que, pelas suas características de produção, o camponês é o responsável pela garantia da soberania alimentar. Como escrevem Stedile e Carvalho (2012, p.717).

Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos.

É necessário observar a necessidade da garantia de políticas públicas que atendam as populações do campo e, principalmente, as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outros. É dever do Estado fomentar a oferta de recursos para possibilitar que esses povos possam produzir de maneira plena, beneficiando seu autoconsumo e o comércio excedente, através da diversidade produtiva, de modo a garantir uma maior fonte de renda e mais qualidade de vida. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, precisam estar direcionadas a atender e garantir tais recursos e condições técnicas, de maneira que supram às necessidades da sociedade de produzir alimentos em seus respectivos territórios (STEDILE; CARVALHO, 2012, p.717).

Desse modo, não podemos tratar segurança alimentar como sinônimo de soberania alimentar, ou seja, a segurança alimentar está relacionada aos diversos mecanismos utilizados pelas políticas públicas para garantir o abastecimento e fornecimento de alimentos, de modo que todas as pessoas tenham direito à alimentação. Isso pode ser evidenciado através de programas sociais, tais quais distribuição de cestas básicas, programas de renda mínimas, e/ou cartões para receber dinheiro de auxílio alimentar, no caso do Brasil, o bolsa família (STEDILE; CARVALHO, 2012, p.716).

Essa observação é relevante para entendermos a importância dos camponeses no processo de produção e reprodução de alimentos no campo. A

permanência e a evolução campesina no campo é crucial para o processo de ampliação de a soberania alimentar, ou seja, o papel do camponês é fundamental na manutenção da vida do outro, porque ele produz para soberania alimentar e seu modo de vida produz equilíbrio social e ambiental (CAMACHO, 2014, p. 05).

A agricultura camponesa, além de se firmar como um modo de vida social, também se evidencia como grande geradora de renda e de produção de alimentos diversificados no campo. Isso ocorre porque, por mais que as classes dominantes tentem a todo instante apresentar uma fragilidade da produção camponesa, permanece, resistente e apresenta resultados significativos no contexto de criação e recriação como escrevem Carvalho e Costa (2012, p.32).

Suas estratégias de reprodução social têm mantido como marca indelével, com ênfase na sua participação na produção de alimentos, tanto da família, quanto para o abastecimento alimentar da sociedade no seu sentido amplo. No Brasil, a produção de alimentos para o mercado interno, apesar de ser considerada pelos valores dominantes como o resultado de uma agricultura subalterna, torna-se cada vez mais uma opção estratégica para se alcançar a soberania alimentar do país.

As disputas socioterritoriais no campo sempre estiveram marcadas através do antagonismo de classes, mesmo sabendo que a agricultura camponesa é a principal produtora de alimentos no país, ela enfrentou e enfrenta, desde seu período colonial até os dias atuais, os mais distintos empecilhos: dificuldades políticas do acesso à terra, subalternidade às empresas capitalistas, exploração continuada da renda familiar (CARVALHO; COSTA, 2012 p.32). Os desafios são grandes, porém a luta e a resistência são os fatores determinantes para a permanência dos camponeses no campo.

O camponês, como classe social oposta ao modo de produção capitalista, se reproduz no campo, produzindo, consumindo e comercializando seus produtos a partir de seu trabalho com a terra. Ele, então, permanece no assentamento e/ou nas comunidades camponesas, fato que ficou evidente nas entrevistas realizadas com várias famílias e que estão apresentadas ao longo do texto. Vejamos na figura 06 a criação de animais na propriedade camponesa.

Figura: 06 – Criações de animais na propriedade do senhor J.C, localizada na linha do Iguaçu – município de Glória de Dourados



Fonte: Pereira, C.S (2018).

O fato de o camponês resistir e lutar para permanecer na terra faz dele também uma classe social além de um modo de vida, onde os três pilares constroem sua base, ou seja, terra-família-trabalho. Dessa maneira, temos então o PQA como paradigma que faz críticas claras e objetivas sobre o modelo de expansão do agronegócio, principalmente a partir dos impactos socioterritoriais, mais especificamente, causados pela expansão canavieira. É somente através da organização, da luta e da resistência que esses camponeses estão conseguindo assegurar seus territórios.

4.3-Os Impactos dos Agrotóxicos do Agronegócio Canavieiro sobre os Camponeses Sericicultores e Apicultores do Assentamento Betel e adjacências

O desemprego gerado no campo, principalmente por conta da modernização/mecanização da atividade agrícola, em especial a canavieira, coloca muitos desafios aos trabalhadores rurais, aos agricultores familiares e aos assentados, pois precisam driblar e se manter resistentes às formas de exploração e de subordinação do capital ao trabalho para sobreviverem (DOMINGUES, 2015, p.144).

Ao analisarmos as resistências dos camponeses frente à territorialização da cana no assentamento Betel – Glória de Dourados – MS, verificamos que eles estão cercados pelo avanço canavieiro na localidade, fato que tem provocado dificuldades no desenvolvimento de várias atividades.

Essa situação acarretou em vários impactos territoriais para esses sujeitos, como a perda da produção de alimentos, a perda de animais, a perda da biodiversidade, a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos passados nas lavouras de cana, (assunto que será debatido de maneira mais detalhada durante este tópico), de modo que este é um dos principais impactos socioterritoriais abordado em nosso trabalho.

Para os movimentos socioterritoriais, principalmente os camponeses, a territorialização do agronegócio canavieiro é vista como um problema, pois entra em conflito com o modelo de desenvolvimento do campesinato e do seu ordenamento territorial. O que se observa são dois modelos de desenvolvimento, a produção do agronegócio canavieiro, objeto de pesquisa deste trabalho, cuja produção ocorre em larga escala, que por sua vez, em muitos momentos, se apropria da renda do camponês, e, por outro lado, o modelo do campesinato, que tem como base o trabalho familiar, cuja produção ocorre em pequena escala de maneira diversificada: frutas, legumes, hortaliças, criação de animais entre outros. A partir desses dois modelos de desenvolvimento, Camacho e Cubas (2011, p. 05) escrevem:

Existe uma disputa material e imaterial em torno do debate acerca da Soberania Alimentar. A disputa materializada diz respeito às disputas territoriais entre o campesinato e os capitalistas do agronegócio, onde uma classe tenta desterritorializar a outra a fim de se territorializar. A territorialização do campesinato significa a produção da agricultura com diversidade e produção de alimentos. A

territorialização do agronegócio significa a criação de territórios capitalistas que tem como essência a produção em grandes extensões de terra da monocultura para a exportação (*commodities*).

A expansão do agronegócio e os discursos ideológicos que a esse estão sendo atribuídos pela grande mídia, e até mesmo pelas formas de incentivos do Estado, nos leva a uma situação de preocupação em relação à garantia da soberania alimentar. Isso porque temos observado a expansão da monocultura em detrimento de toda a lógica de produção de alimentos de forma diversificada da agricultura camponesa, cujo trabalho engendra um desenvolvimento de maneira sustentável tendo como propósito a produção de alimentos para manutenção familiar e a venda de seu excedente para a população urbana. Essa se torna a principal alternativa significativa para a manutenção e evolução da soberania alimentar.

Entretanto, as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio não terminam com a criação dos assentamentos rurais. Observamos também a conflitualidade entre os dois modelos existentes após a conquista da terra. A luta e a resistência são formas relevantes para a permanência dos assentados no município de Glória de Dourados. Com isso, e através de uma análise mais abrangente, partimos para observação da realidade dos camponeses assentados no Betel e na comunidade de camponeses nas adjacências do assentamento.

Com o avanço do agronegócio canavieiro, dentro dos limites territoriais do município e, esse, mais especificamente, em terras que se localizam no entorno do assentamento, fez surgir, grandes desafios de resistência e reprodução para os assentados do Betel e comunidade Estrelinha. Isso se tornou um obstáculo para que a territorialização dos camponeses se efetivasse de maneira plena. Sobre isto, Fernandes, (1994, p.182) escreve.

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra.

Desse modo, consideramos os camponeses do assentamento Betel, ainda que não sejam oriundos do processo de luta pela terra dos movimentos camponeses, como parte significativa na construção do processo de (re) criação, (re) produção e resistência camponesa. É a partir da busca por maneiras alternativas de

produção que esses trabalhadores vão estabelecendo seus meios de reprodução. Essa realidade pode ser observada a partir da atividade desenvolvida por alguns sericultores (produtores do bicho-da-seda) dentro do assentamento, onde a luta e a resistência se tornam o grande trunfo frente à expansão canavieira naquela localidade.

A sericultura (figura 07), uma das atividades desenvolvidas dentro do assentamento, encontra algumas barreiras devido ao monocultivo da cana, ou seja, a utilização de agrotóxicos realizada no cultivo canavieiro tem prejudicado muito a produção do bicho-da-seda. Isso resulta em prejuízos e problemas aos sericultores não só do assentamento, mas também de outros, como relata P, sericultor do assentamento Betel.

Quando nós chegamo aqui não tinha a cana ainda, mais tinha o soja e a pecuária, só que o soja não tinha problema pra sericultura, já criadores do bicho-da-seda aqui na região antes nunca tinham tido problema com veneno. A cana aumentou aqui a partir de 2013, 2014, nós foi ter problema mesmo em 2015 quando eles intensificou a pulverização aérea, foi quando chegou o avião.

O uso de agrotóxicos é uma das alternativas muito praticadas pelos produtores/agricultores nos últimos anos, principalmente a partir dos avanços da tecnologia que, conseqüentemente, proporcionou os avanços da atividade no campo.

Desse modo, para que possamos debater as práticas e o uso de agrotóxicos, primeiramente, precisamos compreender o seu conceito e seus propósitos no campo. A Lei 7.802/1989 regulamenta o uso de agrotóxicos e os define como:

Os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; assim como substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 2016).¹⁰

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>

É preciso compreender quais foram os motivos e propósitos que levaram a intensificação do uso de agrotóxicos, ou seja, historicamente, tais produtos promoveram mudança no cenário da produção de alimentos (BRASIL, 2016), representando uma revolução tecnológica que prometia acabar com o problema da fome mundial. Embora tenha aumentado eficientemente a produção agrícola, o problema da fome no mundo não foi resolvido e outros problemas surgiram com os efeitos negativos dessa nova forma de produção e distribuição de alimentos. A poluição química do meio ambiente e o envenenamento dos agricultores e dos consumidores por meio dos alimentos contaminados são exemplo das consequências negativas do aumento do uso de agrotóxico.

Essa escalada inicia-se na segunda metade do século XX, quando empreendedores de países industrializados, por meio de um conjunto de técnicas, prometiam aumentar estrondosamente a produtividade agrícola e responder ao problema da fome nos países em desenvolvimento. É a chamada Revolução Verde (ROSA; RIGOTTO, 2012, p.86).

Com isso, esse sistema ampliou a monocultura, a concentração de terras, de renda e de poder político dos grandes produtores. Aumentou também a intensidade do trabalho, a migração campo-cidade e o desemprego rural. Por outro lado, a apropriação dos frutos dessa produtividade reverteu-se em aumento dos lucros capitalistas para os grandes proprietários rurais e para as multinacionais envolvidas.

Atualmente existem no mundo cerca de vinte grandes indústrias fabricantes de agrotóxicos (RIGOTTO; ROSA, 2012) dentre elas, se destacam as principais companhias que controlam o mercado agroquímico, Syngenta, Bayer, Monsanto, Basf, Dow AgroSciences, DuPont e Nufarm.

É importante observar o aumento significativo do consumo e do uso desses produtos na América Latina, e mais especificamente no Brasil, como comentam, Rigotto e Rosa:

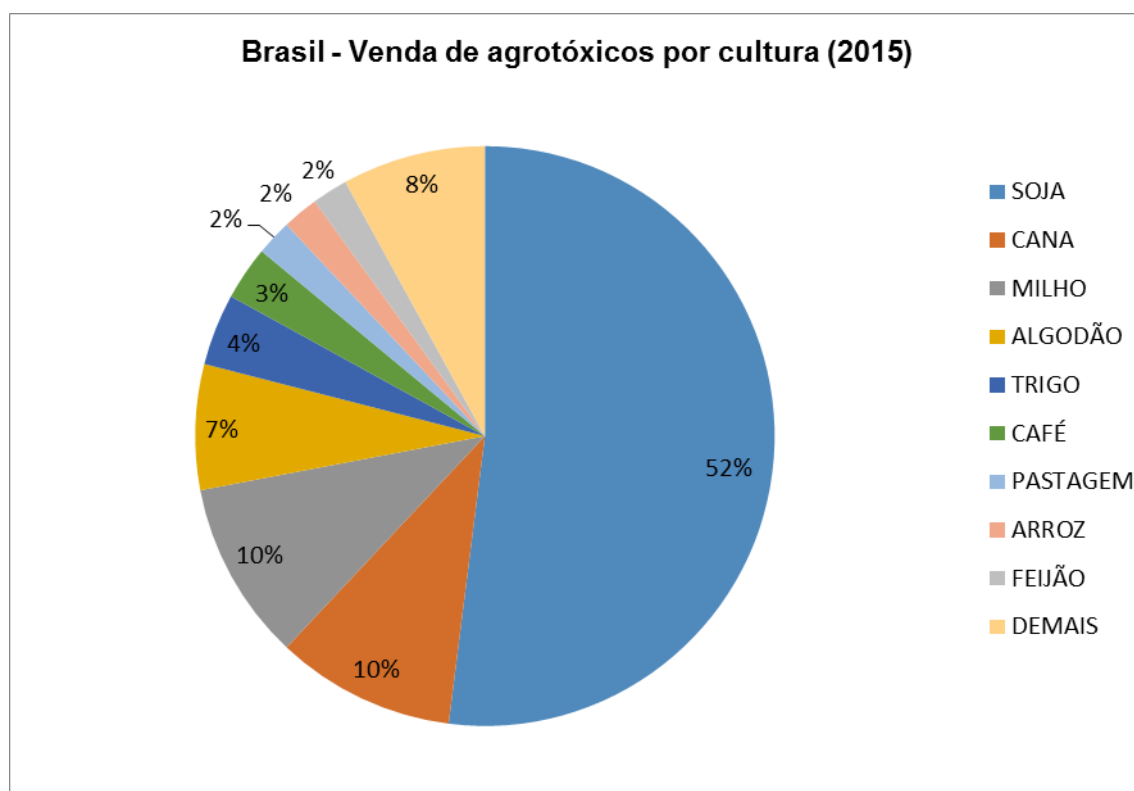
Na América Latina, um importante e crescente mercado dentro do contexto mundial, o faturamento líquido na venda de agrotóxicos cresceu 18,6% de 2006 a 2007, e 36,2% de 2007 a 2008 (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, 2009). Desde 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos, movimentando 6,62 bilhões de dólares em 2008 para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos – o que

representa 3,7 quilos de agrotóxicos por habitante (RIGOTTO; ROSA, 2012, p.89).

Um estudo realizado mais recentemente por Bombardi (2017), quanto à venda de agrotóxico em relação aos tipos de culturas no Brasil, mostra que a expansão das atividades agrícolas, principalmente pela monocultura da soja, do milho e da cana-de-açúcar tem influenciado e incentivado consideravelmente o uso desses produtos. De acordo com a autora, em 2015, a soja ocupou o primeiro lugar como destino total das vendas de agrotóxicos no país, (52%), o milho e a cana mantiveram o mesmo percentual, com 10% do consumo total.

Esses dados ficam mais evidentes quando apresentados em gráficos (gráfico 01) em que cada cultura apresenta seu poderio de influência na aplicação e incentivos para as vendas e consumos de agrotóxicos, como demonstrado por Bombardi (2017, p.34).

Gráfico 01: Venda de agrotóxicos no Brasil por cultura



Fonte: SINDIVEG apud BOMBARDI, M.L – DIEESE (p.34, 2017). Org. Autor (2019)

É preciso destacar o grande predomínio da soja no Brasil que atualmente ocupa mais de 30 milhões de hectares do solo brasileiro. Sozinha, é responsável por

mais da metade do volume de agrotóxicos comercializado no país. Para esses três cultivos (soja, milho e cana), convergem 72% de todo agrotóxico comercializado.

Desse modo, dois terços do montante de agrotóxicos comercializados no país têm como receptáculo três culturas expoentes da agricultura capitalista brasileira.

De acordo com dados desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que apresentam algumas projeções sobre o agronegócio 2017/18 a 2027/28, a área de soja deve aumentar 10,0 milhões de hectares nos próximos 10 anos, chegando em 2028 a 45,1 milhões de hectares. É a lavoura que mais deve expandir a área na próxima década, seguida pela cana-de-açúcar com cerca de 1,6 milhão de hectares adicionais (BRASIL, 2018).

Com relação ao uso, efeitos e terminologia dos produtos químicos utilizados na agricultura, o Brasil promulgou em junho de 1989 a Lei Nº 7.802. Essa Lei regulamentou o uso do termo “agrotóxico” como a nomenclatura correta a ser utilizada para os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, sendo que;

[...] a partir da Lei Nº 7.802/89 toda a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização dos produtos supracitados devem adotar o termo “agrotóxico” (BRASIL, 2016).

Em se tratando de “defensivos” ou agrotóxicos, o fato é que o agronegócio tem se tornado o grande protagonista para que o uso desses mecanismos no campo esteja cada vez mais presentes no contexto da questão agrária, isto porque existe um conjunto de elementos presentes nesse modelo que são fortemente degradantes, (CAMACHO, 2012, p,05) onde as consequências provocam grandes desafios para a diversificação produtiva no campo.

A monocultura, característica do agronegócio, fragiliza a biodiversidade, colaborando no aumento de pragas, devido à homogeneização do ecossistema. O uso de agrotóxicos polui o solo e a água destruindo a nossa biodiversidade. O agronegócio organiza seu território apenas a partir da lógica econômica da mercadoria, por isso predomina a paisagem homogênea da monocultura, com seus agroecossistemas simplificados, com poucas pessoas e com pouca sociobiodiversidade (CAMACHO, 2012, p.5).

Ressaltamos, nesse contexto, a importância da sericicultura como uma atividade que visa diversificar a produção rural, além de ser uma cultura de pequeno risco, que pode ser cultivada em uma pequena área, com valor baixo de investimento (em instalações e na cultura da amoreira que servirá de alimento para as lagartas). Além disso, pode ser utilizada a mão de obra familiar (menor custo) e sua produção garante uma renda para permanência no campo.

A alimentação do bicho-da-seda é produzida na própria propriedade (menor custo). A amoreira é uma planta rústica, adaptada aos mais diferentes climas, podendo ser produzida em todo país, pouco esforço físico, sendo ainda uma maneira de ocupar a mão de obra ociosa no campo.

Figura: 07 - Sericicultor do assentamento Betel – Glória de Dourados



Fonte: PEREIRA, C. (2018).

Na imagem (figura 07), vemos a realização de uma das atividades da sericicultura, o momento de alimentação do bicho-da-seda a partir da amoreira.

Constatamos através do nosso trabalho de campo realizado tanto no assentamento Betel quanto na comunidade Estrelinha, que a problemática causada com o uso de agrotóxicos nos canaviais não afetam somente os sericicultores. Os apicultores de Glória de Dourados e região também vêm sendo afetados pelos impactos causados pela deriva da pulverização aérea de agrotóxicos que acontecem nas extensas áreas de lavouras de cana-de-açúcar que circundam o município. Entretanto, ressaltamos que os impactos causados à sericultura é maior que os causados às outras atividades.

Os prejuízos dos sericicultores já são grandes, com a mortalidade do bicho-da-seda em áreas afetadas.

Os danos à sericicultura constatados no município de Glória de Dourados foram tão significativos que muitos criadores do bicho-da-seda abandonaram a atividade, em decorrência da contaminação de sua cadeia de produção pelos agrotóxicos utilizados na monocultura de cana-de-açúcar, especialmente em função da pulverização aérea de tais produtos.

A pulverização aérea de agrotóxicos é permitida no Brasil pelo Decreto-Lei nº 917, de 7 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969), que dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no país, e pelo Decreto nº 86.765, de 22 de dezembro de 1981 (BRASIL, 1981).

O tema da pulverização aérea de agrotóxicos tornou-se polêmico por apresentar divergências de ideias em relação a sua aplicação. Os que defendem essa atividade citam os seguintes benefícios: rapidez de execução, permitindo tratar grandes áreas no momento correto; uniformidade de deposição dos produtos aplicados; ausência de danos diretos (“amassamento”) das plantas da cultura; inexistência de danos indiretos, como a compactação do solo; possibilidade de uso em praticamente qualquer condição de solo (solos irrigados ou encharcados por chuvas, por exemplo); menor número de pessoas envolvidas, o que é vantajoso quando se trata de aplicação de produtos tóxicos; participação obrigatória de pessoal especializado (técnicos, pilotos, agrônomos) (COSTA, 2017, p.10).

Por outro lado, diversos estudos têm demonstrado os impactos para a saúde humana e o meio ambiente devido ao uso incorreto da pulverização aérea de agrotóxicos, com relatos de descumprimento frequente das normas de regulação dessa atividade, como a Instrução Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2008).

Um dos principais aspectos negativos associados a essa atividade é a deriva da pulverização, causada principalmente pela ação do vento, temperatura do ar, umidade relativa do ar, distância do alvo, velocidade de aplicação, tamanho das gotas, entre outros fatores. A deriva perigosa é o movimento do produto químico para fora da área intencionada e é originada das gotas que, após serem emitidas pelo bico de pulverização, flutuam no vento por um determinado período (AGÊNCIA BRASIL, 2019).¹¹

Cabe à justiça atribuir às empresas canavieiras a responsabilidade pela indenização de tais danos, considerando-se, especialmente, a situação de hipossuficiência dos sericultores em relação ao poderio econômico e capacidade técnica do setor canavieiro.

Analizamos a contaminação do bicho-da-seda a partir de informações fornecidas pelos próprios sericultores. Eles nos relataram que uma alerta de contaminação é quando o bicho começa apresentar alterações em sua estrutura. Ou seja, o principal sinal, segundo o sericultor Paulo Plizzari, ocorre quando o formato da cabeça do bicho apresenta inchaços, (figura 08). Esse então é o primeiro sinal de que a amoreira foi contaminada por agrotóxico e consequentemente vem afetar o bicho-da-seda na sua alimentação.

¹¹Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/pulverizacao-aerea-de-agrotoxico-provoca-danos-persistentes-dizem>>. Acesso em 01 set. 2019.

Figura: 08 – Contaminações do Bicho-da-seda após aplicação de agrotóxicos em canaviais



Fonte: PLIZZARI, P. (2016)

A problemática se tornou tão preocupante, que culminou em audiência pública na assembleia legislativa de Mato Grosso do Sul em novembro de 2015 (texto completo nos anexos). Na ocasião, autoridades, produtores rurais, representantes de empresas aéreas, e da sociedade civil, debateram as normas que regem a atividade no estado e as dificuldades de fiscalização e combate aos danos causados pela aplicação irregular dos produtos químicos. É importante enfatizar o relato do sericicultor, Paulo Plizzari, residente no município de Glória de Dourados, mais precisamente no assentamento Betel.

Durante a audiência, Paulo relatou sua realidade, sentida na “pele”, em relação aos problemas causados através da pulverização nos canaviais que se encontram no entorno de sua propriedade. Ele perdeu toda sua criação de bicho-da-seda, após aplicação de agrotóxicos feita por aeronaves no canavial ao lado.

Paulo foi mais enfático ao dizer que se sente injustiçado, por ter sido prejudicado por ações de irresponsabilidade. “Acho injusto ter que ser expulso da minha casa por causa de uma atividade do vizinho”, disse Paulo (matéria completa nos anexos de nosso trabalho).

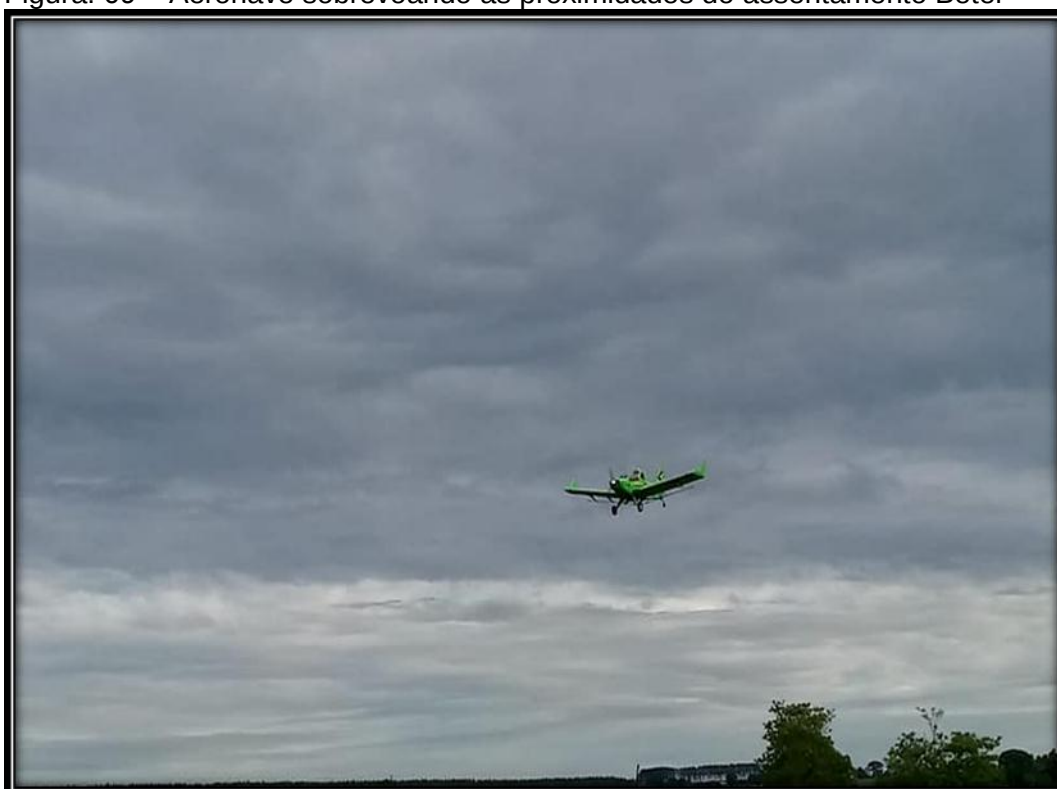
Entretanto, não se trata apenas um caso isolado, segundo Paulo, outros sericicultores e produtores da região também sofreram as consequências. A

sensibilidade do bicho-da-seda se torna evidente a partir da deriva que o agrotóxico deixa, o que compromete toda a produção. Dessa maneira, a deriva, que é o deslocamento da calda do produto para fora do alvo desejado, é diretamente influenciada pelas condições climáticas locais e é uma das principais causas da contaminação do meio ambiente e da intoxicação de populações (ANDEF, 2004).

Além disso, considera-se a possibilidade de deslocamento para áreas vizinhas, através da deriva, podendo levar à contaminação de corpos d'água e de outros animais. Apesar do desenvolvimento de tecnologias para garantir aplicações mais precisas, é difícil garantir que não haverá erro na rota da aeronave ou deriva dos produtos pulverizados.

A imagem abaixo (figura 09) foi registrada por Paulo Plizzari, residente no assentamento Betel. Ele observou que o avião fazia aplicação de agrotóxicos em canaviais nas proximidades de sua propriedade. Segundo Paulo, ao sobrevoar os canaviais a deriva do vento acabou por atingir seu plantio de amora.

Figura: 09 – Aeronave sobrevoando as proximidades do assentamento Betel



Fonte: Plizzari, P. (2015)

O assunto foi alvo de denúncia junto ao Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, que juntos realizaram audiência pública em Glória de Dourados e Campo Grande para debater o tema. A mobilização destes produtores fez com que no final de 2016 fosse aprovada lei municipal, (Lei Nº 1087 de 23 de novembro de 2016, anexo 09 que “dispõe a proibição de uso de pulverização aérea de agrotóxicos no município de Glória de Dourados e dá outras providências”).

Apesar dos seguidos esforços realizados para a solução do impasse que afeta grandemente a atividade dos sericicultores, as pulverizações aéreas ainda persistem na região. Isso fez com que uma comissão formada pelos prejudicados procurasse a imprensa para divulgar o caso.

Figura: 10 – Lei municipal que proíbe a pulverização aérea no município de Glória de Dourados



Fonte: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados (2018)

Dessa maneira, os encaminhamentos sobre o tema foram debatidos num primeiro momento, em audiência pública, através da câmara legislativa, de modo que contou com diversas autoridades políticas, representantes do ministério público estadual e federal, empresários, e os principais envolvidos diretamente na tal situação, os produtores familiares, representado pelo sericicultor do assentamento Betel, (Paulo Plizzari) município de Glória de Dourados. Essa audiência teve como objetivo debater sobre a forma que está sendo evidenciada a prática de pulverização aérea no estado de Mato Grosso do Sul, e a maneira que a fiscalização está agindo em decorrência dos fatos.

Um dos temas de grande relevância debatido durante a audiência se pautou na regulação e normas de aplicação aéreas no âmbito estadual e o aumento da faixa de exclusão de 500 metros para 6 quilômetros, garantindo assim uma maior segurança e preservação no contexto socioambiental. “Mesmo que a legislação federal (Lei 7.802/1989) prevê a distância de 500 metros como limites para pulverização, há estados com legislações mais restritas, ou seja, existem unidades da federação que aplicam limites de até 10 quilômetros para pulverização, outras, se aplicam à faixa de exclusão de acordo com a classificação toxicológica dos agrotóxicos, afirmou o então promotor de justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul” (MP/MS) (ver matéria nos anexos de nosso trabalho).

Essa situação requer atenção, porque que vem gerando muitos debates a partir daqueles que defendem o uso e a ampliação dos agroquímicos e daqueles que são contrários. Nesse sentido, a aplicação inadequada e indevida de agrotóxicos tem se tornado não somente um problema ambiental ou econômico, mas principalmente uma problemática social, no sentido de colocar em risco a saúde dos moradores, com ênfase aos camponeses residentes no campo, como comenta Camacho (2012).

É notável como vem aumentando a quantidade do uso desses insumos ao longo do tempo. Esse aumento é alvo de críticas por parte de entidades preocupadas com o bem-estar das pessoas e do meio-ambiente no campo. O emprego desses insumos tem como consequência a poluição dos rios e dos solos, causando a morte de peixes e comprometendo a reprodução das comunidades ribeirinhas que tem na pesca uma atividade principal ou complementar de sua subsistência. Outro fator relevante é que esses insumos

agroquímicos não ofendem somente a natureza, mas atingem diretamente a saúde dos moradores e/ou trabalhadores do campo (CAMACHO, 2012, p.05).

Consideramos ser fundamental discutir as formas como esses camponeses estão resistindo. Dessa maneira, isso fica mais evidente quando dialogamos com camponeses sobre essa “pressão” exercida, principalmente, pelo monocultivo da cana ao redor dessas pequenas propriedades. Então, quando lhe é perguntado, se ele pensa ou já pensou em vender a propriedade, a resposta é imediata:

Não, nunca, essa terra é nossa vida, aqui plantamos o milho, temos uma hortinha, criamos porco, galinhas, temos ovinho a hora que queremos, aqui eu acordo de madrugada pra tirar um leitinho, tratar dos porcos, mexer com minhas abelhinhas, ninguém manda no meu horário, nem no meu trabalho, aqui eu faço o que eu quero do jeito que eu quero, isso não tem dinheiro no mundo que paga. Mais eles, esses daí, do tal agronegócio não tão nem aí com a gente, querem tocar nós daqui de todo jeito, meu fio (P.P, assentamento Betel, 24/08/2018).

Continuar na sua propriedade tem se tornado o grande desafio para muitos dos camponeses entrevistados, ou seja, a resistência frente ao avanço do agronegócio canavieiro vem sendo a grande arma de muitas famílias que lá residem. A figura 11 é o retrato dessa complexidade, de modo que o camponês, que além de exercer outras atividades em sua propriedade, também realiza a atividade da apicultura, cuja sua produção de mel de abelha, torna-se uma renda complementar a partir da venda de seu excedente. Sua atividade está comprometida e praticamente limitada ao desenvolvimento, visto que sua propriedade se encontra “ilhada” ao cultivo da cana, de modo que a utilização de agrotóxicos e outros agroquímicos (mesmo sendo utilizado tratores na pulverização) tem eliminado grande parte de suas abelhas, prejudicando diretamente sua produção.

Figura: 11 - Plantação de cana no entorno da propriedade do apicultor em Glória de Dourados



Fonte: Pereira, C.S (2018)

O camponês M., que tem sua propriedade próxima ao assentamento Betel, reside no local há mais de 30 anos e atualmente vem enfrentando alguns problemas com a chegada da cana na região. Esse camponês em como fonte de renda principal a pecuária, porém faz o complemento através da apicultura, cuja produção reduziu gradativamente nos últimos três anos a partir da intensificação e utilização de agrotóxicos.

Já faz três anos que minha produção de mel vem reduzindo. Esse ano acho que nem vou colher. Tudo isso provocado pelo efeito do veneno, minha área é de 30 alqueire, de um lado tem cana do outro também, eu tô cercado não tem pra onde corrê, antes da cana era soja e criação de gado, eu nunca tive problema, mais depois que chegou essa...tudo mudou, ainda bem que temos um gadinho, eu sô aposentado, a muié também, sinão, num sei o que seria de nós.

A apicultura é uma atividade de grande importância, pois apresenta uma alternativa de ocupação e renda para os camponeses. É uma atividade de fácil manutenção e de baixo custo inicial em relação às demais atividades agropecuárias. Além do mais, torna-se de grande relevância dentro do contexto ambiental, pelo fato

de as abelhas atuarem como polinizadores naturais de espécies nativas e cultivadas, preservando-as e conseqüentemente contribuindo para o equilíbrio do ecossistema e manutenção da biodiversidade.

Assim, as atividades desenvolvidas pelo campesinato tornam-se de fundamental importância para o contexto socioambiental, como já observado durante nossa pesquisa. Desse modo, compreendemos que as adversidades que envolvem os embates da questão agrária precisam ser analisadas a partir de diferentes paradigmas, com ênfase para o desenvolvimento de uma produção diversificada e eficaz no campo.

5- Considerações Finais

Nossa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de compreender a dinâmica quanto aos (impactos) da terra no município de Glória de Dourados, MS, a partir dos desdobramentos entre dois modelos antagônicos de atividades praticadas no campo: a monocultura do agronegócio canavieiro de um lado e a produção camponesa de outro.

Esse modelo comandado pela agricultura capitalista tem expulsado o campesinato, territorializando grandes proprietários fundiários e empresas rurais orientadas para a produção de monoculturas destinadas à exportação em oposição à demanda por alimentos. Destarte, a miséria, pobreza, violência, expulsão dos camponeses do campo, degradação ambiental e o fim da diversidade agrícola são consequências do agronegócio. (ROOS, 2012, p.04).

Analizamos as disputas socioterritoriais que ocorreram de maneiras específicas com base nos impactos sociais, econômicos e ambientais em decorrência da territorialização do agronegócio canavieiro no município de Glória de Dourados, em particular nas proximidades do assentamento Betel e da comunidade Estrelinha, onde a presença da cana é marcante, como demonstrado durante este trabalho.

Construímos nossa trajetória teórica a partir de autores que discutem como as relações sociais e as disputas territoriais se fazem presentes no campo. Entretanto a nossa referência se fundamentou pelo caminho da recriação, resistência e permanência dos camponeses no campo, a partir do diálogo entre autores do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Desse modo, observamos as transformações do campo brasileiro a partir da modernização da agricultura, ou seja, os avanços da tecnologia e principalmente da mecanização, além dos elevados investimentos em agroquímicos, com objetivos de aumento da produção no campo, conseqüentemente, fortalecendo a agricultura de negócio. Esse modelo agrícola, denominado agronegócio, é a expressão da expansão capitalista no campo que se apropria cada vez mais das terras do latifúndio.

Verificamos, ao longo de nosso trabalho, os impactos sociais e econômicos apresentados a partir da expansão da produção canavieira no entorno do assentamento Betel e da comunidade Estrelinha no município de Glória de Dourados de modo a evidenciar uma nova dinâmica na vida desses camponeses.

A resistência, a luta e a permanência ficam marcadas no contexto de buscarem melhores condições de desenvolvimento em relação às atividades camponesas. Foram analisadas as condições e o modo de convivência dos camponeses através da organização dos seus meios produtivos.

As manifestações coletivas no assentamento e na comunidade Estrelinha foram uma importante forma de luta para garantir a permanência na terra. A participação dos camponeses durante as mobilizações e reivindicações foram de extrema relevância na perspectiva de justificarem os impactos sofridos através do uso indevido de agrotóxicos nos canaviais ao redor de suas propriedades.

As manifestações, os protestos e as denúncias despertaram a preocupação dos órgãos de justiça, municipal e estadual, além de audiências públicas, com participação de várias autoridades para discutir a problemática evidenciada entre os camponeses e os produtores de cana, que arrendam terras através da usina Adecoagro com instalação no município de Ivinhema, MS.

Desse modo, observamos, durante a construção e a produção deste trabalho, uma realidade que se apresenta de maneira desigual em relação à ocupação e o desenvolvimento das atividades no campo. Isso ficou evidente quando apresentamos dados informativos em relação à territorialização do agronegócio canavieiro dentro do município de Glória de Dourados e, principalmente, sobre seus impactos causados aos assentados do Betel e comunidade de camponeses Estrelinha.

Verificamos, também, a preocupação e o desconforto daquela população em relação à expansão canavieira no entorno do assentamento e da comunidade Estrelinha, ou seja, até a chegada da cana, não se observaram tantos impactos e outros problemas que pudessem provocar conflitos entre as partes envolvidas (camponeses assentados e produtores do agronegócio) de modo que a relação até 2009 era considerada menos impactante.

As conflitualidades da questão agrária tem se tornado cada vez mais presente, principalmente com os objetivos da economia brasileira estar voltada para

o incentivo do agronegócio, que antes era caracterizado pelo latifúndio e agora recebe grande abertura expansionista através da prática da monocultura, cujo destino principal é a exportação.

A luta dos camponeses não tem sido fácil para permanecerem em suas terras. Notamos que o campesinato continua resistindo na luta para se reproduzir e, enquanto uma classe ambígua, possui consciência de trabalhador e de proprietário fundiário, (CAMACHO, 2008) de modo que a terra é vista para o campesinato como uma condição de trabalho familiar, constituindo seu trabalho autônomo. Por outro viés, a partir dos avanços do agronegócio e da aceleração capitalista, a terra é vista como meio de exploração e obtenção de lucros e renda.

Acreditamos que nossa pesquisa possa contribuir para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, principalmente para os camponeses assentados e os moradores da comunidade Estrelinha, de maneira a apresentar maior visibilidade em relação ao debate que propomos, visto que os entraves que envolvem a questão agrária a partir de um antagonismo de classes, em que temos de um lado o agronegócio canavieiro e os camponeses de outro, possa ser observado pelos órgãos políticos-administrativos de nosso país de maneira mais responsável.

Verificamos a grande importância da Geografia como ciência conceitual e prática para o estudo e melhor compreensão das relações de trabalho e conflitos no campo. Entretanto, apesar de compreendemos que as disputas socioterritoriais que se realizam no campo se tornam bem mais complexa do que uma análise teórica, nosso trabalho permitiu trazer para o debate uma reflexão significativa com base em autores que discutem a questão agrária no Brasil, no Mato Grosso do Sul e em Glória de Dourados a fim de proporcionar um melhor entendimento sobre estas questões.

Constatamos que as referências bibliográficas foram fundamentais para demonstrarmos nossa pesquisa, de modo que tomamos como referência principal a vertente campesinista do Paradigma da Questão Agrária (PQA), buscando uma melhor compreensão em virtude daquilo que defendemos e em que acreditamos, que é a permanência e continuidade do campesinato no campo.

No entanto, mesmo com toda fundamentação teórica que obtivemos para a contextualização deste trabalho, evidenciamos a grande importância do trabalho de campo para o fechamento de nossa proposta. A pesquisa vivenciada/vivida e

sentida nos oportunizou um novo olhar para muito além das análises literárias.

Aprendemos que o campo vai muito além das cercas e limites territoriais, que o progresso de uns pode trazer regresso de outros, que as oportunidades não são igualitárias quando se tem de um lado todos os aparatos disponíveis para se reproduzir e muitas restrições e avanços do outro.

Durante nossas visitas e conversas com os camponeses, tanto do Betel quanto da comunidade Estrelinha, foi possível analisar a questão agrária e os impactos oriundos do desenvolvimento do capitalismo no campo. Observamos a situação de dentro para fora, ou seja, produzimos nosso debate a partir da realidade vivida.

Diante de tudo que discutimos em nosso trabalho, concluímos que as disputas socioterritoriais e os impactos apresentados pelo capital canavieiro aos camponeses do assentamento Betel e comunidade de camponeses Estrelinha não se encerra por aqui. Entretanto, acreditamos que o fortalecimento da construção teórica a respeito dessas disputas seja de extrema importância para que tais problemáticas que envolvem o campesinato e agronegócio canavieiro não se percam no esquecimento.

6 – Referências

AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados-MS.

ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal. **Manual de Tecnologia de Aplicação de Produtos Fitossanitários**. Campinas, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.soagro.com.br/arquivos/pdf/manual-aplicacao.pdf>>. Acesso em: julho/2017.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-88, jul. /dez. 2003.

BIANCHINI, Odaléa da C. Deniz. **A Companhia Matte Laranjeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso: (1880-1940)**. Campo Grande: UFMS, 2000.

BIOSUL. Setor sucroenergético de MS reage e tem 19 usinas operando disponível em: <<http://biosulms.com.br/>; <https://www.correiadoestado.com.br/economia/setor-sucroenergetico-de-ms-reage-e-tem-19-usinas-operando/349262/>>. Acesso em: março, 2019.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: **Boletim Dataluta**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, setembro de 2011, p. 1 – 21. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.

BRASIL, Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Disponível em: [www.ucs.br > etc > simposioinovacaoagronegocioucs > paper > viewFile](http://www.ucs.br/etc/simposioinovacaoagronegocioucs/paper/viewFile). Acesso em: 22 abril. 2016.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2017/18 a 2027/28**. Brasília: MAPA/ACE, 2018. 112 p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago Egídio. A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS, **Agrária** (São Paulo. Online), São Paulo, n. 15, p. 4-44, dez. 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. 806 p.

_____. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v.10, p.1 – 16, 2014.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. 788 p.

CARVALHO, Horácio de Martins; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.28-34.

CASTILHO, Fabio Roberto. **A expansão da agroindústria canavieira no estado do Mato Grosso do Sul**: características e crescimento. 2013. 103 f.. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Administração, Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS.

CASTILHO, Marcelo Ambrogi. **Determinantes do preço da terra no Mato Grosso do Sul**. 2012. 69 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CENTENARO, M. **Um estudo sobre investimento direto externo no setor sucroenergético do estado de Mato Grosso do Sul**. 2012. 199 f.. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Indicadores da agropecuária**. Ano XXII, n. 4, abr. 2014. Brasília: Conab, 2014. Disponível em: www.conab.gov.br Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. Acompanhamento de safra brasileira de cana-de-açúcar. v. 2. n. 2. Brasília: Conab, 2015. Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Acompanhamento de safra brasileira de cana-de-açúcar. v. 2. n. 4. Brasília: Conab, 2016. Disponível em: <

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_04_14_09_06_31_boletim_cana_portugues_-_4o_lev_-_15-16.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Acompanhamento de safra brasileira de cana-de-açúcar. v. 2. n. 4. Brasília: Conab, abril, 2017. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2017.

_____. **Assentamentos Rurais**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.108-114.

COSTA, Cinthia Cabral da. **Custo e benefícios do uso da pulverização aérea de agrotóxicos na agricultura**: São Carlos: Embrapa Instrumentação, 2017.

DOMINGUES, Alex Torres. **A territorialização do setor agroindustrial canavieiro em Mato Grosso do Sul** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. (Coleção Teses e Dissertações). 198p.

_____. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, **Caderno Prudentino de Geografia**, N.34, v.1, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102971>>.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.53-79.

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 239-271.

_____. Função Social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. in: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 303-326.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n.6, p.14-34, jan. /jun.2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Luta pela reforma agrária nos governos neoliberais e pós-neoliberais: a reforma agrária nos governos FHC, Lula e Dilma. In:

COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo do Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária – vol. I)** – Curitiba: CRV, 2018. p. p.61–80.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – formação e territorialização em São Paulo**. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH, USP, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**/Bernardo Mançano Fernandes. - Presidente Prudente.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Conflitualidade da questão agrária brasileira. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe** – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 83-116.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Geografia da conflitualidade do campo brasileiro**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs). **História social do campesinato no Brasil – lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. tomo V. São Paulo: Expressão Popular, 2008. No prelo.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, 1997 (Edições Loyola).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção de Geografia e Adjacências).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT R. **Regional-Global**. Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 236 p.

_____. Estado e capitalismo segundo Engels. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Humanitas, 1996.

LIMA, P. A. de. **Transformações da paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: Região meridional de Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: UNESP Rio Claro, 2006.

LEAL, Gleison Moreira. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio-SP.** 193 f. Dissertação (mestrado em Geografia), UNESP, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: contexto, 2009.

MELO, Danilo Souza; NARDOQUE, Sedeval. As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade, **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, n. 73, jan. 2014.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVCZ, Mieceslau. Questão Agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** 2003. 432 p. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

MOTTA, Regina Celia Carvalho de Sá. **As linhas da camponesidade na (in) subordinação camponesa em Glória de Dourados, MS.** 242 f. Dissertação (mestrado em Geografia), UFGD, 2013.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”:** os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943 – 1960). In: Suzana Gonçalves Batista Naglis (Org.) – Dourados –MS: UFGD, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996. 168 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro in: Carlos, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, B. C. de. **A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945).** Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis, 1999.

PONCIANO, Nilton Paulo. **O processo civilizador do sul de Mato Grosso:** a colônia agrícola nacional de Dourados. Guarapuava: Anacleto, 2001. vol. 2, n. 1.

PONCIANO, Nilton Paulo. Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul. **Fronteiras: Revista de História**. Campo Grande, v. 06, n. 12, EDUFMS, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIGOTTO, Raquel Maria e ROSA, Islene Ferreira. **Agrotóxicos** (p.88-96); **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

ROOS Djoni. **A disputa pelo território**: agricultura camponesa *versus* agronegócio nos assentamentos do centro-sul Paranaense, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente/SP, XIII Jornada do Trabalho – FCT/UNESP, 09 a 12 de outubro de 2012.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva, **Geografia**, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, jan. /jun. 2009.

SANTOS, Vicência Deusdete dos. **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional**. 2000. (Monografia de Especialização em Geografia), UFMS, Dourados, 2000.

STEDILE, Pedro João; CARVALHO de Martins Horacio. **Soberania Alimentar**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (ORGS) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 717 – 725.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições. (2001/2003).

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Colonos do Vinho**. São Paulo Hucitec, 1978.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A expansão canavieira no contexto da produção agropecuária da bacia hidrográfica do rio Ivinhema no estado de Mato

Grosso do Sul. In: **Campo-Território**, revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 262-289, ago. 2016.

UNISINOS. **Falta de informações sobre estrutura fundiária e estrangeirização é intencional**. Entrevista especial com Bernardo Mançano Fernandes. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/554368faltadeinformacoessobreestrutura-fundiariaeestrangeirizacaoeintencionalentrevistaespecialcombe...>>. Acesso em: mai. 2016.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, Roberto Leme; Renan Araújo (Org.). **Desafios do trabalho no Século XXI**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 83-115. .

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Apêndice

Apêndice 01

Questionário Semiestruturado aplicado aos trabalhadores residentes ao assentamento Betel, Comunidade Estrelinha e trabalhadores que não residem no Betel e no Estrelinha, mas que prestam serviços para a usina Adecoagro.

Qual seu nome, idade e há quanto tempo reside no município?

Comente sobre sua trajetória de vida.

Fale sobre os desafios e possibilidades de emprego no município.

Comente sobre a luta pela terra no município de Glória de Dourados.

Você se considera um camponês ou um agricultor familiar?

Comente sobre a história do assentamento.

Fale sobre a formação da comunidade Estrelinha.

Quais as vantagens e desvantagens a partir da chegada da produção canavieira no município?

Qual é sua função dentro da usina?

Qual sua escolaridade? É casado (a) ou solteiro (a)? Tem filhos?

Qual era seu trabalho antes da chegada da usina?

Qual era a área de ocupação da cana entre 2009/2010?

Quais são os maiores desafios dentro do assentamento?

Quais impactos o monocultivo da cana proporcionaram a vocês?

Os impactos eram os mesmos antes e depois da chegada da cana no município?

A quem você associa o avanço da produção canavieira no município de Glória de Dourados?

O que os órgãos competentes têm feito para reduzir os problemas gerados a partir do monocultivo da cana?

Por que o uso de agrotóxicos utilizado nos canaviais dentro do município e região tem se tornado o grande vilão, principalmente para os camponeses?

As leis têm cumprido sua função de acordo com sua análise?

Qual sua perspectiva diante da situação atual e como observa o cenário futuro?

Por que somente a partir de 2011 começam a serem contabilizados os dados de ocupação da cana, dentro do município?

Por que a cana era cultivada entre os pequenos produtores no início?

Qual a necessidade do plantio da cana nas pequenas propriedades?

Qual era sua expectativa com a chegada da usina no município?

Como os mais jovens observam a produção canavieira local?

ANEXOS

Anexo 01: Audiência pública e encaminhamentos

Zeca do PT denuncia uso indiscriminado de agrotóxicos e sugere debate sobre o tema

Câmara, PT, plenário, Zeca do PT, agrotóxicos, Ministério Público Federal, pulverização, Mato Grosso do Sul, indígena, pequenos produtores.



O deputado Zeca do PT (PT-MS) anunciou, em pronunciamento no plenário, que vai solicitar ao Ministério Público que investigue e apure a utilização de venenos não autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nas lavouras de soja, particularmente, no Mato Grosso do Sul. "Tem sido um desastre, no Mato Grosso do Sul, a contaminação por pulverização aérea das lavouras, acabando com a saúde do povo e os pequenos produtores de bicho de seda e mel", afirmou.

De acordo com o parlamentar petista, há tempos ele vem denunciando o uso indiscriminado de agrotóxicos. "Levantamos essa discussão em 2015, no seminário proposto por nosso mandato em parceria com Câmara dos Deputados sobre o tema dos impactos dos agrotóxicos na sociedade. Na época foi proposta uma legislação mais rígida contra esse tipo de situação, que acredito ser um crime contra natureza e contra os pequenos produtores, que são desrespeitados pelos grandes latifundiários da soja e da cana de açúcar", explicou.

Zeca do PT disse que a pulverização aérea irregular traz não só prejuízos econômicos mas, também, ameaça à vida das pessoas. "Em outubro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou um piloto de um avião agrícola que pulverizou uma plantação de soja a menos de 12 metros da aldeia indígena Guyra Kambry, na região de Dourados, colocando em risco a saúde desta população inteira", destacou o petista.

Segundo o Ministério Público, acrescentou Zeca do PT, "atualmente a legislação federal sobre o tema tem como limite apenas 500 metros de distância de povoações, cidades, vilas ou mananciais de água para pulverização aérea de determinada área. Em alguns estados esta exigência mínima é de 10 quilômetros ou de acordo com classificação do veneno".

O parlamentar petista defende um debate aprofundado sobre o tema do uso dos agrotóxicos. "É preciso ser rediscutido a fundo a questão dos agrotóxicos no Brasil, e imediatamente a questão da pulverização aérea, com mudanças na legislação que as deixem as normais mais rígidas e que garantam uma fiscalização efetiva sobre as empresas que prestam esse tipo de serviço para que caso houver o descumprimento delas, sejam punidas com rigor", enfatizou Zeca do PT.

ANEXOS

Audiência discute a pulverização aérea de lavouras em MS

Na última terça, 8 de novembro, foi realizada, em Campo Grande (MS), audiência pública para debater o aperfeiçoamento da legislação sobre pulverização aérea de agrotóxicos. Autoridades, produtores rurais, representantes de empresas aéreas e da sociedade civil debateram as normas que regem a atividade no estado e as dificuldades de fiscalização e combate aos danos causados pela aplicação irregular dos produtos.

O debate público aconteceu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e concluiu pela necessidade de regulação, em âmbito estadual, da aplicação de agrotóxicos por aeronaves e do aumento da faixa de exclusão, de 500 metros para 6 quilômetros, de modo a garantir a segurança da população e de preservar áreas de interesse ambiental.

“Apesar da legislação federal prever o limite de apenas 500 metros para pulverização, há estados com legislação mais restritiva. A título de exemplo, temos unidades da federação cuja distância é de 10 quilômetros e outras que estabelecem a faixa de exclusão conforme a classificação toxicológica dos agrotóxicos”, explica o promotor de justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira (MP/MS).

Para o procurador da república Marco Antonio Delfino de Almeida (MPF), além da preocupação com o aperfeiçoamento normativo, tem-se a necessidade de incrementar as atividades de fiscalização das empresas de aviação agrícola, em especial de aviões particulares. Em Mato Grosso do Sul, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), existem cadastrados 100 aviões, 16 empresas e 57 aeronaves privadas. “A atividade é hiper-regulada, mas com fiscalização quase inexistente. É preciso que haja o monitoramento das aeronaves e o registro público dos dados para um efetivo controle”, defende o Ministério Público.



Audiência pública reuniu especialistas, empresários e produtores no plenário da ALMS. (Foto: MPF/MS)

Precaução

A audiência pública, além das exposições técnicas, contou, ainda, com o relato de um sericicultor do município de Glória de Dourados. Paulo Plizzari perdeu toda a criação de bicho da seda após a aplicação de agrotóxicos por aeronaves no canavial ao lado de sua propriedade.

"Uma vez, o vento foi nosso amigo, mas na última aplicação tivemos um prejuízo de 100%. Acho injusto ser expulso da minha casa por causa de uma atividade do vizinho", lamentou. Segundo o produtor, outros sericicultores da região também perderam suas criações. "O bicho da seda é muito sensível e a deriva que o agrotóxico deixa afeta diretamente a produção", afirma. A deriva, quando a aplicação de defensivo agrícola não atinge o local desejado e se espalha para outras áreas, é um dos principais riscos da pulverização aérea. De acordo com a pesquisadora Alexandra Penedo de Pinho (UFMS), ainda são desconhecidos cientificamente todos os impactos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde humana, motivo pelo qual sua utilização deve ser cautelosa, como esclarece o promotor Victor Taveira: "no Direito Ambiental, existem os princípios da prevenção e da precaução que objetivam, exatamente, evitar danos ambientais de atividades cujos impactos não sejam cientificamente identificados e mensurados".



Sericicultor perdeu toda a criação de bicho da seda após pulverização de agrotóxicos em canavial vizinho. (Foto: MPF/MS)

Encaminhamentos

Além das alterações legislativas e o aumento na fiscalização, a audiência pública também teve como encaminhamentos a proibição de pulverização aérea na Bacia do Alto Paraguai e na Bacia do Paraná; a obrigação de que os empreendimentos que utilizam agrotóxicos façam monitoramento dos resíduos nos cursos d'água, na vegetação nativa e nas aglomerações urbanas; e o dever de informação prévia às comunidades possivelmente afetadas pela aplicação aérea dos agrotóxicos.

A audiência pública foi proposta pelo deputado Amarildo Cruz (PT), em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Comissão de Combate aos Impactos de Agrotóxicos no Estado.

Audiência Pública em Glória de Dourados (MS) discute aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais

Audiência será realizada no dia 13 de julho, no auditório da UEMS, no campus de Glória de Dourados

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) e o Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP/MS), por meio da Promotoria de Justiça de Glória de Dourados, realizam Audiência Pública para discutir os impactos ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes da aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais no município. A reunião será realizada no dia 13 de julho, às 18h30, no auditório da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Glória de Dourados.

O objetivo é debater os impactos da aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais da região e seus efeitos jurídicos, técnicos e de gestão participativa. O encontro visa, ainda, buscar esclarecimentos que possam sustentar as ações dos membros do Ministério Público e permitir a manifestação dos interessados.

A audiência pública será presidida por membros do MPF/MS e do MPE/MS que atuam nos municípios de Dourados e Glória de Dourados. Estão convidados a participar do encontro autoridades federais, estaduais e municipais diretamente interessadas no tema, operadores do Direito, acadêmicos especialistas no tema e representantes de sociedade civil.

Audiência Pública sobre impactos ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes da aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais em Glória de Dourados

Data: 13 de julho de 2016

Horário: 18:30

Local: Auditório da UEMS, campus de Glória de Dourados

Seminário na Assembleia Legislativa debate Impactos dos Agrotóxicos na Sociedade

Por: Assessoria de Imprensa do seminário Foto: Divulgação

Seminário acontecerá na próxima segunda-feira, dia 17

O Brasil é o País que mais utiliza agrotóxico nas plantações. Dados do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), órgão do Ministério da Saúde, afirmam que no Brasil a venda de agrotóxicos saltou de US\$ 2 bilhões para mais de US\$7 bilhões entre 2001 e 2008, alcançando valores recordes de US\$ 8,5 bilhões em 2011. Discutir os riscos à saúde e os danos ambientais causados pelo uso desse produto é o objetivo de um seminário que será realizado na próxima segunda-feira, dia 17.



O evento é promovido pela Assembleia Legislativa e a Câmara Federal, por meio dos deputados estaduais Amarildo Cruz (PT), Pedro Kemp (PT) e Zeca do PT, respectivamente. O Seminário: Os Impactos dos Agrotóxicos na Sociedade inicia às 13 horas, e contará com a participação de pesquisadores de Mato Grosso do Sul e de outros estados.

Estudos estimam que aproximadamente 25 milhões de trabalhadores agrícolas de países pobres sofram com algum tipo de intoxicação causada por exposição a agrotóxicos. De acordo com dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea), Mato Grosso é o maior consumidor do Brasil, com o equivalente a 43 litros de veneno por habitante.

Em Mato Grosso do Sul, a estimativa é que cada pessoa consome proporcionalmente até 40 litros de agrotóxicos por ano, quase seis vezes a mais do que a média nacional per capita, que é de 7,3 litros por ano. A exposição e o consumo de produtos contaminados em médio e longo prazo podem causar distúrbios neurológicos, problemas respiratórios, cardíacos, pulmonares, no sistema imunológico e na produção de hormônios, além de má formação fetal e até câncer.

Conforme o deputado estadual Amarildo Cruz, estudos recentes do Inca mostram a relação do crescimento das vendas de agrotóxicos com o registro de casos de câncer no País. "Esse é um assunto preocupante e que precisa ser discutido com profundidade e responsabilidade. O País é o maior consumidor de agrotóxicos no Mundo. Temos o caso comprovado de intoxicação de centenas de pessoas na cidade de Lucas do Rio Verde, em 2006, durante uma pulverização aérea. Até hoje moradores daquele município sofrem com os problemas daquela intoxicação", esclareceu.

Para o deputado federal Zeca do PT, a fiscalização da comercialização dos agrotóxicos deve ser

mais rígida. "Se o consumo Brasil é alto, imagine no nosso Estado, que faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. É sabido que entram via fronteira diversos venenos com componentes altamente cancerígenos, sem nenhum controle da Anvisa. É preciso uma maior fiscalização", alertou Zeca do PT.

Segundo o deputado estadual Pedro Kemp (PT), é preciso discutir com urgência não só o controle da utilização de agrotóxicos para minimizar as consequências, mas também alternativas para produção agroecológica. "Considero esta audiência pública como um importante alerta à sociedade sobre o uso exacerbado de agrotóxicos na produção agrícola, que tem contaminado o solo, os recursos hídricos e o ar, acarretando comprovadamente sérios danos à saúde humana", falou.

Confira a programação:

13h - INSCRIÇÃO

13h30 - ABERTURA

MESA I - DIAGNÓSTICOS E IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NO TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE

13h45 - Professor Dr*Wanderley A. Pignati – UFMT

Tema: Uma agricultura saudável é possível: a importância da campanha permanente no combate ao uso de agrotóxicos:

14h10 -Pesquisador Luiz Claudio Meirelles – FIOCRUZ

Tema: O submundo dos agrotóxicos: consequências do poder econômico das empresas nacionais e multinacionais no lobby na liberação de agrotóxicos

14h35 - Dr* Professor Luiz Felipe Ribeiro Pinto - INCA(Instituto Nacional do Câncer)

Tema: Agrotóxicos e suas consequências na estrutura celular: sentença morte das populações expostas.

MESA II - GARANTIAS DE CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS VIÁVEIS E SEGUROS

14h55 - Professora DrªMárcia Rizzo - UFMS

15h10 - Professor Dr* Dario Pires – UFMS

Tema: Contribuições da Química nas análises dos impactos no trabalho, saúde e ambiente.

15h25 - Professor Dr*Denilson de Oliveira Guilherme – UCDB

Tema: Biotecnologia como Alternativa ao uso de Agrotóxicos

15h45 - Biólogo Olácio Komori - Presidente da Associação dos Produtores Orgânicos de MS - APOMS

Tema: Viabilidade da Agro Ecologia na Produção de Alimentos

16h05 - Marco Antonio Delfino de Almeida - Procurador do Ministério Público Federal

Tema: Legislação sobre o uso de agrotóxicos

16h25 - Encerramento e considerações finais

Leitura do documento produzido